

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

RAQUEL DA SILVA RODRIGUES

**ABORDAGEM BOURDISEANA DO CAMPO E DO CAPITAL CIENTÍFICO DA
PESQUISA EM CONTABILIDADE AMBIENTAL NO BRASIL**

UBERLÂNDIA-MG

2020

RAQUEL DA SILVA RODRIGUES

**ABORDAGEM BOURDISEANA DO CAMPO E DO CAPITAL CIENTÍFICO DA
PESQUISA EM CONTABILIDADE AMBIENTAL NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Controladoria

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marli Auxiliadora da Silva

UBERLÂNDIA-MG

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1F, Sala 248 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3291-5904 - www.ppgcc.facic.ufu.br - ppgcc@facic.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Ciências Contábeis				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, número 086 - PPGCC				
Data:	27 de fevereiro de 2020	Hora de início:	09h00min	Hora de encerramento:	15h30min
Matrícula do Discente:	11812CCT012				
Nome do Discente:	Raquel da Silva Rodrigues				
Título do Trabalho:	ABORDAGEM BOURDISEANA DO CAMPO E OS CAPITAIS CIENTÍFICOS DA PESQUISA EM CONTABILIDADE AMBIENTAL NO BRASIL				
Área de concentração:	Contabilidade e Controladoria				
Linha de pesquisa:	Controladoria				

Reuniu-se na sala 1F146, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, assim composta: Professores Doutores Lívia de Melo Queiroz (UFU); Márcia Zanievicz Silva (FURB) e Marli Auxiliadora Silva (UFU), orientadora da candidata. A professora Márcia Zanievicz Silva participou da banca por web conferência.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dr^a Marli Auxiliadora da Silva, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

APROVADA

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por Marli Auxiliadora da Silva, Professor(a) do Magistério Superior, em 27/02/2020, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por Lívia de Melo Queiroz, Professor(a) do Magistério

Superior, em 05/03/2020, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º,
https://www.sei.ufu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2101318&infra_siste... 1/2

16/03/2020

SEI/UFU - 1856118 - Ata de Defesa - Pós-Graduação



§ 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por MARCIA ZANIEVICZ DA SILVA, Usuário Externo, em 12/03/2020, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 1856118 e o código CRC 19224818.

Referência: Processo nº 23117.008301/2020-21

SEI nº 1856118

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

R896 Rodrigues, Raquel da Silva, 1992-
2020 ABORDAGEM BOURDISEANA DO CAMPO E DO CAPITAL
CIENTÍFICO DA PESQUISA EM CONTABILIDADE AMBIENTAL NO
BRASIL [recurso eletrônico] : ABORDAGEM BOURDISEANA DO
CAMPO E DO CAPITAL CIENTÍFICO DA PESQUISA EM
CONTABILIDADE AMBIENTAL NO BRASIL / Raquel da Silva
Rodrigues. - 2020.

Orientador: Marli Auxiliadora da Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Ciências Contábeis.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.318>
Inclui bibliografia.

1. Contabilidade. I. Silva, Marli Auxiliadora da, 1966-. (Orient.).
II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Ciências
Contábeis. III. Título.

CDU: 657

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por iluminar meu caminho, conduzir meus passos e me conceder a oportunidade de iniciar e concluir este curso com saúde e novos amigos.

Agradeço aos meus amigos Valter Junior e João Carlos, que me incentivaram a iniciar o mestrado, pois foram em nossas conversas que descobri dons que nem mesmo eu sabia. Aos meus pais e irmãos, José, Sônia, Renan, Meiriele, e ao meu cunhado, Jessé, que considero um irmão, por me apoiarem por toda a vida e acreditarem no meu potencial e por sempre me direcionarem nas dúvidas e também por estarmos juntos nas comemorações das vitórias. Sem vocês eu não teria chegado aqui.

Agradeço à minha orientadora, Professora Marli Auxiliadora, pelo aprendizado teórico e também por me ajudar a amadurecer como pessoa. Levarei cada momento que passamos juntas de forma carinhosa para a minha vida e finalizo este curso, considerando-a uma grande amiga.

Sou grata também aos novos amigos que fiz ao iniciar o mestrado. Aos meus amigos Michelle, Marlon e Gabriel, por me ajudarem a construir ideias para escrever esta dissertação. Agradeço também às minhas amigas Verônica e Luana, por me ajudarem a deixar os dias mais tranquilos quanto tudo parecia que não ia dar certo. E sou grata a todos que conheci e que, em mesas de café da tarde ou em barzinhos, deixaram os dias mais leves. A todos, sou imensamente grata e os levo em meu coração para toda a vida.

Agradeço ao melhor amigo que poderia ter, Túlio, que me ajudou, incentivou, teve paciência em diversos momentos e, com seu todo carinho comigo, fez os dias serem mais tranquilos.

Grata também à amiga Marlene, que, ao longo desses dois anos, cedeu espaço em sua casa para que eu pudesse me hospedar e concluir este curso.

Agradeço aos professores do programa de pós-graduação stricto sensu em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia que dedicam o tempo para levar conhecimento em cada aula ministrada. Grata, especialmente, à professora Lívia, por ceder espaço em suas aulas na graduação para que eu realizasse o estágio e, consequentemente, aprendesse com seus conhecimentos.

Agradeço imensuravelmente aos membros da Banca: ao professor Alessandro Enoque e à professora Márcia Zaniewicz, que aceitaram fazer parte deste momento e dedicaram parte de seu tempo para compartilhar conhecimento.

RESUMO

Buscou-se, neste estudo, analisar a configuração do capital científico no campo da contabilidade ambiental brasileira a partir dos conceitos do sociólogo Pierre Bourdieu. Trata-se de um estudo de natureza positivista, com abordagem quantitativa e exploratória, e procedimentos bibliométrico e documental para a mensuração do capital científico puro e institucional, cujas informações foram coletadas na base de dados da Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a fim de identificar os agentes-pesquisadores. Os resultados apontaram um total de 137 agentes-pesquisadores assim caracterizados em conformidade com o perfil demográfico e acadêmico, expresso pela titulação, experiência profissional, produção intelectual, cargos ocupados e participação em bancas, conselhos, comissões e consultorias, analisados em três categorias: agentes, capital científico e campo científico. Confirmou-se que o campo científico brasileiro da contabilidade ambiental comporta agentes-pesquisadores distribuídos em todas as regiões do Brasil, com discreta predominância de agentes do sexo feminino. Constatou-se, ainda, que os agentes-pesquisadores se dedicam mais a pesquisas do que a cargos administrativos, ou seja, predominam na estrutura do campo científico agentes com maior capital científico puro. Em relação à movimentação do campo nota-se a presença de novos pesquisadores e um aumento em quantidade de publicações de pesquisas científicas ao longo dos anos.

Palavras-chave: Contabilidade ambiental. Campo científico. Capital científico.

ABSTRACT

In this review, one sought to analyse the constitution of the scientific field of the Brazilian environmental accounting from the concepts of Pierre Bourdieu. This is a positivist study, with a quantitative and exploratory approach, and bibliometric and documentary procedures for measuring pure and institutional scientific capital, whose information was collected in the database of the Lattes Platform of the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) in order to identify the research agents. The results showed a total of 137 research-agents characterized in accordance with the demographic and academic profile – expressed by qualification, professional experience, intellectual production, positions held and participation in boards, councils, commissions and consultancies – that might be analysed in three categories: agents, scientific capital and scientific field. It was confirmed that the Brazilian scientific field of environmental accounting includes research agents distributed in all regions of Brazil with a slight predominance of female agents. It was also found that the research agents are more dedicated to research than to administrative positions, that is, the structure of the scientific field is greater due to the pure scientific capital. Regarding the dynamic of the field, the presence of new researchers and an increase in the number of scientific research publications over the years are noted.

Keywords: Environmental accounting. Scientific field. Scientific capital.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES: Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior

CEP: Comitê de Ética em Pesquisas

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CSCA: Conferência Sulamericana de Contabilidade Ambiental

GRI: *Global Reporting Initiative*

IASB: *International Accounting Standard Board*

ISE: Índice de Sustentabilidade Ambiental

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais

PNEA: Política Nacional de Educação Ambiental

PPG: Programa de Pós-graduação

Unced: *United Nations Conference on Environment and Development*

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Subcategoria de análise - agentes-pesquisadores.....	41
Quadro 2 - Categoria de análise - capital científico.....	42
Quadro 3 - Distribuição dos pesquisadores por volume de capital científico	45
Quadro 4 - Categoria de análise – campo científico	46
Quadro 5 - Área de formação dos agentes-pesquisadores.....	49
Quadro 6 - Temáticas investigadas por agentes-pesquisadores em sua formação acadêmica .	51
Quadro 7 - Temáticas dos conteúdos produzidos em contabilidade ambiental.....	52
Quadro 8 - Atuação como membro de corpo editorial.....	53
Quadro 9 - Classificação do acúmulo do capital científico puro dos agentes	56
Quadro 10 - Classificação do acúmulo de capital científico institucional dos agentes	56
Quadro 11 - Local de atuação de agentes-pesquisadores dominantes	62
Quadro 12 - Pontuações por dimensão do capital científico puro	63
Quadro 13 - Movimentação no campo a partir do indicador ‘artigos científicos’.....	66
Quadro 14 - Movimentação no campo a partir do indicador produções em anais de eventos científicos	67
Quadro 15 - Movimentação no campo a partir do indicador ‘publicação de livros’	70
Quadro 16 - Movimentação no campo a partir do indicador ‘publicação de capítulos de livros’	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil descritivo dos agentes pesquisadores	48
Tabela 2 – Ranqueamento dos agentes por classes e volume de capital científico	58

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Plataforma Lattes - Busca de currículos Lattes	37
Figura 2 - Busca por currículo por área de atuação	37
Figura 3 - Árvore de decisão: estrutura do processo de seleção dos pesquisadores em contabilidade ambiental	40
Figura 4 - Desenho da pesquisa	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Contextualização e Problematização do Tema	13
1.2 Problema de Pesquisa.....	18
1.3 Objetivo Geral.....	18
1.4 Objetivos Específicos.....	18
1.5 Delimitação e Limitações do Estudo.....	18
1.6 Relevância, justificativa e contribuição do estudo.....	20
1.8 Estrutura do Estudo	21
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
2.1 Pesquisa em Contabilidade Ambiental.....	23
2.2 Abordagem Sociológica de Bourdieu: o campo e as espécies de capital	27
2.2.1 Alguns estudos com suporte conceitual sociológico de Pierre Bourdieu.....	32
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
3.1 Classificação Metodológica e Seleção das Fontes de Pesquisa.....	35
3.1.1 Procedimentos de seleção nos Currículos Lattes	36
3.2 Processo de Coleta de Dados e Definição de Categorias de Análise	38
3.2.1 Definição Operacional da Categoria de Análise 1 - Agentes	41
3.2.2 Definição Operacional da Categoria de Análise 2 – Capital Científico.....	42
3.2.3 Definição Operacional da Categoria de Análise 3 – Campo Científico.....	45
3.3 Técnicas de Análise dos Dados	46
4 DISCUSSÃO DE RESULTADOS	48
4.1 Análise descritiva: subcategoria agentes-pesquisadores	48
4.2 Sobre o acúmulo do capital científico dos agentes-pesquisadores	55
4.3 Reflexos do volume de capital científico puro e institucional na estrutura do campo.....	57
4.3.1 Agentes-pesquisadores dominantes no campo científico	61

4.3.2 Acúmulo do capital científico puro e institucional	63
4.4 Movimentação dos agentes-pesquisadores no campo científico em contabilidade ambiental	64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	81
Apêndice A – Ranqueamento do acúmulo de capital	87
Apêndice B – Localização dos agentes-pesquisadores por instituição e classe de capital	91
Apêndice C – Movimentação do indicador ‘artigos científicos em periódicos’ no campo científico em contabilidade ambiental	94
Apêndice D – Movimentação do indicador ‘artigos em anais de eventos científicos’ no campo científico em contabilidade ambiental	98

1 INTRODUÇÃO

Esta introdução contextualiza a temática relativa ao campo de pesquisa em contabilidade ambiental no Brasil, além de evidenciar a problematização do tema, o problema propriamente dito e os objetivos da pesquisa. Também apresenta a relevância, justificativas, contribuições e delimitações da investigação. Por fim, apresenta-se a estrutura do trabalho.

1.1 Contextualização e Problemática do Tema

A discussão acerca de temáticas socioambientais é prevista na legislação educacional brasileira, devendo essa discussão, segundo o texto legal, ser estabelecida do ensino fundamental ao superior. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, dentre os objetivos para o ensino fundamental, na redação dada pelo Artigo 32, Inciso II, é destacada a necessidade de “compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade” (BRASIL, 1996, p. 13). Também os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1997, elegeram o meio ambiente como um dos temas transversais a serem incluídos nos currículos escolares.

Em 1999, depois de sancionada a Lei nº 9.795, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), foi enfatizada a necessidade de que os sistemas de ensino estabeleçam, em todos os seus níveis, a interação entre as instituições - escolas e universidades - e segmentos sociais para a abordagem articulada das questões sobre o meio ambiente (BRASIL, 1999). Desde 1988, a Constituição Federal também já previa a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino.

Em conformidade com a previsão legal do ensino de educação ambiental, as questões ambientais ligadas à contabilidade emergem como um campo de investigação importante na área contábil brasileira na década de 1990, possivelmente, devido às discussões ambientais em nível mundial e também em contexto nacional. Assim, em 1992, ocorria na cidade do Rio de Janeiro a *United Nations Conference on Environment and Development* (Unced), na qual foi estabelecido um compromisso maior dos países participantes no que se refere ao meio ambiente. À época, como explica Ferreira (2007), os conceitos de ‘ambientalmente correto’ e de ‘desenvolvimento sustentável’ tomaram maior dimensão e começaram a fazer parte do cotidiano social e, consequentemente, de práticas de um maior número de empresas.

Em relação à área contábil, e de forma mais específica, no que tange ao meio ambiente, a contabilidade ambiental surgiu devido à necessidade de oferecer informações

adequadas, em termos econômicos, quanto às características da gestão ambiental e às decisões decorrentes desse tipo de gestão aos usuários dessas informações (FERREIRA, 2007). Isso porque, entende-se que a contabilidade atua como uma fonte de informação sobre a contribuição da organização ao desenvolvimento sustentável ao analisar, mensurar e divulgar informações sobre a relação da empresa com os contextos social, econômico e ecológico (BEBBINGTON, 2001).

No entanto, ao se analisar o contexto educacional, especificamente, os cursos de pós-graduação, nos quais a pesquisa é incentivada, o procedimento de revisão de literatura revelou que, na área contábil brasileira, os estudos sobre temáticas socioambientais datam de 1992 quando a primeira dissertação em contabilidade ambiental foi desenvolvida e defendida por Ribeiro¹ no programa de Pós-graduação (PPG) em Ciências Contábeis da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Em 1998, registram-se as defesas das primeiras teses também em contabilidade ambiental, novamente, de autoria de Ribeiro² e, ainda, de Ferreira³, no mesmo PPG. A partir de então, investigações com foco em questões ambientais têm sido desenvolvidas no âmbito dos programas de pós-graduação em Ciências Contábeis e socializadas mediante discussão em eventos científicos acadêmicos e em publicações em periódicos científicos.

Embora as pesquisas brasileiras sobre questões contábeis ambientais tenham se iniciado a partir da década de 1990, ressalta-se que, no contexto internacional, essas pesquisas emergem em 1970, baseadas em perspectivas de natureza política, econômica e social, conforme apontam Cosenza, Mamede e Laurencel (2010). Para os autores citados, os conceitos e fundamentos contábeis utilizados para definir a variável ambiental sempre evoluíram a fim de atender às demandas de informações para a sustentabilidade vigentes manifestas em cada momento. Em linha com as perspectivas ambientais, os pesquisadores se posicionam em relação à natureza epistemológica e metodológica de suas investigações relacionadas à contabilidade ambiental. Os estudos revelam, de acordo com Zanchet (2014), não apenas os tipos de fenômenos ambientais normalmente investigados e as estratégias de

¹ RIBEIRO, Maísa de Souza. Contabilidade e meio-ambiente. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Controladoria em Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), em 1992, sob a orientação do Prof. Dr. Eliseu Martins.

² RIBEIRO, Maísa de Souza. Custo das atividades de natureza ambiental. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Controladoria em Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), em 1998, sob a orientação do Prof. Dr. Eliseu Martins.

³ FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. Uma contribuição para a gestão econômica do meio ambiente: um enfoque de sistema de informações. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Controladoria em Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), em 1998, sob a orientação do Prof. Dr. Armando Catelli.

pesquisas utilizadas, mas também as perspectivas de engajamento desses pesquisadores. Além disso, entende-se que as estratégias de pesquisa, a natureza dos fenômenos investigados e os pesquisadores que, desde a década de 1990, se dedicam à pesquisa nessa área do conhecimento contábil, formam a estrutura desse campo de produção científica.

É relevante destacar que, de maneira geral, o campo científico em contabilidade no Brasil tem sido objeto de investigação e os estudos, como afirma Homero Júnior (2017), revelam críticas quanto à diversidade temática, metodológica e epistemológica considerada baixa e com a prevalência de uma abordagem positivista a partir do início dos anos 2000. Para o autor, há ausência de uma linha consolidada de pesquisas interpretativas e críticas, bem como predomina “um caráter monoparadigmático” das pesquisas nessa área do conhecimento.

Especificamente, sobre o contexto das pesquisas contábeis socioambientais, Homero Júnior (2019, p. 19) concluiu que os estudos evitam “debates críticos sobre o papel da lógica capitalista em relação à sustentabilidade”. Isso porque os estudos brasileiros relativos à contabilidade ambiental privilegiam, de certa forma, a metodologia de natureza bibliométrica (NASCIMENTO *et al.*, 2009; FREITAS *et al.*, 2012; ROVER; SANTOS; SALOTTI, 2012; PARENTE *et al.*, 2013, MELO *et al.*, 2014; TISOTT; RODRIGUES; SILVA, 2018), cujo mapeamento revelou nomes de pesquisadores que mais produziram artigos nesse campo, além de elencarem as temáticas frequentemente objeto das investigações. Não obstante as conclusões quanto à baixa criticidade das pesquisas, visualiza-se a existência de um campo de investigação composto de conhecimento, agentes e instituições.

Operacionalmente, embora a contabilidade ambiental não se configure como área de concentração em cursos de mestrado e doutorado em Ciências Contábeis no Brasil (CAPES, 2019), estudos sobre questões contábeis socioambientais têm sido desenvolvidos na forma de dissertações e teses nos PPG, como apontam Rodrigues e Silva (2019), revelando, portanto, o interesse de pesquisadores.

Também, desde 2009, bienalmente, tem sido realizada a Conferência Sulamericana de Contabilidade Ambiental (CSCA), cuja comissão organizadora é composta por pesquisadores de diversas instituições nas quais os PPG são ofertados. Nessa conferência, os temas investigados são submetidos em oito áreas temáticas que discutem: (i) mensuração e evidenciação de eventos socioambientais; (ii) contabilidade, *accountability* e governança corporativa; (iii) controladoria socioambiental; (iv) contabilidade e economia socioambiental; (v) auditoria e asseguração; (vi) ética, fraude e corrupção; (vii) educação para sustentabilidade; e (viii) temas contemporâneos.

Constata-se, dessa forma, que existe produção científica sobre diversos temas relacionados à contabilidade ambiental e há pesquisadores interessados nesse campo de investigação. Há que se responder, no entanto: quem são esses pesquisadores? Como está estruturado o campo científico em que eles se inserem? Por consequência, qual o capital em disputa e de que forma ocorre sua transmissão no campo científico?

A busca pelas respostas inicia-se, primeiramente, pela compreensão do que é campo e capital. Neste estudo, os conceitos provêm do sociólogo Pierre Bourdieu. O conceito de campo, para Bourdieu (1989), traduz a ideia de um relacionamento entre os atores e, igualmente, da presença de estruturas que são percebidas por eles, o que, no nível de ação, tende a afetar as suas condutas, a representação e a influência nesse campo. Santos (2012, p. 139-140) afirma que “é relevante compreender que o campo científico, como qualquer outro campo social, possui a capacidade de refração, ou seja, toda e qualquer influência externa é mediada, retraduzida pela lógica do campo”. Assim, entende-se que, quanto mais autônomo for um campo, menor será a influência de ordem externa e, quanto mais consolidadas forem suas leis, suas normas e seus padrões, maior será sua autonomia.

O campo científico, de acordo com Bourdieu (2004, p. 20), é um universo no qual “estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem [...] a ciência”. O campo define o espaço de relações objetivas criado entre e pelos diversos agentes [aqueles que agem]. A estrutura de tais relações objetivas orienta sua dinâmica, determinando aquilo que se pode ou não fazer. Compreende-se, dessa forma, que o campo tem características próprias e propriedades universais compostas por “[...] leis que o regem e que regulam a luta pela dominação do campo” (THIRY-CHEQUERS; 2006, p. 36), sendo esse campo sustentado pelos valores ou capital de seus agentes (THIRY-CHEQUERS, 2008).

Para Bourdieu (2004), é específico da dinâmica do campo científico haver duas formas de poder manifestas: um poder político e um poder de prestígio. O poder político é o “poder institucional e institucionalizado que está ligado à ocupação de posições importantes nas instituições científicas”. Já o poder de prestígio é “pessoal”, mais ou menos independente da autoridade institucional, e “repousa quase exclusivamente sobre o reconhecimento, pouco ou mal objetivado e institucionalizado, do conjunto de pares [daquela comunidade científica] ou da fração mais consagrada dentre eles” (BOURDIEU; 2004, p. 35).

Ambas as formas de poder - o poder político e o poder de prestígio -, na perspectiva bourdieusiana, refletem duas espécies de capital intelectual: capital científico puro e capital científico institucional (BOURDIEU, 2004). Meira e Meira (2007) destacam que a produção científica opera em meio às duas formas de capital que estão em disputa, cada qual com uma

dinâmica de acumulação. O capital científico puro é adquirido pela via da consagração, do reconhecimento do progresso da ciência, das invenções e descobertas (BOURDIEU, 2004). Já o capital científico institucional se acumula por estratégias de ordem política vinculadas aos rituais e ceremoniais típicos do campo, além de demandar certo tempo de acumulação (BOURDIEU, 2004). Embora existam espécies de capital diferentes, o capital por si só é proveniente dos “interesses postos em jogo [...] no sentido dos bens econômicos, mas também do conjunto de bens culturais, sociais, simbólicos etc.” (THIRY-CHEQUERS; 2006, p. 36).

Diante do exposto, entende-se que a análise da configuração do campo em contabilidade ambiental no Brasil, na perspectiva da produção acadêmica e científica, e a partir da compreensão das posições ocupadas pelos agentes, entendidos aqui como os pesquisadores, contribui para a interpretação de suas práticas, assim como revela a dinâmica e o conjunto de situações que têm marcado o movimento e as transformações em seu interior. Há, no entanto, uma lacuna nas investigações acerca do campo científico em contabilidade ambiental, como: alguns estudos revelam quais são os pesquisadores, as instituições e as temáticas investigadas, mas não há uma discussão sob uma ótica sociológica a respeito das relações objetivas que orientam a dinâmica desse campo de forma a evidenciar o capital em disputa ou tampouco interesse dos pesquisadores em investigações nessa área do conhecimento.

Nesse sentido, ancorando-se nos conceitos do sociólogo Pierre Bourdieu, a discussão sobre campo e formas de acúmulo e transmissão de capital em contabilidade ambiental é proposta nesta dissertação. É necessário destacar que a tríade ‘campo científico – capital científico – *habitus*’ discutida por Bourdieu tem sido utilizada em diversos estudos acadêmicos de outras áreas do conhecimento distintas das Ciências Contábeis. Sem a pretensão de mapear todas as pesquisas, constata-se que dissertações e teses têm investigado o campo científico, a exemplo de Almeida (2005), cuja dissertação tratou do campo da ciência da informação no Brasil; a dissertação de Teixeira (2011), que pesquisou sobre o campo científico e os capitais em jogo de uma universidade pública; e a tese de Romancini (2006) sobre o campo científico da comunicação no Brasil. Esses estudos foram utilizados como suporte à tese de Schlickmann (2013), o qual pesquisou o campo científico da administração universitária no Brasil.

O campo e o capital científico também foram temas de pesquisas em estudos na área das Ciências Sociais, podendo-se citar Meira e Meira (2007), Musto (2007), Teixeira (2011), Teixeira *et al.* (2012), Correia e Ribeiro (2013), Schlickmann, Oliveira e Melo (2014), e Simione e Matos (2016), entre outros. Em contabilidade gerencial, discutindo o campo

científico, destacam-se estudos de Homero Junior (2017) e Lourenço e Sauerbronn (2018). O que não foi observado, e trata-se da lacuna investigada nesta dissertação, são pesquisas que versam sobre a configuração do campo científico em contabilidade ambiental no Brasil. É necessário destacar que, neste estudo, o *habitus* não será abordado.

1.2 Problema de Pesquisa

Tendo em vista a contextualização apresentada, o problema desta pesquisa se traduz na seguinte questão: qual a configuração do capital científico no campo brasileiro em contabilidade ambiental?

1.3 Objetivo Geral

Diante da problemática apresentada, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a configuração do capital científico no campo da contabilidade ambiental brasileira a partir dos conceitos do sociólogo Pierre Bourdieu.

1.4 Objetivos Específicos

- a) Identificar agentes do campo científico da contabilidade ambiental no Brasil;
- b) Caracterizar os agentes do campo científico em relação ao acúmulo de capital;
- c) Desvelar a estrutura do campo científico a partir do volume de capital científico puro e institucional acumulado por seus agentes;
- d) Apresentar a movimentação e evolução do campo científico no tocante à produção intelectual dos agentes, a partir do capital científico puro.

1.5 Delimitação e Limitações do Estudo

A discussão proposta nesta investigação tem como delimitação populacional os pesquisadores em contabilidade ambiental identificados por informações em seus currículos Lattes. Devido aos conceitos sociológicos bourdiseanos utilizados no presente estudo, utilizou-se o termo agente(s)-pesquisador(es) para caracterização da população identificada por meio dos currículos Lattes disponíveis na Plataforma Lattes.

Para a delimitação temporal, o estudo restringe-se às informações dos currículos Lattes atualizadas até agosto de 2019. A atualização dos currículos, até essa data, foi entendida como necessária para fins de comprovação que o pesquisador está atuante no campo. Ainda, no que tange à delimitação da escolha dos agentes-pesquisadores, foram considerados, nesta pesquisa, somente os currículos que apresentaram a titulação mínima concluída em nível de mestrado, independentemente da área do PPG.

A delimitação teórica é ancorada pelos conceitos sociológicos de Pierre Bourdieu no que refere ao campo e suas formas de acúmulo e transmissão de capital científico, não considerando o *habitus* dos agentes. Compreende-se que o campo científico é o espaço no qual as posições dos agentes se encontram, *a priori*, fixadas, e no qual o funcionamento do campo de pesquisa em contabilidade ambiental será desvelado. Em relação ao capital, a pesquisa foca na ideia central do capital científico e de suas espécies: capital científico puro e capital científico institucional. Assim, o estudo se limita aos agentes identificados de forma a analisar posições de poder controladas por eles dentro da ordem institucional do campo científico de contabilidade ambiental, bem como analisar o interesse por temas específicos de investigação, evidenciando, em consequência, o capital disputado.

É relevante destacar as limitações desta pesquisa, pois, no que tange à busca dos currículos dos pesquisadores, foi utilizada, na Plataforma Lattes, somente a palavra-chave *contabilidade ambiental* com o fim de identificar quais agentes atuam nesse campo do conhecimento. Assim, não foram utilizadas palavras sinônimas nesse processo, o que limitou a busca dos pesquisadores, tendo sido excluídos, portanto, outros agentes que atuam no campo, porventura passíveis de identificação mediante o uso de outras palavras correlatas. Outra limitação desta pesquisa ligada à coleta documental refere-se à não inclusão na população de pesquisadores que declararam nacionalidade estrangeira mesmo que tais pesquisadores de outras nacionalidades atuem em instituições de ensino superior brasileiras como docentes e pesquisadores.

Para o cálculo do volume de capital científico dos agentes-pesquisadores, foram utilizados alguns indicadores, como, por exemplo, a produção de artigos científicos em periódicos, valendo-se, para cálculo do volume de capital, da pontuação atribuída aos periódicos na avaliação quadrienal Qualis Capes de 2013 a 2016. A avaliação atribuída ao periódico muda ao longo do tempo e pode não refletir a pontuação do periódico à época da efetiva publicação dos artigos pelos agentes.

Outra limitação que se pode destacar é a não realização de consultas a grupos de pesquisa para identificação e cruzamento dos nomes dos pesquisadores do campo, como feito

em estudos assemelhados. Justifica-se essa limitação à inconstância do *site* do Diretório de Grupos Capes durante o período da coleta de dados nessa investigação. Quanto a seleção dos agentes-pesquisadores, este estudo limitou-se a pesquisadores de nacionalidade brasileira com currículo atualizado até agosto de 2019. Ambas as limitações se justificam, visto que buscouse investigar a produção de brasileiros e não a produção no Brasil, por serem esses agentes profissionais detentores e formados na cultura específica do Brasil. Limitar a busca a currículos atualizados reflete que o pesquisador está atuante no campo, embora possa ter excluído agentes que porventura sejam atuantes, mas que não atualizam periodicamente seus currículos.

Outro fator limitador foi a seleção de artigos em periódicos, anais de eventos, livros, capítulos de livros, dissertações e teses que refletem a movimentação dos agentes no campo ter sido conduzida apenas por busca nos títulos e palavras-chave das produções. Esse trabalho limita-se também, quanto a busca por estudos anteriores de contexto internacional, visto que pesquisou-se por estudos brasileiros semelhantes a temática desta dissertação. Tais limitações podem ter excluído publicações inerentes à análise proposta.

1.6 Relevância, justificativa e contribuição do estudo

Os acordos internacionais, como o Tratado de Kyoto, Agenda 21, Rio+20, dentre outros, foram celebrados, principalmente, para definir uma agenda de ações frente às mudanças climáticas que afetam todos os seres do planeta Terra, tendo em vista que se considera que pessoas físicas e jurídicas são responsáveis por um mundo sustentável. Diante dessa preocupação que se tornou mundial e que, por sua vez, afeta as decisões do mundo empresarial e, consequentemente, o patrimônio das empresas, torna-se relevante este trabalho, considerando que são as pesquisas contábeis que demonstram e divulgam para usuários externos e internos informações sobre as práticas empresariais. Essas pesquisas refletem a movimentação e evolução desse campo do conhecimento, refletindo, por conseguinte, as preocupações e interesses dos agentes pesquisadores.

A partir do entendimento de que a contabilidade é uma ciência social aplicada e que as interações entre pesquisadores são necessárias para seu fortalecimento, esta pesquisa pretende trazer uma visão interativa dos relacionamentos estabelecidos pelos pesquisadores que se dedicam à investigação de questões contábeis socioambientais. Destaca-se a relevância da abordagem quanto à formação do campo de pesquisa em contabilidade ambiental, visto que não foram observados estudos brasileiros que reflitam sobre esse campo

da produção científica à luz dos aspectos conceituais de Pierre Bourdieu.

É importante reconhecer a relevância da utilização da sociologia de Bourdieu nas ciências sociais aplicadas, em especial, nas Ciências Contábeis, pois, para o autor, é necessário “compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram” para explicar os “atos dos produtores e as obras por eles produzidas [...]” (BOURDIEU, 2007, p. 69). Assim, esta pesquisa contribui por evidenciar não apenas quem são esses agentes, mas quais são suas trajetórias que se refletem no acúmulo de capital científico obtido por eles ao longo do tempo de forma a ajudar na compreensão desse campo por meio de sua definição enquanto tal.

Entende-se que é relevante abordar os avanços decorrentes dos processos de intervenção dos agentes no campo, as posições por eles ocupadas, o contexto de relação e disputa pelo exercício de influência, bem como sua afirmação enquanto uma comunidade dotada de autoridade e legitimidade científica (WACQUANT, 2002) e, sobretudo, a busca pelo seu aperfeiçoamento e afirmação. Nesse sentido, este trabalho se justifica por analisar a estrutura do campo como condição essencial para compreender a dinâmica do campo da contabilidade ambiental.

Entre as contribuições acadêmicas e científicas esperadas, cita-se o mapeamento da evolução das pesquisas em contabilidade ambiental, e principalmente, a identificação de quem são os agentes dominantes e os que detêm o capital (poder) puro ou institucional nesse campo de forma a desvelar a estrutura do campo científico da contabilidade ambiental no Brasil a partir do volume de capital científico puro e institucional acumulado por seus agentes. Como contribuição teórica, espera-se promover a dialogicidade da contabilidade com outras áreas do conhecimento, especialmente, porque a contabilidade é uma ciência social aplicada e comportamental. Empiricamente, o estudo contribui para a inserção na discussão contábil de conceitos da sociologia (campo e capital) como uma ferramenta metodológica para a obtenção de reflexão sobre a análise do campo científico em contabilidade ambiental de modo a desvelar o que ocorre nesse espaço.

No contexto do programa de pós-graduação, ao qual esta pesquisadora se vincula, destaca-se sua adequação à linha de Controladoria que, entre os eixos investigativos, dedica-se às pesquisas em educação contábil.

1.8 Estrutura do Estudo

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos, além das referências e outros elementos pós-textuais. No Capítulo 1, são abordados a contextualização com a problematização, o problema da pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos, a delimitação do estudo, a relevância, a justificativa e as contribuições.

No Capítulo 2, apresenta-se a fundamentação teórica, abordando a pesquisa em contabilidade ambiental, os conceitos sociológicos de campo e as espécies de capital a partir de Pierre Bourdieu. Também são apresentados os estudos relacionados.

No Capítulo 3, são apresentados os aspectos metodológicos, detalhando a classificação metodológica, o levantamento e análise bibliométrica da produção acadêmica e científica e as técnicas para análise dos dados. Apresenta-se, ainda, o desenho da pesquisa, demonstrando a estrutura metodológica e suas limitações.

No Capítulo 4, são discutidos os resultados. Por fim, no Capítulo 5, são apresentadas as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo evidencia aspectos da pesquisa em contabilidade ambiental, os conceitos sociológicos de campo, bem como as espécies de capital a partir de Pierre Bourdieu, com o objetivo de construir as categorias de análise desta pesquisa.

2.1 Pesquisa em Contabilidade Ambiental

A divulgação das atividades sociais e das demonstrações de desempenho econômico-financeiro das organizações, especialmente, aquelas abertas, data do começo da década de 1960 por meio do Movimento de Empresários Cristãos e do Movimento Pacifista (RIBEIRO, 2006). Foi nessa década que os efeitos da degradação ambiental se tornaram preocupantes para as futuras gerações e, a partir de então, tornaram-se objeto de políticas exteriores dos Estados e das Nações Unidas (SARAIVA, 2009). Mas foi ao longo da década de 1970 que os movimentos de proteção social e política do meio ambiente, no tocante aos efeitos das atividades humanas, resultaram em pressões no sentido de se incrementar a responsabilidade social das empresas, principalmente, quanto à organização do trabalho, igualdade de oportunidades, integração social e desenvolvimento sustentável, cujo enfoque tinha como intuito estabelecer orientações adequadas quanto ao tipo de informações a serem elaboradas e divulgadas pelas empresas (COSENZA; MAMEDE; LAURENCEL, 2010).

Para Cosenza, Mamede e Laurencel (2010), a pesquisa em contabilidade ambiental é influenciada por perspectivas de natureza política, econômica e social. Os conceitos e fundamentos contábeis utilizados para definir a variável ambiental no escopo da atividade econômica organizada evoluíram impelidos pelas demandas vigentes de informações para a sustentabilidade em cada momento em que as mesmas se manifestavam. A evidenciação da informação ambiental atende, portanto, às demandas impostas a seu tempo (COSENZA; MAMEDE; LAURENCEL, 2010).

Nos anos de 1970, o *International Accounting Standard Board* (IASB), mediante legislações e normas, buscou assegurar maior grau de qualidade tanto no aspecto da regulação contábil como na forma de evidenciação das demonstrações financeiras mediante iniciativas de caráter normativo com vistas a aperfeiçoar a comparabilidade das informações divulgadas. Isso porque os riscos e os benefícios ambientais inerentes às peculiaridades de cada atividade econômica, quando divulgados, poderão conscientizar os diversos segmentos de usuários das demonstrações contábeis sobre a conduta administrativa e operacional, bem como quanto à

avaliação patrimonial da empresa (COSENZA; MAMEDE; LAURENCEL, 2010). Configura-se, portanto, a perspectiva política da pesquisa em contabilidade ambiental.

Na perspectiva econômica, o desenvolvimento de iniciativas para mensuração dos danos causados por atividades humanas devido ao uso regular dos recursos naturais, de forma a avaliar o consumo desses recursos e, por consequência, a capacidade de recuperação ambiental, é outra influência para a pesquisa em contabilidade ambiental. Os impactos econômicos causados pelo uso dos recursos naturais e pela criação de bem-estar social devem ser mensurados e refletidos adequadamente pela contabilidade. Nesse sentido, o sistema de informação contábil deve estar capacitado para a produção de indicadores que permitam evidenciar a internalização dos custos com os impactos negativos sobre o meio ambiente no resultado das organizações (COSENZA; MAMEDE; LAURENCEL, 2010).

Como terceira e última perspectiva da pesquisa em contabilidade ambiental, têm-se o aspecto social, que ganhou preponderância e tomou força e importância nos estudos mais recentes, ou seja, desenvolvidos a partir dos anos 2000. Essa corrente tem uma abordagem mais crítica quanto à atuação da empresa no tocante à dimensão ambiental e busca incorporar todos os componentes sociais incluídos no campo da gestão do meio ambiente de modo a divulgar aos *stakeholders* informações completas e consistentes (COSENZA; MAMEDE; LAURENCEL, 2010). Para os autores, a vinculação da gestão ambiental aos sistemas de informações contábeis constituiu-se em aspecto relevante para proporcionar uma visão interna de como as empresas aplicam os princípios contábeis na área ambiental em termos de tomada de decisão. Ainda conforme os autores retro mencionados, esse enfoque social revela os problemas decorrentes da integração de todos os fatos que, direta ou indiretamente, vinculam-se à matéria ambiental e permite incorporar novas fontes de informação na análise das variáveis que se aliam às características ambientais.

A partir da emergência da perspectiva social, os conceitos de ‘ambientalmente correto’ e de ‘desenvolvimento sustentável’, como afirma Ferreira (2007), tomaram maior dimensão e começaram a fazer parte do cotidiano social e, consequentemente, das práticas de um maior número de empresas. Todavia, a autora atribui o desenvolvimento da contabilidade ambiental à necessidade de oferecer aos gestores informações ambientais em termos econômicos. Em decorrência, Câmara (2009) entende que a contabilidade ambiental surge como ferramenta gerencial relevante e necessária para a mensuração dos ônus decorrentes de impactos ambientais que provêm das atividades econômicas, bem como para a avaliação de alternativas operacionais e tecnológicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

A contabilidade ambiental também atende aos usuários externos, provendo informações aos *stakeholders* e outros interessados acerca dos eventos ambientais que causam modificações na situação patrimonial das empresas, bem como quanto à sua identificação, mensuração e evidenciação (SANTOS *et al.*, 2001; GOMES *et al.*, 2012). Decorrente das leis e normatizações, a contabilidade ambiental tornou-se objeto de interesse de pesquisadores e foi considerada como uma proeminente área no meio acadêmico contábil, bem como para os profissionais contadores (MATHEWS, 1997). Na academia, especificamente, no campo contábil, nota-se um aumento significativo de discussões referentes à questão socioambiental (COSENZA, 2012).

É notável o crescimento da pesquisa em contabilidade socioambiental visto que são crescentes as discussões acadêmicas sobre o assunto como denotam as publicações de revistas internacionais tidas como importantes no contexto da contabilidade, a exemplo da *The Accounting Review*, *Forum on Social Responsibility Research in Accounting*, e *Journal of Accounting & Economics* (JAE) (COSENZA, 2012). De acordo com o trabalho de Villiers e Hsiao (2017), que revisaram a pesquisa em contabilidade, a educação contábil e a contabilidade social e ambiental são áreas populares de pesquisa.

Em decorrência de pressões por informações sobre os impactos econômicos da conduta empresarial em relação ao meio ambiente, instrumentos de informações passaram a ser incentivados, destacando-se a *Global Reporting Initiative* (GRI). Com alcance internacional, a GRI é um modelo de informação produzido sob o enfoque de sustentabilidade e “propõe o desenvolvimento de relatórios corporativos harmonizados de sustentabilidade, estimulando a geração de informações sobre questões sociais e ambientais no mesmo nível alcançado pela informação financeira” (COSENZA; MAMEDE; LAURENCEL, 2010, p. 21). Destaca-se que a prática de medir, divulgar e prestar contas para *stakeholders* internos e externos do desempenho organizacional, por meio de relatórios de sustentabilidade, tem por objetivo “descrever os impactos econômicos, ambientais e sociais (*tripple bottom line*) de uma organização, como o relatório de responsabilidade social empresarial, o balanço social, entre outros” (GRI, 2000 *apud* GOMES *et al.*, 2012, p. 4).

Apesar do crescimento de estudos sobre a temática ambiental no Brasil, após os anos 2000 (ROVER; SANTOS; SALOTTI, 2012; BEUREN *et al.*, 2013), “as informações de cunho ambiental são divulgadas de maneira segregada, de forma não consubstanciada, nos habituais relatórios do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e com relativa superficialidade nas Notas Explicativas” (GOMES *et al.*; 2012, p. 4). Todavia, Gomes *et al.* (2012) destacam que os organismos, como o Instituto Ethos e o Instituto Brasileiro de

Análises Sociais e Econômicas (Ibase), têm, indiretamente, influenciado a pesquisa na área, visto que o primeiro tem como missão a mobilização, sensibilização e ajuda às empresas de forma que essas ajam de forma socialmente responsáveis. O Ibase, por sua vez, desde 1981, “tem contribuído para o estabelecimento de diretrizes para publicação de informações sociais e ambientais relatados no Balanço Social” (GOMES *et al.*; 2012, p. 4).

Mesmo com as críticas quanto ao caráter monoparadigmático, ausência de criticidade (HOMERO JÚNIOR, 2017) e informações divulgadas de maneira segregada em diferentes e diversos relatórios contábeis e de sustentabilidade (GOMES *et al.*, 2012), a pesquisa sobre questões contábeis socioambientais tem avançado e categorizada ao longo do tempo. Gray *et al.* (2009) entendem que a pesquisa em contabilidade ambiental pode ser categorizada em períodos ou fases, cada uma com ênfase em certas características. Ao mapearem estudos internacionais, Gray *et al.* (2009) apontam quatro fases da pesquisa nessa área.

É consensual que a primeira fase da pesquisa em contabilidade ambiental internacional se inicia em 1970, concentrando-se os assuntos investigados em questões trabalhistas e no uso de indicadores de desempenho organizacional. Em 1980, o foco das pesquisas se deslocou para o *disclosure* e o maior detalhamento nos relatórios contábeis anuais. A partir da década de 1990, segundo Gray *et al.* (2009), a ênfase dos estudos, nos primeiros cinco anos, é dada ao *disclosure* voluntário com ênfase nas questões ambientais e, posteriormente, na segunda metade da década, as pesquisas focalizaram questões sociais e comunitárias. Na quarta fase, a partir dos anos 2000, predominam estudos com discussões sobre a questão da sustentabilidade e da responsabilidade social corporativa.

Clarkson *et al.* (2007) também explicam que a literatura internacional acerca da pesquisa sobre questões contábeis ambientais pode ser categorizada em três grandes grupos. O primeiro grupo de estudos examina a relevância da avaliação das informações corporativas de desempenho ambiental, tendo sido descoberto que essas informações são valiosas para investidores que buscam avaliar passivos ambientais em diferentes cenários. A segunda linha examina fatores que afetam as decisões gerenciais de divulgar potenciais passivos ambientais. Esse grupo de estudos concluiu que existem fatores estratégicos que afetam as decisões das empresas de divulgar informações de responsabilidade ambiental, especialmente, quando as divulgações são discricionárias. Uma terceira linha de investigação explora a relação entre as divulgações ambientais e o desempenho ambiental.

Para Gray (2010), os estudos em contabilidade ambiental são amplos porque essa área se preocupa com questões sociais, além de discutir questões que envolvem aspectos sociais, ambientais, éticos, bem como a responsabilidade, a sustentabilidade, a *accountability*,

disclosure ambiental, *reporting*, investimentos de custeio e gestão e auditoria. Sobre a pesquisa em contabilidade socioambiental no cenário internacional, Zanchet (2014, p. 96) destaca “um debate relativamente vigoroso sobre os rumos da pesquisa [...], com revisões críticas que vão muito além de levantamentos bibliométricos e abrem espaços para que distintas perspectivas filosóficas e ideológicas sejam cotejadas”.

No Brasil, as temáticas mais pesquisadas referem-se às questões relacionadas aos impactos ambientais, à performance ambiental, ao desempenho econômico em relação ao meio ambiente (TEIXEIRA; RIBEIRO, 2014), à evidenciação de informações ambientais, à gestão ambiental (BEUREN *et al.*, 2013; TEIXEIRA; RIBEIRO, 2014; SILVA *et al.*, 2017; TISOTTI; RODRIGUES; SILVA, 2018), ao registro contábil ambiental (SILVA *et al.*, 2017), à evidenciação de créditos de carbono e ao *disclosure* ambiental, principalmente (TISOTTI; RODRIGUES; SILVA, 2018). Em relação ao crédito de carbono, Basso, Bertagnolli e Santos (2018) concluíram que esse é um assunto que precisa ser aprofundado, além de ser um tema relativamente novo e sem regulamentação pelos órgãos contábeis.

Congressos, simpósios, conferências, etc. são espaços onde um estudo científico é debatido e publicado. Um desses espaços é a Conferência Sulamericana de Contabilidade Ambiental (CSCA), que desde sua primeira edição em 2009, se propõe à discussão de trabalhos relacionados à questões contábeis socioambientais. A conferência possui edições bienais, sendo a última ocorrida em 2019, com oito áreas temáticas para submissão de trabalho: (i) mensuração e evidenciação de eventos socioambientais; (ii) contabilidade, *accountability* e governança corporativa; (iii) controladoria socioambiental; (iv) contabilidade e economia socioambiental; (v) auditoria e asseguração; (vi) ética, fraude e corrupção; (vii) educação para sustentabilidade; e (viii) temas contemporâneos.

Divulgações referentes à contabilidade ambiental no Brasil, no entanto, não são obrigatórias e, sim, uma escolha contábil em fazê-las ou não. De acordo com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nº 25, a orientação é para a divulgação de ativos e passivos ambientais contingentes. Portanto, não há uma regulamentação para as empresas registrarem e mensurarem os acontecimentos ambientais. Assim, compreendendo de forma geral o cenário e o contexto nacional da pesquisa em contabilidade ambiental por meio da literatura exposta, apresenta-se, na próxima seção, a discussão sobre campo e capital a partir dos aportes conceituais de Pierre Bourdieu.

2.2 Abordagem Sociológica de Bourdieu: o campo e as espécies de capital

A abordagem conceitual de campo e das espécies de capital científico proposta por Pierre Bourdieu repousa nas questões relacionais, tendo em vista que a problematização dos trabalhos desenvolvidos por esse autor se referem à “mediação entre o agente social e a sociedade” (ORTIZ, 1983, p. 8).

Para Bourdieu (1983), um campo tem uma vida própria e é composto pelo conjunto de organizações que compreendem institutos, grupos de pesquisa, instituições de ensino superior e associações que representam atores relevantes que comungam ou partilham sistemas de significados e produzem ou realizam atividades com as quais se identificam. Há três aspectos centrais no pensamento bourdieusiano: a) o conhecimento praxiológico⁴; b) a noção de *habitus*⁵; e c) o conceito de campo (ORTIZ, 1983). Nesta seção, são discutidos alguns elementos que constituem a ideia de campo científico defendida por Pierre Bourdieu, abordando o conceito de capital científico e suas espécies, formas de acumulação e transmissão do capital científico, estrutura e desigualdade do campo científico, os agentes e a autonomia. Essa discussão tem por objetivo a definição das categorias de análise.

A priori, é importante compreender as propriedades do campo. Para Bourdieu (1983b, p. 89), os campos “se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)”. Compreende-se, portanto, que os espaços estruturados representam as posições e/ou as relações nos quais os agentes atuam. Por meio dos agentes que têm o mesmo *habitus* é que se caracteriza um campo, ou seja, o que irá determinar a existência de um campo e os limites são os interesses específicos, os investimentos econômicos e, também, os psicológicos, os quais são demandados dos agentes dotados de um *habitus* e das instituições nele inseridas (THIRY-CHERQUES, 2008).

Quanto mais autônomo for o campo, como assevera Bourdieu (2004, p. 22), “maior será o seu poder de refração e mais imposições externas serão transfiguradas a ponto de, frequentemente, se tornarem perfeitamente irreconhecíveis”, pois, assim, os agentes fogem das leis sociais externas. As “influências externas são sempre mediadas pela estrutura

⁴ O conhecimento praxiológico tem como objetivo “não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações *dialéticas* entre essas estruturas e as *disposições* estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las [...], este conhecimento supõe uma ruptura com o modo de conhecimento objetivista, quer dizer, um questionamento das condições de possibilidade” (BOURDIEU, 1983, p. 47).

⁵ “Sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim” (BOURDIEU, 1983, p. 94).

particular do campo que se interpõe entre a posição social do agente e a sua conduta (*prise de position*)”, como lecionam Thiry-Cherques (2006, p. 41). Ocorrendo dessa maneira, um campo relativamente autônomo faz o estabelecimento de suas próprias regras, mesmo que haja influências externas ou que ocorra o condicionamento por outros campos, ou seja, a influência de outros campos (THIRY-CHERQUES, 2006). No entanto, quanto mais um campo for heterônomo, maior concorrência imperfeita ocorrerá e, nesse caso, será mais “lícito para os agentes fazer intervir forças não científicas nas lutas científicas” (BOURDIEU; 2004, p. 32).

Nos diversos campos, conhecidos como campo literário, artístico, jurídico ou campo científico, estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem e disseminam a arte, a literatura ou a ciência (BOURDIEU, 2004). O campo da ciência se evidencia pelo embate em torno da autoridade científica, refletindo uma forma específica de interesse que produz e pressupõe as práticas científicas (ORTIZ, 1983). Para Bourdieu (1975), o campo científico surge do desinteresse em relação às diferentes aspirações, sejam elas produzidas ou até mesmo demandadas por outros campos, já que o campo científico é composto por forças e lutas e por regras próprias (BOUDIEU; 1983a, 2004).

Mas é no interesse dos agentes e nos objetos de disputas que se define um campo científico (BOURDIEU, 1983a). Nesse campo, existem estruturas que são formadas por meio das relações de poder da luta dos agentes, ou seja, pela estrutura da distribuição dos diversos tipos de capital que os agentes são capazes de acumular no decorrer das lutas anteriores (BOURDIEU, 1991). É nessa estrutura que ocorre a atribuição das estratégias, posturas e a chance de sucesso de cada cientista a depender da posição que o mesmo ocupa no campo (BOURDIEU, 1991).

Para o funcionamento do campo científico é preciso que as pessoas envolvidas estejam imbuídas dos objetivos de disputas para debater o que Bourdieu (1983a) chama de jogo, ou seja, estar dotado do *habitus* que implica no conhecimento e no reconhecimento de leis inerentes ao jogo e aos objetos de disputa. Esse *habitus* pode ser tanto social quanto individual, ou seja, refere-se não apenas a um grupo, mas também a um indivíduo (ORTIZ, 1983). Na medida em que o indivíduo internaliza as representações objetivas, seguindo as posições sociais que estão sendo desfrutadas, é que se tem um grupo ou uma classe (subjetiva) homogênea, logo, um *habitus* subjetivo. No entanto, essa internalização não necessariamente está ligada exclusivamente ao domínio do indivíduo, pois o processo de interiorização ocorre de forma objetiva que provém da subjetividade (ORTIZ, 1983).

Segundo Thiry-Cherques (2006, p. 33), o *habitus*, para Bourdieu, é um “sistema de

disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada". Ou seja, são maneiras permanentes e duráveis que podem levar, de forma particular, a resistir e/ou a se opor às forças do campo (BOURDIEU, 2004), visto que a compreensão de campo independe da análise das características de seus ocupantes, já que compreender consiste em uma apreensão sincrônica de espaços estruturados de posições ou de postos (BOURDIEU, 1983b). Pode-se compreender, dessa maneira, que todo campo é caracterizado pelos agentes que têm um mesmo *habitus* (THIRY-CHERQUES, 2006).

É importante lembrar que é no campo que se materializam as manifestações das relações de poder estruturado pela distribuição desigual de um *quantum social*, também denominado de capital social, que é determinado pela posição que um agente específico ocupa nesse meio (ORTIZ, 1983). Bourdieu (1999, p. 67), referindo-se ao vínculo de um agente a um grupo que pode ou não ser dotado de propriedades comuns, e que pode ser unido por ligações úteis e permanentes, esclarece que o capital social é “o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento”.

Em relação ao que Bourdieu entende por capital, Thiry-Cherques (2006, p. 38) esclarece ser o conceito derivativo da noção econômica “em que o capital se acumula por operações de investimento, se transmite por herança e se reproduz de acordo com a habilidade do seu detentor em investir”. Bourdieu considera, além do capital social e do capital econômico, o capital cultural e o simbólico (THIRY-CHERQUES; 2006, 2008).

O capital cultural é composto pelas habilidades, informações e conhecimento dos agentes que se tornam um conjunto de qualificações intelectuais que são transmitidas de várias maneiras (THIRY-CHERQUES, 2006). Essa transmissão pode ocorrer por meio da família e também via instituições de ensino. Ainda segundo o autor, no caso das instituições escolares, isso ocorre de três maneiras:

O estado incorporado, como disposição durável do corpo (por exemplo, a forma de se apresentar em público); o estado objetivo, como a posse de bens culturais (por exemplo, a posse de obras de arte); estado institucionalizado, sancionado pelas instituições, como os títulos acadêmicos (THIRY-CHERQUES; 2006, p. 39).

Como uma síntese dos capitais social, cultural e econômico, o capital simbólico “corresponde ao conjunto de rituais de reconhecimento social, e compreende o prestígio, a

honra etc." (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 39). Dessa maneira, para determinar a posição do agente na estrutura do campo, devem ser analisados o volume e a qualidade do capital que o mesmo detém (THIRY-CHERQUES, 2008).

O capital social pode ser convertido em outras espécies de capital direcionado a uma espécie de luta pela autoridade científica que assegura um poder sobre os mecanismos constitutivos do campo (BOURDIEU, 1983a). Tendo em vista que Bourdieu considera quatro capitais - econômico, o social, cultural e o simbólico -, cabe ressaltar que que eles se integram e dão significados para outras espécies de capitais (THIRY-CHERQUES, 2008). Portanto, dentre as espécies de capital, será discutido, neste estudo, o capital científico. Isso porque, quando se trata de ciência, o capital de referência é o científico, visto que a luta entre os agentes é uma disputa em volta da legitimidade da ciência (ORTIZ, 1983).

Para Bourdieu (2004), o campo tem duas formas de poder que corresponde a duas espécies de capital científico que, dificilmente, caminham juntas, já que possuem leis de acumulação diferentes: o capital científico puro e o capital científico da instituição. Ambas as formas de capital decorrem do poder do agente.

O capital científico puro resulta de poder específico, ou seja, é uma espécie de prestígio pessoal "que é mais ou menos independente do precedente, segundo os campos e as instituições, e que repousa quase exclusivamente sobre o reconhecimento pouco ou mal objetivado e mais consagrado entre eles" (BOURDIEU, 2004, p. 35). Esse poder é adquirido e acumulado por meio das contribuições ao progresso da ciência, sejam as descobertas ou as invenções publicadas principalmente nos órgãos mais seletivos e mais prestigiosos, estando ligado ao carisma do agente, à percepção da pessoa e aos dons pessoais. O agente pesquisador, em um longo e lento processo na formação do seu trabalho, acumula o capital científico puro (BOURDIEU, 2004).

O poder conhecido como temporal ou político e institucional ou institucionalizado refere-se à ocupação de posições importantes pelo agente nas instituições de ensino, como direção de laboratórios ou departamentos, comitês de avaliação, comissões e outras atribuições similares, além do poder de fazer parte de meios de produções no que se refere a contratos, postos, créditos e de reprodução ligados ao poder de nomear e fazer carreira (BOURDIEU, 2004). Esse poder é adquirido e acumulado por estratégias políticas, uma vez que é exigido tempo para as participações em comissões, em bancas de dissertações, teses e concursos, bem como em eventos científicos, cerimônias, reuniões etc. (BOURDIEU, 2004).

Dada a compreensão das espécies e do poder do capital científico, ressalta-se que é devido à posição hierárquica reconhecida dos pesquisadores como dominantes que ocorre

maior capital científico (ORTIZ, 1983). A dominação é proveniente do conjunto de ações complexas e infraconscientes [que existem abaixo do nível da consciência] por meio das quais os agentes e as instituições exercem domínio sobre os demais (THIRY-CHERQUES, 2008). Isso porque os agentes são posicionados no campo por meio do volume geral e das combinações relativas ao capital (MALSCH; GENDRON; GRAZZINI, 2011). Segundo Thiry-Cherques (2008), todo campo possui capital desigual, ocasionando um conflito permanente entre os agentes dominantes e os demais indivíduos e grupos. Entretanto, um agente dominante em um campo pode não ser em outro (THIRY-CHERQUES, 2008).

Sobre a forma de transmissão das duas espécies de capital científico, Bourdieu (2004) explica que a transmissão do capital científico puro (em virtude de pertencer ao pesquisador quase de forma intrínseca em função de suas características pessoais) ocorre de forma extremamente difícil se comparada à transmissão do capital científico institucional. Schlickmann (2013) observa que o prestígio e o reconhecimento, por exemplo, não são atributos que simplesmente se transmite, mas eles precisam ser conquistados e legitimados, visto que a transmissão somente se dá na medida em que os pares a legitimarem.

Isso posto, a partir da perspectiva bourdieusiana e da base teórica apresentada nesta seção, investiga-se, no presente estudo, como se configuram o campo científico e as espécies de capital científico dos agentes pesquisadores em contabilidade ambiental.

2.2.1 Alguns estudos com suporte conceitual sociológico de Pierre Bourdieu

As investigações, cujas temáticas, são embasadas nos conceitos de campo e de capital do sociólogo Pierre Bourdieu têm sido realizadas em diversas áreas do conhecimento científico na forma de dissertações, teses e artigos científicos. Nesta seção, sem a pretensão de mapear o estado da arte, são apresentados estudos coletados na plataforma de Periódicos Capes que utilizaram tais conceitos em suas discussões. É relevante destacar que alguns procedimentos metodológicos neles utilizados foram adaptados para a coleta de informações na presente investigação.

Teixeira (2011), em sua dissertação, pesquisou o campo de administração pública sob a tríade conceitual (campo, capital e *habitus*) de Pierre Bourdieu. O objetivo foi identificar quais capitais possuíam os agentes atuantes em equipes de projeto de pesquisa dos docentes da Universidade Federal de Lavras. A autora concluiu que prevalece o capital econômico e social, e que os pesquisadores escolhem seus parceiros de pesquisa motivados pelo interesse – capital econômico e capital cultural -, apontando que a posse desses capitais pode

condicionar o posicionamento dos pesquisadores. Segundo a autora, o interesse pelo capital econômico e pelo capital social deve-se ao conhecimento dos docentes e às leis do campo no qual estão inseridos.

Outro estudo de Teixeira e colaboradores (2012), na forma de artigo científico, identificou a dinâmica de distribuição de capitais científicos das espécies puro e institucional entre os docentes do programa de pós-graduação *stricto sensu* da área de Ciências Sociais Aplicadas em uma universidade pública de Minas Gerais. Essa pesquisa concluiu que existe “dificuldade de acumulação expressiva de ambos os tipos de capitais por parte de um pesquisador”, identificando também que não ocorre polarização entre os professores quando se trata de forte ou baixa acumulação dos capitais.

Assemelha-se ao estudo de Teixeira (2011) a pesquisa de Schlickmann (2013) e de Schlickmann, Oliveira e Melo (2014), os quais investigaram a constituição do campo científico da administração universitária brasileira. Schlickmann (2013) e Schlickmann, Oliveira e Melo (2014) identificaram uma relativa desigualdade na distribuição de capital científico, tanto puro, quanto institucional na estrutura do campo da administração universitária. Ainda, um dos achados diz respeito à posição de destaque do agente no campo, decorrente, principalmente, da titulação e experiência profissional deste.

Destaca-se dentre essas pesquisas o trabalho de Schlickmann (2013) que analisou a constituição da administração universitária enquanto campo científico no Brasil. Em seu trabalho, o autor revela que a estrutura do campo apresenta desigualdade de distribuição do capital científico puro e do institucional, sendo que os agentes possuem facilidade de obter poder científico, representado por capital institucional em predominância. O campo revela que os agentes dominantes são na maioria do sexo masculino e atuantes na mesma região que os demais agentes em geral.

Simione e Matos (2016), investigaram especificamente o campo de administração pública e concluíram que essa área tem se estruturado devido à interação no interior do campo e ao surgimento de instituições e grupos de pesquisas. Concluíram, ainda, que o campo da administração pública permanece sob a dominação de agentes e grupos das regiões Sul e Sudeste do país.

Ainda na área de pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas, Homero Junior (2017), com discussão ancorada no conceito de campo de Pierre Bourdieu, levantou a hipótese de ausência de uma linha consolidada de pesquisas interpretativas e críticas no campo científico da contabilidade no Brasil. Como resultado, o autor identificou baixa autonomia no campo acadêmico quando comparado ao campo profissional.

Nos estudos citados anteriormente, a posição do agente dominante no campo, a baixa autonomia do campo, a identificação de campo e as posições que os agentes ocupam no campo foram aspectos discutidos. Nota-se, todavia, a ausência de estudos no campo de investigação da contabilidade ambiental, que tenham analisado a configuração desse campo, bem como os agentes e o capital científico acumulado por eles, levando ao entendimento de que são necessárias pesquisas sobre o tema e, nesse contexto, situa-se a proposta do presente trabalho.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, são apresentados a classificação e os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa. Inicialmente, apresenta-se a classificação da pesquisa. Na sequência, é evidenciada a definição e a seleção da população-alvo da investigação, bem como os meios adotados para a realização da coleta dos dados. Por fim, têm-se as categorias de análise e as técnicas para análise das fontes documentais.

3.1 Classificação Metodológica e Seleção das Fontes de Pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória, pois analisa, entre outros aspectos, a configuração do campo científico em contabilidade ambiental, que é um tema ainda pouco explorado na área do conhecimento das Ciências Contábeis. De natureza positivista, o estudo adota uma abordagem quantitativa para a mensuração do capital científico puro e institucional; e também abordagem qualitativa, visto que as discussões demandaram uma investigação de cunho interpretativo. Com relação aos procedimentos, é um estudo bibliométrico e documental, cujas informações foram coletadas na base de dados da Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com o fim de identificar os pesquisadores brasileiros considerados como agentes do campo científico da contabilidade ambiental.

Os procedimentos metodológicos utilizados nesta dissertação são uma adaptação parcial daqueles utilizados no trabalho de Schlickmann (2013), o qual analisou a constituição da administração universitária enquanto campo científico no Brasil a partir da identificação dos agentes da área, bem como o perfil desses agentes, caracterizando o próprio campo. Para este estudo, foram adaptadas e utilizadas três dentre as cinco categorias de análise propostas por Schlickmann (2013), sendo elas: agentes, capital e campo científico. Os procedimentos para a construção das subcategorias e indicadores temáticos são apresentados adiante.

Para a seleção das fontes afim de identificar os pesquisadores em contabilidade ambiental, realizou-se, inicialmente, a busca na base de dados de currículos Lattes do CNPq. Nessa base de dados, por meio dos currículos, estão disponíveis uma “riqueza de informações e sua crescente confiabilidade e abrangência” (LATTES; 2019, p. 1) que evidenciam as formas de aquisição e acumulação do capital científico puro e institucional dos pesquisadores, visto que “O currículo lattes se tornou um padrão nacional no registro da vida pregressa e

atual dos estudantes e pesquisadores do país, e é hoje adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa [...]” (LATTES; 2019, p. 1).

3.1.1 Procedimentos de seleção nos Currículos Lattes

A seleção dos currículos Lattes teve como objetivo o levantamento de informações a fim de identificar os agentes do campo científico da contabilidade ambiental no Brasil. Essa seleção e o levantamento documental ocorreram no dia 15 de agosto de 2019, tendo sido identificados 1.515 currículos em consonância com os filtros estabelecidos, os quais foram planilhados por nome do pesquisador e sua titulação, utilizando-se, para tanto, o *software Microsoft Excel*. Similarmente ao que foi empregado por Schlickmann (2013), foram utilizados alguns filtros de busca dentro da Plataforma Lattes, sendo eles:

- Filtro I: Em ‘Buscar por’, marcou-se *Assunto* e utilizou-se a palavra-chave *contabilidade ambiental*;
- Filtro II: marcaram-se as bases *Doutores* e *Demais Pesquisadores*, visto que o objetivo era que a busca retornasse todos os pesquisadores, independentemente de titulação;
- Filtro III: assinalou-se buscar os pesquisadores por *Área de Atuação*.

Após a seleção dos filtros descritos, clicou-se em *Buscar*. Esse procedimento redirecionou a busca a uma segunda tela de filtros relativos à área de atuação. Tais filtros permitem restringir a busca a currículos que se atrelam uma área ou a uma área específica informada no módulo de áreas do conhecimento. Nessa etapa da seleção de currículos, fez-se a restrição, selecionando *Ciências Sociais Aplicadas* em grande área, *Administração* em área e *Ciências Contábeis* em subárea.

Cabe ressaltar que, para fins deste trabalho, optou-se por analisar o campo científico da contabilidade ambiental a partir dos agentes que atuam no campo das Ciências Contábeis, embora entenda-se que existam pesquisadores de outras áreas e subáreas que pesquisam sobre questões socioambientais. As Figuras 1 e 2 ilustram os procedimentos de busca na Plataforma Lattes.

Figura 1 - Plataforma Lattes - Busca de currículos Lattes

The screenshot shows the Lattes platform search interface. At the top, there are logos for CNPq and Curriculo Lattes, along with language and search options. Below the header, the search form is titled "Buscar Currículo Lattes (Busca Simples)". It includes fields for "Buscar por:" (Nome or Assunto/Título ou palavra chave da produção) and "Nas bases" (Doutores, Demais pesquisadores). There are also filters for "Nacionalidade" (Brasileira, Estrangeira) and "País de nacionalidade" (Todos). A section for "Tipo de filtro" has tabs for "Filtros" (selected) and "Preferências". Under "Filtros", there are several checkboxes for academic and professional activities. A "Buscar" button is located at the bottom right.

Fonte: CNPq (2019).

Figura 2 - Busca por currículo por área de atuação

This screenshot shows the Lattes platform search interface with advanced filtering options. A modal window titled "Filtros relativos à área de atuação" is open. It explains that this filter restricts the search to curricula with specific areas of knowledge. The modal contains four dropdown menus: "Grande área" (Ciências Sociais Aplicadas), "Área" (Administração), "Subárea" (Ciências Contábeis), and "Especialidade" (Todas). At the bottom of the modal are "Aplicar" and "Limpar" buttons. The background search form is identical to Figura 1, including the "Filtros" tab and a list of general filters like "Bolsistas de Produtividade do CNPq". A "Buscar" button is at the bottom right.

Fonte: CNPq (2019).

Para refinar a seleção, após o levantamento dos pesquisadores em contabilidade ambiental com base nos currículos disponíveis na plataforma Lattes, procedeu-se a três cortes:

1º. Foram desconsiderados os currículos dos pesquisadores que fossem apenas

graduados ou não tivessem finalizado o mestrado, fosse ele acadêmico ou profissional;

2º. Foram desconsiderados os currículos que não estavam atualizados em 2019, já que o *status* da atualização do currículo reflete que o pesquisador está atuante no campo;

3º. Para uma análise mais específica da inserção do pesquisador no campo científico da contabilidade ambiental, foram utilizadas, dentro dos currículos identificados, duas palavras-chave: ‘contabilidade ambiental’, por ser esse o assunto pesquisado, e ‘socioambiental’, por considerar que alguns pesquisadores, ao se referirem à contabilidade ambiental, utilizam o vocábulo socioambiental como palavra sinônima. Ambas as palavras foram buscadas nos seguintes campos dos currículos: resumo (texto informado pelo autor); título da dissertação de mestrado, da tese de doutorado ou do trabalho de pós-doutorado ou palavras-chave desses trabalhos; linhas de pesquisa; e área de atuação do pesquisador. Assim, havendo uma ou ambas as palavras-chave nesses campos, o pesquisador foi incluído como pertencente ao campo científico da contabilidade ambiental.

Cabe esclarecer, em relação à quantidade de currículos selecionados, que, após o primeiro corte, de um total de 1.515, restaram 985 currículos cujos pesquisadores apresentaram, no mínimo, o título de Mestre. Após a aplicação do segundo filtro, confirmaram-se 642 pesquisadores com os currículos atualizados. Por fim, após o terceiro e último filtro, o resultado apontou 137 (cento e trinta e sete) pesquisadores.

Na sequência, apresentam-se os procedimentos realizados para o processo da coleta de dados e as categorias de análise.

3.2 Processo de Coleta de Dados e Definição de Categorias de Análise

Para direcionar o processo de coleta dos dados, foram definidas categorias a partir de três pressupostos básicos: a exclusão mútua (as evidências não serão classificadas em mais de uma categoria), homogeneidade (utilização de princípios semelhantes de categorização) e pertinência (adequação ao *corpus* de pesquisa) (BARDIN, 2010). Tais categorias buscaram responder a perguntas delineadas de forma a direcionar a coleta e atingir os objetivos específicos, sendo as seguintes as questões:

- Quais pessoas são consideradas agentes do campo científico da contabilidade ambiental no Brasil?
- Os agentes são detentores de capital puro ou institucional?
- Qual capital científico predomina na estrutura do campo investigativo em contabilidade ambiental no Brasil?

- Os agentes permaneceram produtivos desde sua primeira publicação até 2018?

A partir dos questionamentos citados foram definidas três categorias de análise: agentes, capital científico e o campo científico. Essas categorias também constam da pesquisa de Schlickmann (2013).

Categoria 1 – Agentes: segundo Bourdieu (2004, p. 24), são indivíduos ou instituições “caracterizados pelo volume de capital científico e que determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço”.

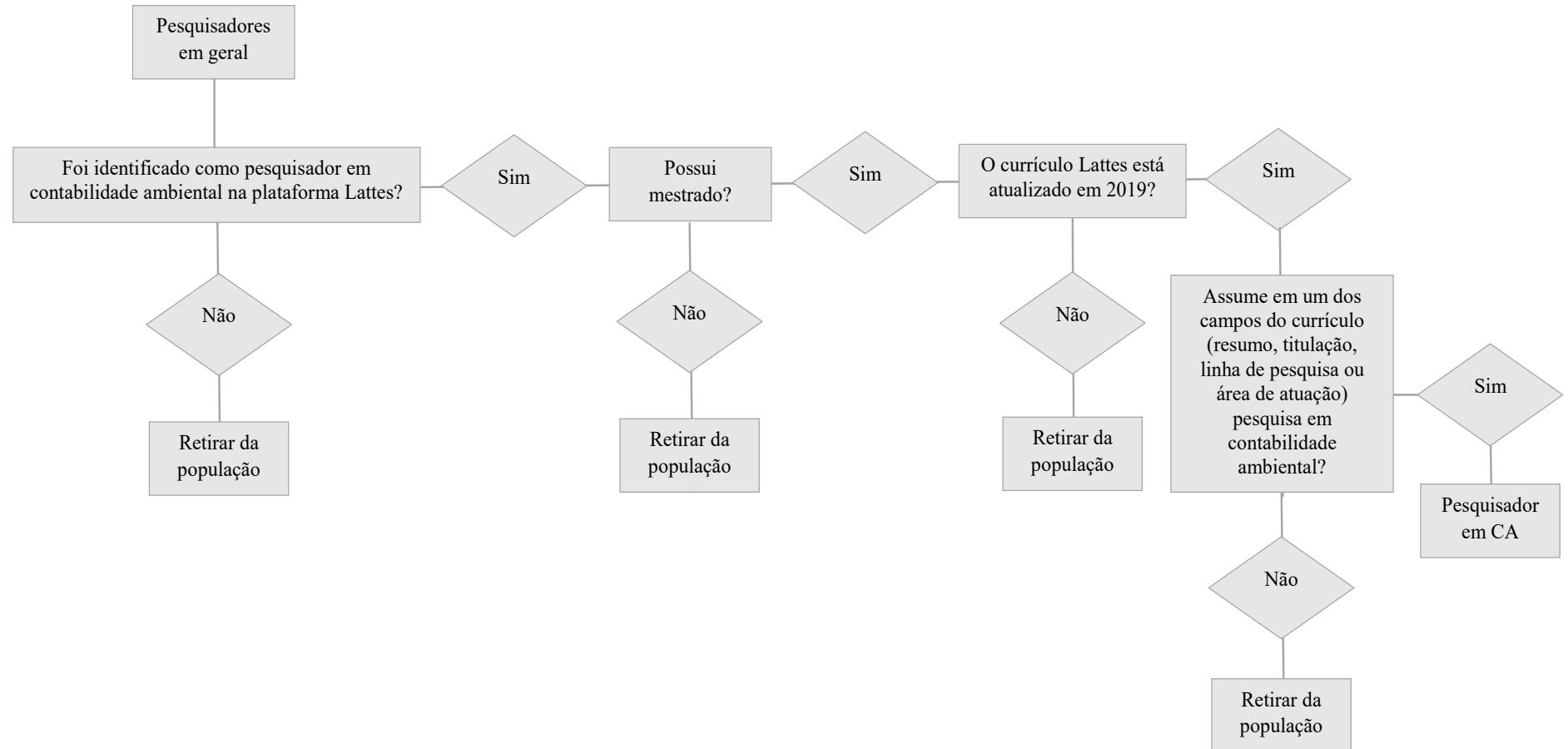
Categoria 2 - Capital Científico: “é uma espécie particular de capital simbólico [...] que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico” (BOURDIEU, 2004, p. 26), podendo assumir diferentes formas de capital científico (puro ou institucional), assim como assumir diferentes poderes. O capital científico puro é adquirido, “principalmente, pelas contribuições reconhecidas ao progresso da ciência, as invenções ou as descobertas”, enquanto o capital científico institucional “se adquire, essencialmente, por estratégias políticas (específicas) que tem em comum o fato de todas exigirem tempo – participação em comissões, bancas” (BOURDIEU, 2004, p. 36).

Categoria 3 - Campo Científico: é o lugar ou o espaço de jogo pela busca de autoridade científica no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a ciência (BOURDIEU, 1983; 2004). O campo científico provém da existência das estruturas que são formadas por meio das relações de poder da luta dos agentes, ou seja, pela estrutura da distribuição dos diversos tipos de capital, os quais são capazes de acumular no decorrer das lutas anteriores (BOURDIEU, 1991). Essa estrutura é onde ocorre a atribuição das estratégias, posturas e a chances de sucesso a cada cientista a depender da posição que o mesmo ocupa no campo.

Para a coleta de dados nos currículos Lattes, após a definição operacional das três categorias de análise, adaptou-se do estudo de Schlickmann (2013) as subcategorias e os indicadores temáticos. Necessário ressaltar que, de forma distinta do autor citado, o que foi denominado por ele como categoria, nesta pesquisa, foi tratado como subcategoria de análise, mantendo-se as dimensões de análise e os indicadores temáticos.

O processo de levantamento dos agentes é visto na Figura 3, na qual são apontados os critérios para sua identificação como pesquisadores em contabilidade ambiental.

Figura 3 - Árvore de decisão: estrutura do processo de seleção dos pesquisadores em contabilidade ambiental



Fonte: elaborada pela autora.

3.2.1 Definição Operacional da Categoria de Análise 1 - Agentes

Os agentes, de acordo com Bourdieu (2004), podem ser tanto pessoas como grupos de pessoas. Decorrente desse entendimento, Schlickmann (2013), em seu estudo, categorizou os *Agentes* em: agentes-pesquisadores, agentes-grupos de pesquisa e agentes-PPG. Neste estudo, foi analisada apenas a categoria ‘agentes-pesquisadores’. Optou-se por tratar os agentes-pesquisadores como subcategoria, definindo-se, para a operacionalização da coleta de dados, duas dimensões com 10 (dez) indicadores, como se observa no Quadro 1. Destaca-se que esses indicadores mensuram a eficiência do pesquisador.

Quadro 1 - Subcategoria de análise - agentes-pesquisadores

Categoria	Subcategoria	Dimensões	Indicadores
Agentes	Pesquisadores	Perfil demográfico	Sexo
			Região de atuação profissional
		Perfil acadêmico	Titulação
			Áreas de formação
			Tempo de formação a partir do mestrado até 2019
			Tema de dissertações e teses
			Publicações em periódicos*
			Publicações em anais de eventos científicos*
			Publicações em livros e capítulos de livros*
			Atuação como membro de corpo editorial (QUALIS)

Fonte: adaptado de Schlickmann (2013).

Legenda: *As publicações em periódicos, anais de eventos, livros e capítulos de livros foram analisadas de acordo com o título se referenciavam a contabilidade ambiental ou não.

As dimensões de análise e respectivos indicadores, nessa subcategoria, referem-se a:

- **Perfil demográfico:** trata do perfil dos pesquisadores de acordo com os dados contidos nos *Dados Pessoais* em seus currículos Lattes, cujos indicadores coletados foram o *sexo* dos pesquisadores (masculino ou feminino) e sua *região de atuação profissional* (organização, estado e região).

- **Perfil acadêmico:** trata da formação, dos temas de interesse e dos locais de publicação dos pesquisadores. Quanto à formação, foram levantados os indicadores *titulação* (mestrado, doutorado e pós-doutorado); *áreas de formação* (conforme o nome dos cursos de formação de mestrado e doutorado); e o *tempo de formação* (com base no ano de conclusão do mestrado). Foram levantados também os periódicos em que os agentes atuam como membros de corpo editorial. Todos os dados foram analisados independentemente se estavam relacionados à temáticas em contabilidade ambiental.

Para se chegar aos temas de interesse dos pesquisadores e verificar suas relações com os temas que tratam da contabilidade ambiental, levantou-se em seus currículos os indicadores

temas de dissertações e teses, temas de publicações em periódicos, temas de publicações em anais de eventos científicos e temas de livros e capítulos de livros publicados pelos pesquisadores. Essa análise contemplou, de forma específica, todos os títulos que versavam sobre Contabilidade Ambiental. Sobre os temas para cada indicador foram utilizadas as oito linhas temáticas presentes na VI Conferência Sulamericana de Contabilidade Ambiental (CSCA) de 2019.

Para classificação dos temas nas respectivas áreas temáticas, buscou-se por palavras-chaves que correspondiam à temática de interesse. Entretanto, na temática 8 - temas contemporâneos foram classificados os títulos com as seguintes palavras-chave: crédito de carbono, gestão ambiental, investimentos sociais e ambientais, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, ICMS ecológico e sustentabilidade, estando todos ligados ao meio ambiente. Esse critério foi adotado, considerando que, no *site* do evento, não havia informações suficientes para definição do que seriam os ‘temas contemporâneos’.

3.2.2 Definição Operacional da Categoria de Análise 2 – Capital Científico

Considerando duas espécies de capital científico: capital científico puro e o capital científico institucional, ambas as espécies foram classificadas como subcategorias de análise, estando elas inclusas na categoria capital científico. A partir de replicação da metodologia de Schlickmann (2013) para as duas espécies de capital, foram definidas as dimensões de análise com seus respectivos indicadores, aos quais foram atribuídos valores e pesos a fim de quantificação do capital científico. Assim, o capital puro resulta do somatório da pontuação obtida com a *titulação, experiência profissional e produção intelectual* multiplicado pelo peso da dimensão. Já o capital institucional é resultante da pontuação de *cargos ocupados e participações em bancas, conselhos, comissões e consultorias*. No Quadro 2, são detalhados os indicadores, valores e pesos atribuídos.

Quadro 2 - Categoria de análise - capital científico

continua...

Categoria	Subcategorias	Dimensões	Indicadores	Valores	
				Máximo	Peso
Capital científico	Capital Puro	Titulação ($\Sigma=100$)	Formação doutorado	80	2
			Formação pós-doutorado	20	
		Experiência profissional ($\Sigma=100$)	Orientações de dissertações e teses	29	4
			Coordenação de projetos de pesquisa	19	
			Atuação como integrante de projetos de pesquisa	19	

Capital científico	Capital Puro	Experiência profissional ($\Sigma=100$)	Bolsa recebida durante mestrado, doutorado ou pós-doutorado	14	
			Atuação como bolsista de produtividade do CNPq	19	
Capital científico	Capital Puro*	Produção intelectual ($\Sigma=100$)	Publicações em periódicos Qualis A1 ou A2	40	4
			Publicações em demais periódicos	30	
			Publicações de livros	10	
			Publicações de capítulos de livros	5	
			Publicações de artigos em anais de eventos	10	
			Coordenação de projetos de pesquisa com apoio ou fomento	5	
	Capital Institucional*	Cargos ocupados ($\Sigma=100$)	Cargos de direção e administração ocupados (coordenação, direção, chefia)	40	6
			Cargos de direção e administração ocupados (Reitoria, Pró-reitoria)	60	
		Participação em bancas, conselhos, comissões e consultorias ($\Sigma=100$)	Participação em conselhos, comissões e consultorias	16	4
			Participação em bancas de concursos públicos	16	
			Participação em avaliação de cursos	16	
			Participação em bancas de dissertações e teses	16	
			Atuação como membro de corpo editorial	20	
			Atuação como revisor de periódico	16	

Fonte: adaptado de Schlickmann (2013).

Legenda: * Todos os indicadores do capital científico puro e do institucional, foram analisados (pontuados) de forma geral, independentemente se estavam relacionados à temáticas em contabilidade ambiental.

Para maior detalhamento da técnica de análise da categoria capital científico, descrevem-se, na sequência, os procedimentos adotados para atribuição da pontuação a cada indicador inserido nas cinco dimensões. Importante destacar que a metodologia é similar àquela utilizada por Schlickmann (2013).

1. **Titulação:** para os pesquisadores que possuíssem doutorado, foram atribuídos 80 pontos e, para os que possuíssem pós-doutorado, foram atribuídos mais 20 pontos, cujo somatório máximo de pontuação é de 100 pontos. Para esse grupo de indicadores, foi atribuído peso 02 (ou 20%), não tendo sido atribuída pontuação para mestre, considerando que essa titulação é requisito mínimo para atuação como agente-pesquisador.
2. **Experiência profissional:** para cada orientação de dissertação e tese, foram atribuídos 01 e 02 pontos, respectivamente, limitando-se ao total de 29 pontos. Para cada coordenação de projeto de pesquisa, foram atribuídos 02 pontos até um total de 19 pontos. Ainda, a cada projeto de pesquisa em que o pesquisador atuou como integrante, foi atribuído 01 ponto até um total de 14, e a cada bolsa recebida durante o mestrado, doutorado ou pós-doutorado, foram atribuídos respectivamente, 04, 06 e 09 até um total de 19 pontos. Para a atuação do pesquisador como bolsista de produtividade do CNPq foram atribuídos 19 pontos.

Para esse grupo de indicadores, foi atribuído peso 4 (ou 40%).

3. **Produção intelectual:** para cada publicação em periódicos da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo com Qualis A1 ou A2 da área, foram atribuídos 10 e 08 pontos, respectivamente, até um total de 40 pontos. Para publicações em outros periódicos, da área ou fora dela, independentemente do enquadramento Qualis, foi atribuído 01 ponto por artigo até um total de 30 pontos. Destaca-se que o Qualis Capes utilizado é aquele atribuído aos periódicos na avaliação quadrienal de 2013 a 2016. Para publicações de livros e de capítulos de livros, foi atribuído um 01 ponto para cada publicação até um total de 10 e 05 pontos, respectivamente. Para artigos publicados em anais de eventos, atribuiu-se 01 ponto para cada publicação até um total de 10 pontos e, para a coordenação de projetos de pesquisa com fomento ou apoio de alguma instituição, foi atribuído 01 ponto para cada coordenação até um total de 05 pontos. Para esse grupo de indicadores, foi atribuído peso 04.
4. **Cargos ocupados:** para cada cargo de direção e administração (coordenação, direção, chefia e vice chefia) ocupado pelos pesquisadores em instituições de ensino e pesquisa relacionadas à educação superior, foram atribuídos 10 pontos até um total de 40 pontos.
5. **Participação em bancas, conselhos, comissões e consultorias:** para cada cargo de direção e administração e substitutos legais (ou vices) em reitorias e pró-reitorias ocupados pelos pesquisadores, foram atribuídos 20 pontos até um total de 60 pontos. Para esse grupo de indicadores, foi atribuído peso 06 (ou 60%). Para as participações em conselhos, comissões e consultorias realizadas em instituições de ensino e pesquisa relacionadas à educação superior, participação em bancas de concursos públicos e participação em avaliação de cursos, foram atribuídos 02 pontos até um total de 16 pontos para cada indicador. Para cada participação em bancas de dissertações e teses, foram atribuídos 01 e 02 pontos, respectivamente, até um total de 16 pontos. Para cada atuação como membro de corpo editorial, foram atribuídos 02 pontos até um total de 20 pontos e, para cada atuação como revisor de periódico, foram atribuídos 02 pontos até um total de 16 pontos. Para esse grupo de indicadores, foi atribuído peso 04 (ou 40%).

O somatório dos pontos obtidos - indicadores temáticos identificados por meio do currículo Lattes multiplicados pelo peso correspondente - resulta na pontuação para os

volumes de ambas as espécies de capital: puro e institucional, adquiridos e acumulados pelos agentes ao longo de sua trajetória no campo científico em contabilidade ambiental. No entanto, essa pontuação não situa o pesquisador em uma escala de distribuição desse capital comparativamente aos seus pares ou denota a concentração dos pesquisadores de forma a evidenciar a estrutura do campo científico, como se propõe nesta pesquisa. Por isso, em uma segunda etapa, os pesquisadores foram distribuídos em três classes (Quadro 3).

Quadro 3 - Distribuição dos pesquisadores por volume de capital científico

Classes	Intervalos
A	Pontuação mínima de A – Pontuação máxima de A
B	Pontuação mínima de B – Pontuação máxima de B
C	Pontuação mínima de C – Pontuação máxima de C

Fonte: Schlickmann (2013, p. 126).

A distribuição dos pesquisadores em intervalos iguais de pontuação permite conhecer “aqueles situados nos extremos, e aqueles considerados como medianos” (SCHLICKMANN; 2013, p. 126). Matematicamente, em cada espécie de capital científico, foi subtraída a maior pontuação obtida pelos agentes pela menor para conhecer a amplitude total das pontuações de cada capital científico. Para obter a amplitude do intervalo ou classes, dividiu-se a amplitude total por 03. A fórmula que reflete o cálculo é representada na equação 1.

$$\text{Amplitude do intervalo} = (\text{maior pontuação} - \text{menor pontuação}) / 3 \quad (\text{eq. 1})$$

Utilizando a classificação, foi possível distribuir cada agente-pesquisador e, consequentemente, analisar como todos eles estão situados no campo científico.

3.2.3 Definição Operacional da Categoria de Análise 3 – Campo Científico

A terceira categoria em análise é a do campo científico que foi caracterizada a partir do perfil dos agentes e de sua estrutura evidenciada pela distribuição de capital científico que compõem as categorias de análise 1 e 2 já definidas operacionalmente. No Quadro 4, detalham-se as dimensões e os indicadores definidos para essa categoria de análise.

Quadro 4 - Categoria de análise – campo científico

Categoria	Dimensões	Indicadores
Campo científico	Perfil dos Agentes	Pesquisadores
		Distribuição de capital científico puro
	Estrutura	Distribuição de capital científico institucional
		Determinação dos agentes dominantes

Fonte: adaptado de Schlickmann (2013, p. 127).

As dimensões de análise e respectivos indicadores, nessa subcategoria, referem-se a:

- **Perfil dos agentes:** definidos conforme operacionalização descrita para a categoria ‘Agentes’ (subseção 3.2.1).

- **Estrutura:** a estrutura do campo científico da contabilidade ambiental no Brasil foi definida a partir da *distribuição de capital científico puro e institucional* entre os agentes-pesquisadores dispostos em três classes diferentes, conforme operacionalizado na categoria capital científico (subseção 3.2.2), bem como da *determinação dos agentes dominantes*, os quais foram identificados entre os agentes-pesquisadores que acumularam o maior volume de capital científico puro e institucional (situados na classe A de cada estrutura).

Após a definição operacional das categorias de análise, são descritas, na próxima seção, as técnicas de análise dos dados da pesquisa.

3.3 Técnicas de Análise dos Dados

Consistente com a proposta metodológica da pesquisa, e a partir das categorias de análise definidas, utilizou-se técnicas quantitativas para uma análise de natureza descritiva. A partir do levantamento de informações nos currículos Lattes, foram identificados os agentes-pesquisadores brasileiros do campo científico em contabilidade ambiental e, por meio do perfil de cada um, foi caracterizada a movimentação e a evolução do campo.

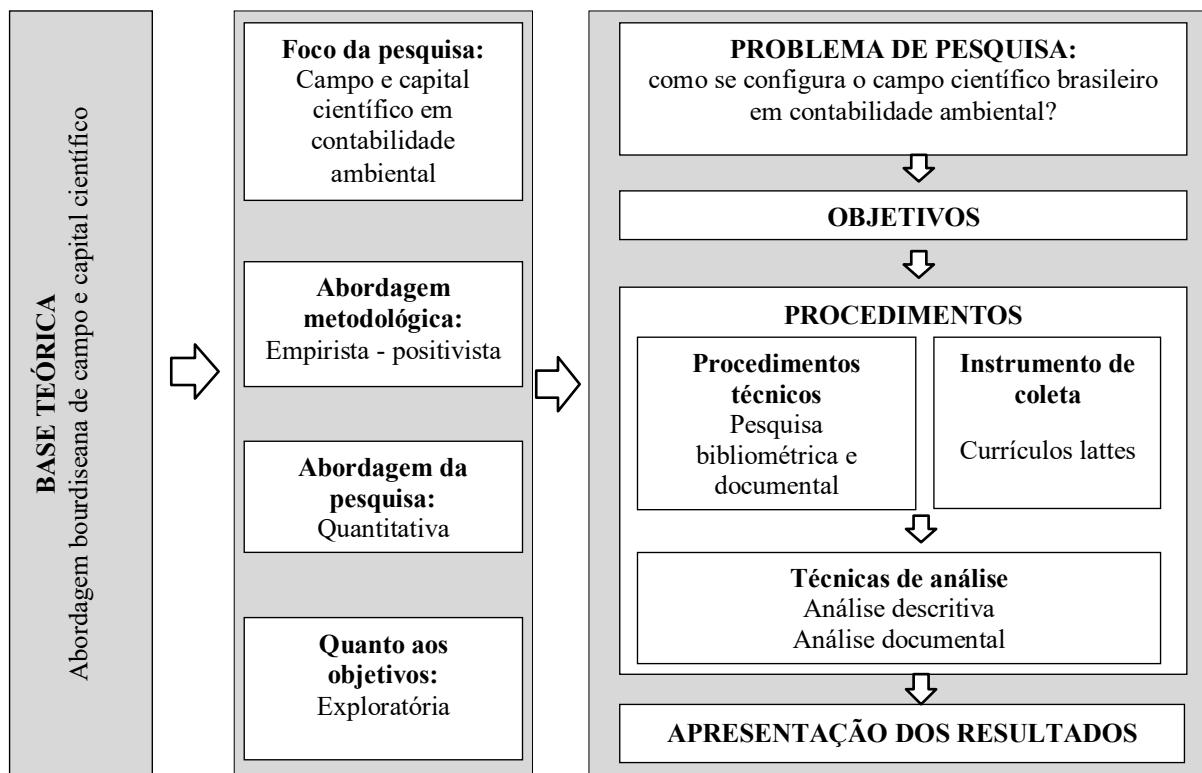
Para a análise, concentrou-se, fundamentalmente, nos resultados dos acúmulos de capital científico puro e institucional para caracterizar os agentes e desvelar a estrutura do campo científico, uma vez que é por meio do volume acumulado que se obtém o capital predominante na estrutura do campo. Para auxiliar na identificação das espécies de capital, os dados levantados (indicadores dentro de cada dimensão das subcategorias de análise) foram tabulados em planilha no *software Microsoft Excel®*. Ainda, foram utilizadas as seguintes ferramentas: filtro, classificação e tabela dinâmica. Esse procedimento foi necessário para determinar como o campo científico em contabilidade ambiental está estruturado a partir do volume de capital científico acumulado dos agentes. Ao final, apresenta-se a movimentação

do campo, evidenciando como cada agente-pesquisador atuou em relação à produção de artigos e livros durante sua trajetória acadêmica.

Para a discussão de resultados, atribuiu-se um código alfanumérico a cada agente-pesquisador constituído da letra AP (agente-pesquisador) e um número (1, 2, 3...) para se referir a cada um dos agentes de forma a manter o sigilo e seu anonimato. Por opção desta pesquisadora, a numeração atribuída classifica o AP, de forma decrescente, quanto ao seu volume de capital científico puro, sendo esse o código utilizado para referenciar o agente ao longo de toda a discussão de resultado e considerações.

O detalhamento das pontuações de cada agente-pesquisador, por dimensão, encontra-se no Apêndice A deste trabalho. Em síntese, os procedimentos estão descritos na Figura 4.

Figura 4 - Desenho da pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

4 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados, os quais provêm da seleção, análise dos currículos Lattes dos agentes-pesquisadores e quantificação dos indicadores inseridos em cada dimensão de análise, e tratam das espécies de capital científico predominantes, bem como da estrutura do campo.

4.1 Análise descritiva: subcategoria agentes-pesquisadores

Em um campo científico, os agentes são os indivíduos ou instituições cujo volume de capital determina sua estrutura (BOURDIEU, 2004). Um dos objetivos desta investigação foi identificar os agentes do campo científico da contabilidade ambiental no Brasil e, para tanto, descreve-se o perfil demográfico e acadêmico dos agentes pesquisadores, conforme procedimentos de seleção já detalhados. A análise e a discussão refletem o campo composto por 137 (cento e trinta e sete) agentes, como se observa na Tabela 1.

Tabela 1 - Perfil descritivo dos agentes pesquisadores

		N=137		
Dimensões	Indicadores	Descrição	<i>f</i>	<i>f(%)</i>
Perfil demográfico	Sexo	Feminino	70	51,09
		Masculino	67	48,91
	Região (de atuação)	Norte	04	2,92
		Nordeste	29	21,17
		Centro-Oeste	09	6,57
		Sudeste	43	31,39
		Sul	39	28,47
	Titulação	Não identificado	13	9,49
		Mestrado	54	39,42
Perfil acadêmico	Tempo formação**	Doutorado*	83	60,58
		Até 05 anos	20	14,60
		De 6 a 10 anos	34	24,82
		De 11 a 15 anos	46	33,58
		De 16 a 20 anos	24	17,52
		Mais de 21 anos	13	9,49

Fonte: dados da pesquisa.

Legenda: * Há um total de 19 agentes com pós-doutorado.

** Refere-se à formação acadêmica em nível de mestrado.

Como demonstrado, o campo está dividido de forma mista no que refere ao sexo dos agentes, dado que 51,76% são mulheres e 48,91% são agentes masculinos. Os agentes-pesquisadores estão situados nas cinco regiões brasileiras, mas é a região Sudeste que concentra a maioria deles, com 31,39% de pesquisadores.

Quanto ao perfil acadêmico, foi verificada a titulação e o tempo de formação dos agentes-pesquisadores, cujo parâmetro foi a conclusão do mestrado, uma vez que, nesta pesquisa, esta titulação é considerada condição mínima para ser pesquisador. Ainda há 39,42% de agentes com o título de mestre, prevalecendo o intervalo de formação entre 11 a 15 anos 33,58% dos agentes. Entre os agentes, a maioria (60,58%) detém titulação em nível de doutorado. Oportuno destacar que um dos pesquisadores (AP12) não informa em seu currículo Lattes ter cursado o mestrado: o mesmo cursou doutorado fora do país (Universidade de Deusto, Espanha). Para este agente-pesquisador seu tempo de formação foi considerado a partir do ano de conclusão do doutorado.

Ainda com relação à titulação, verificou-se a área de formação desses agentes-pesquisadores, como descrito no Quadro 5. Importante destacar que as áreas de formação são aquelas declaradas pelos agentes em seus currículos Lattes, sendo que a consulta à área do conhecimento conforme classificação da Capes não denota a existência de todas as áreas de formação e outras não foram citadas de forma idêntica à classificação.

Quadro 5 - Área de formação dos agentes-pesquisadores

continua...

Área de Formação	Mestrado		Doutorado	
	f	f(%)	f	f(%)
Administração*	16	11,76	10	12,05
Administração e Controladoria	1	0,74		
Administração Pública**	2	1,47		
Administração Pública e Governo			1	1,20
Administração e Desenvolvimento Rural	2	1,47		
Agronegócios	1	0,74	2	2,41
Ciência e Tecnologia Ambiental	1	0,74		
Ciência Florestal	1	0,74		
Ciências Ambientais	1	0,74		
Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária			1	1,20
Ciências Contábeis***	74	54,41	32	38,55
Ciências Contábeis e Administração			2	2,41
Ciências Económicas y Empresariales			1	1,20
Ciências da Educação			1	1,20
Ciências Humanas			1	1,20
Ciências Sociais			1	1,20
Comunicação	1	0,74		
Desenvolvimento Comunitário	3	2,21		
Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social (Profissional)	1	0,74		
Desenvolvimento e Meio Ambiente	2	1,47	1	1,20
Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	2	1,47		
Desenvolvimento Regional e Agronegócio	1	0,74	3	3,61
Desenvolvimento Socioeconômico	1	0,74		
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido			2	2,41
Economia****	3	2,21	4	4,82
Economia Doméstica	1	0,74		

Economia de Empresas (Profissional)	1	0,74		
Educação	2	1,47	2	2,41
Engenharia Ambiental			2	2,41
Engenharia Civil (Recursos Hídricos)			1	1,20
Engenharia de Produção	9	6,62	7	8,43
Engenharia e Gestão do Conhecimento			2	2,41
Engenharia Industrial			1	1,20
Engenharia Mecânica			1	1,20
Ensino de Ciência da Saúde e do Ambiente (Profissional)	1	0,74		
Extensão Rural	1	0,74		
Geografia	1	0,74		
Geologia			1	1,20
Gestão			1	1,20
Gestão e Desenvolvimento Regional	1	0,74		
Gestão Empresarial	1	0,74		
Gestão da Informação	1	0,74		
Matemática	1	0,74		
Planejamento Energético			2	2,41
Planejamento e Gestão Ambiental	1	0,74		
Recursos Naturais	1	0,74	1	1,20
Sistemas de Gestão (Profissional)	1	0,74		
Total	136		83	

Fonte: dados da pesquisa.

Legenda: * Três agentes cursaram mestrado profissional.

** Um agente cursou mestrado profissional.

*** Um agente cursou mestrado profissional.

**** Um agente cursou mestrado profissional.

Embora se confirme uma diversidade de áreas de formação, tanto em nível de mestrado quanto de doutorado, predominam agentes-pesquisadores com formação em Ciências Contábeis, mais especificamente, 54,41% e 38,55% de mestres e doutores, respectivamente. Administração e Engenharia de Produção, nessa ordem, são a segunda e terceira áreas de formação mais frequentes. Entre os agentes-pesquisadores com titulação em nível de doutorado, identificou-se, ainda, que 22,89% têm pós-doutorado.

Cabe ressaltar que os dados descritos no Quadro 5 não significam que a formação em nível de mestrado é correspondente ao nível de doutorado para o mesmo agente, ou seja, o agente-pesquisador, em diversas situações, cursou o mestrado e doutorado em áreas distintas.

Com o fim de diagnosticar se a inserção desses pesquisadores no campo da contabilidade ambiental ocorreu à época de seu processo de formação acadêmica, foram analisados os títulos e palavras-chave de suas dissertações e teses relacionadas a contabilidade ambiental. O Quadro 6 demonstra essa identificação. Ao final da análise, foram identificadas as dissertações e as teses por meio do título e classificadas dentre as oito linhas temáticas presentes na CSCA de 2019, ressaltando que esses trabalhos foram identificados por meio dos títulos ligados a CA. A discussão, a partir desse ponto, descreve o agente por seu código alfanumérico.

Quadro 6 - Temáticas investigadas por agentes-pesquisadores em sua formação acadêmica

Área temática	Produção	Agente	f	f(%)
(1) Mensuração e evidenciação de eventos socioambientais	Dissertação	AP8; AP43*; AP82*; AP87*; AP103*; AP118*; AP135*	7	9,09
	Tese	AP1*; AP8; AP25; AP34; AP45*; AP54*; AP57	7	9,09
(2) Contabilidade, accountability e governança corporativa	Dissertação	AP3; AP25; AP34; AP36*; AP57; AP61; AP106*; AP115*; AP126*; AP134*	10	12,99
	Tese	AP15*	1	1,30
(3) Controladoria socioambiental	Dissertação	AP35	1	1,30
	Tese	AP35	1	1,30
(4) Contabilidade e economia socioambiental	Dissertação	AP26*; AP85*	2	2,60
	Tese	AP51	1	1,30
(5) Auditoria e asseguração	Dissertação	AP77	1	1,30
	Tese			
(7) Educação para sustentabilidade	Dissertação	AP113*	1	1,30
	Tese			
(8) Temas contemporâneos	Dissertação	AP11*; AP21; AP22; AP29; AP40; AP51; AP59*; AP62*; AP67; AP68*; AP69*; AP70*; AP71*; AP88*; AP90*; AP92*; AP101*; AP107*; AP111*; AP116*; AP117*; AP121*; AP123*; AP125*; AP128*; AP131*; AP132; AP136*; AP137*	29	37,66
	Tese	AP3; AP22; AP27*; AP28*; AP29; AP38*; AP40; AP41*; AP44*; AP53*; AP58*; AP61; AP67; AP72*; AP73*; AP77	16	20,78
Total			77	100,00

Fonte: dados da pesquisa.

Legenda: * Não fez pesquisa na área temática ou não fez o doutorado.

Tendo como referência a análise dos dados apresentados no Quadro 6, nota-se que 64 (sessenta e quatro) agentes-pesquisadores tiveram, em suas dissertações ou teses, títulos ou palavras-chave relacionadas às áreas temáticas em contabilidade ambiental, considerando-se como base os títulos das áreas temáticas da CSCA 2019. Entre as oito áreas temáticas usadas como referência para mapeamento das produções acadêmicas, não foram identificadas em dissertações pesquisas com o tema 6 (seis), ou seja, ética, fraude e corrupção. Nos títulos de teses, não foram identificados temas inclusos em: (5) auditoria e asseguração; (6) ética, fraude e corrupção; e (7) educação para sustentabilidade.

Somente os agentes-pesquisadores AP3, AP8, AP22, AP25, AP29, AP34 e AP35 pesquisaram temas relacionados à questões contábeis socioambientais, tanto em suas dissertações quanto em suas teses.

Conforme demonstrado, em ordem decrescente de frequência, os temas mais

investigados nas dissertações inserem-se em: temas contemporâneos (29 pesquisas); contabilidade, accountability e governança corporativa (10 pesquisas); mensuração e evidenciação de eventos socioambientais (7 pesquisas); contabilidade e economia socioambiental (2 pesquisas); controladoria socioambiental (1 pesquisa); auditoria e asseguração (1 pesquisa); e educação para sustentabilidade (1 pesquisa).

Similarmente ao verificado em relação às dissertações, os temas investigados nas teses inserem-se em: temas contemporâneos (15 pesquisas); mensuração e evidenciação de eventos socioambientais (7 pesquisas); contabilidade, accountability e governança corporativa (1 pesquisa); controladoria socioambiental (1 pesquisa); e contabilidade e economia socioambiental (1 pesquisa).

Ainda com relação aos indicadores relativos ao perfil acadêmico dos agentes foram mapeados e analisados, a partir dos títulos das publicações relacionados a CA, os temas de publicações em periódicos, em anais de eventos, em livros e capítulos de livros. Os temas identificados, considerando as oito áreas temáticas da CSCA, estão expostas no Quadro 7.

Quadro 7 - Temáticas dos conteúdos produzidos em contabilidade ambiental

Áreas temáticas	Revistas		Anais de eventos		Livros		Capítulos de livros	
	f	f(%)	f	f(%)	f	f(%)	f	f(%)
1) Mensuração e evidenciação de eventos socioambientais	108	20,81	189	19,40	1	1,79	4	5,48
(2) Contabilidade, <i>accountability</i> e governança corporativa	47	9,06	76	7,80	20	35,71	15	20,55
(3) Controladoria socioambiental	5	0,96	5	0,51	0	0,00	1	1,37
(4) Contabilidade e economia socioambiental	26	5,01	42	4,31	1	1,79	1	1,37
(5) Auditoria e asseguração	9	1,73	14	1,44	1	1,79	0	0,00
(6) Ética, fraude e corrupção	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
(7) Educação para sustentabilidade	16	3,08	17	1,75	2	3,57	1	1,37
(8) Temas contemporâneos	308	59,34	631	64,78	31	55,36	51	69,86
Total	519	100,00	974	100,00	56	100,00	73	100,00

Fonte: dados da pesquisa.

Os conteúdos das quatro modalidades de publicação - revistas, anais de eventos, livros e capítulos de livros – enquadram-se como temas contemporâneos. Mensuração e evidenciação de eventos socioambientais foi o segundo assunto com maior frequência de publicação identificado nos periódicos e em anais de eventos, com 20,81% e 19,40%, respectivamente. Esse resultado é aderente aos achados nas pesquisas de Beuren *et al.* (2013), Teixeira e Ribeiro (2014), Silva *et al.* (2017), e Tisotti, Rodrigues e Silva (2018), que identificaram que a temática de evidenciação ambiental é uma das mais pesquisadas quando

se trata de impactos ambientais no Brasil.

Nos títulos dos livros e capítulos de livros, o tema contabilidade, *accountability* e governança corporativa foi destaque nos livros (35,71%) e capítulos de livros (20,55%). Esse também foi o terceiro assunto mais pesquisado e declarado nos currículos lattes dos agentes em artigos de periódicos (9,06%) e em anais de eventos (7,80%). Somente o tema ética, fraude e corrupção não foi identificado nas quatro modalidades em análise.

Por fim, ainda sobre o perfil acadêmico, analisou-se o indicador relacionado à atuação dos agentes como membros de corpo editorial de periódicos identificados e classificados no Qualis Capes, conforme avaliação do quadriênio de 2013 a 2016. Cabe esclarecer que para esse indicador foi analisado o contexto geral, ou seja, a quantificação não se limitou a revistas que publicam somente temáticas em Contabilidade Ambiental. O Quadro 8 sintetiza os nomes dos periódicos nos quais os agentes atuam como membros.

Quadro 8 - Atuação como membro de corpo editorial

continua...

Periódicos	Qualis	Agente	Classe (A, B, C)
RAE. Revista de Administração de Empresas	A2	AP5	A
Revista Contemporânea de Contabilidade	A2	AP5	A
Revista Universo Contábil (Online)	A2	AP5	A
RAC (IESA)	A2	AP48; AP22	B
Revista de Contabilidade e Organizações	A2	AP3; AP6	A
Contabilidade, Gestão e Governança	B1	AP16; AP18	A; B
Contextus (Fortaleza)	B1	AP5	A
Enfoque. Reflexão Contábil	B1	AP16	A
UnB Contábil	B1	AP19	B
Administração Pública e Gestão Social	B1	AP30	B
Base (UNISINOS)	B1	AP12; AP69	A; C
Revista Árvore	B1	AP93	C
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis (Impresso)	B2	AP11	A
RGO. Revista Gestão Organizacional (Online)	B2	AP4	A
Contabilidad y Negocios	B2	AP1	A
Organizações Rurais e Agroindustriais (UFLA)	B2	AP69	C
Reunir: Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade	B2	AP40	B
Revista Catarinense da Ciência Contábil	B2	AP1; AP41; AP132	A; B; C
Revista da micro e pequena empresa (FACCAMP)	B2	AP14	A
Sociedade, Contabilidade e Gestão	B2	AP24	B
Independent Journal of Management & Production (IJM&P)	B2	AP70	C
Pensar Contábil	B2	AP63	B
Interface	B3	AP9	A
Revista Ambiente Contábil	B3	AP1; AP9; AP14; AP23; AP45	A; A; A; B; B
Revista Mineira de Contabilidade	B3	AP18; AP39; AP48	B; B; B
SEPA. Seminário Estudantil de Produção Acadêmica	B3	AP54	B

Revista Científica Eletrônica Revista Ambiente Contábil	B3	AP1; AP9; AP14; AP15; AP23; AP45	A; A; A; A; B; B
Agora (UNC)	B4	AP4; AP51	A; B
Revista da Faculdade de Administração e Economia - ReFAE	B4	AP39	B
Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul	B4	AP7; AP12	A
Ciências Sociais em Perspectiva (Impresso)	B4	AP31	B
Revista Conhecimento Contábil	B4	AP90	C
Contexto (UFRGS)	B4	AP5	A
Revista Científica do ITPAC	B4	AP70	C
Revista da UNIFA (Impresso)	B4	AP29	B
Revista Extensão	B4	AP45	B
Revista Gestão & Sustentabilidade	B4	AP33	B
Revista Visão: Gestão Organizacional	B4	AP15	A
Revista de Informação Contábil (UFPE)	B5	AP11; AP20	A; B
Registro Contábil - Recont	B5	AP53	B
Revista ADMpg (Impresso)	B5	AP2	A
Revista de Administração e Contabilidade da FAT	B5	AP45	B
Revista de Informação Contábil (UFPE)	B5	AP11; AP20	A; B
Revista Brasileira de Contabilidade	C	AP6; AP12; AP68; AP81	A; A; C; C

Fonte: dados da pesquisa.

As revistas de maior Qualis Capes identificadas apresentaram conceito A2. No entanto, é nas revistas de conceito B4 que se observa maior diversidade e diversificação de exemplares e, possivelmente, por esse motivo, esses periódicos abarcam uma maior concentração dos agentes-pesquisadores. Nos periódicos com conceito Qualis C, somente um periódico com publicação dos agentes foi identificado: a Revista Brasileira de Contabilidade. Oportuno ressaltar que as revistas não classificadas pelo Qualis Capes do quadriênio de 2013 a 2016 não foram colocadas no Quadro 8, bem como as revistas que não estão atreladas à área de Administração, Contabilidade e Turismo, uma vez que foram consultados os periódicos que estivessem ligados à contabilidade para demonstrar em quais revistas os agentes-pesquisadores atuam como membros.

Quanto à participação dos agentes-pesquisadores nas revistas, a análise se fez pelo conceito Qualis das revistas. Verifica-se que os agentes-pesquisadores, que são membros do corpo editorial das revistas de Qualis A2, são, em sua maioria, de classe A do capital científico puro, exceto, na Revista de Administração e Contabilidade (RAC – IESE), na qual os agentes AP22 e AP48 se inserem na classe B. Nas revistas classificadas com o Qualis B1, B2 e B4, estão agentes das três classes de acúmulo de capital, enquanto que, nos periódicos de Qualis B3 e B4, os membros do corpo editorial são classificados nas classes A e B. Como já mencionado, foi identificada somente uma revista com conceito Qualis C na qual atuam como membros quatro agentes AP6, AP12, AP68 e AP81 de classes A e C.

Compreende-se que revistas de maior (A2) e menor (C) conceito Qualis identificadas nesta pesquisa comportam agentes cujo volume de capital é classificado nas três classes, constatando-se que não são, necessariamente, os agentes com maiores acúmulos de capital, aqueles que são os membros de revistas com maior classificação de Qualis.

Após a identificação dos perfis demográfico e acadêmico, foi possível calcular o acúmulo da capital e discutir sobre as espécies de capital dos agentes-pesquisadores.

4.2 Sobre o acúmulo do capital científico dos agentes-pesquisadores

Os volumes de capital científico puro e capital científico institucional, adquiridos e acumulados por cada agente, reflete sua atuação ao longo de sua trajetória no campo científico, mas não situa o pesquisador em uma escala de distribuição desse capital comparativamente aos seus pares ou denota a concentração dos pesquisadores de forma a evidenciar a estrutura do campo científico, como se propõe nesta pesquisa e como já citado anteriormente. Para o cálculo do volume de capital científico, foram construídas tabelas de contingência, usando o *software Microsoft Excel®*, sendo mensurados os indicadores das dimensões titulação, experiência profissional e produção intelectual representativos do capital puro. No capital científico institucional foram mensurados indicadores das dimensões de cargos ocupados e participação em bancas, conselhos, comissões e consultorias.

O resultado do somatório da pontuação atribuída aos indicadores resultou nos valores máximos e mínimos das subcategorias capital científico puro e capital científico institucional. Nesse caso, os agentes pesquisadores com maior e menor capital puro somaram 780 pontos e 0 pontos, nessa ordem. Quanto à subcategoria capital científico institucional, a maior e a menor pontuação foram, respectivamente, 268 e 0 pontos.

A mensuração de ambas as espécies de capitais, além de ranquear o agente pesquisador quanto ao seu volume de capital, possibilita classificá-lo como detentor de alto ou baixo acúmulo de capital. Para essa classificação, os volumes de capital dos 137 agentes foram distribuídos nas classes A, B e C. Para a obtenção dos intervalos correspondentes a cada classe, realizou-se o cálculo da amplitude de intervalo a partir das maiores e menores pontuações de capital. Aplicando-se a equação 1, a amplitude de intervalo para o capital científico puro foi de 260.

No Quadro 9 são apresentados os intervalos do capital científico puro apurado por classe, os quais foram calculados a partir da amplitude do intervalo obtida, bem como a quantidade de agentes nelas inseridos.

Quadro 9 - Classificação do acúmulo do capital científico puro dos agentes

Classes	Classificação	Intervalos	Quantidade de agentes
A	Alto acúmulo de capital científico puro	520,01 – 780,00	17
B	Médio acúmulo de capital científico puro	260,01 – 520,00	48
C	Baixo acúmulo de capital científico puro	0 – 260,00	72
Total dos agentes			137

Fonte: dados da pesquisa.

Verifica-se que, quanto maior o acúmulo de capital científico puro, menor a quantidade de agentes-pesquisadores. Na classe A, que é composta por agentes de alto acúmulo de capital, foram identificados 17 (dezessete) agentes, sendo essa a menor representação de agentes das três classes. Observa-se ainda que 48 (quarenta e oito) agentes-pesquisadores situam-se na classe B, com acúmulo médio de capital, e 72 (setenta e dois) agentes se incluem na classe C, com baixo acúmulo de capital científico puro.

Procedimento idêntico para a classificação dos agentes quanto ao acúmulo do capital científico institucional foi realizado. Os intervalos de amplitude calculados são vistos no Quadro 10. Dado que o maior e o menor volume de capital são de 560 e 0, respectivamente, a amplitude do intervalo para o capital institucional é de 186,67. Após foram construídos os intervalos para cada classe.

Quadro 10 - Classificação do acúmulo de capital científico institucional dos agentes

Classes	Classificação	Intervalos	Quantidade de agentes
A	Alto acúmulo de capital científico institucional	373,35 – 560,01	15
B	Médio acúmulo de capital científico institucional	186,68- 373,34	37
C	Baixo acúmulo de capital científico institucional	0 – 186,67	85
Total dos agentes			137

Fonte: dados da pesquisa.

O capital científico institucional, assim como já confirmado para o capital científico puro, apresenta maior quantidade de agentes ($n=85$) na classe C, visto que esses agentes detêm um baixo acúmulo de capital. A segunda maior frequência ocorre na classe B, de médio acúmulo de capital, com 37 (trinta e sete) agentes. Além disso, somente 15 (quinze) pesquisadores detêm alto acúmulo de capital científico institucional e se inserem na classe A.

Constata-se que é maior a quantidade de agentes, com ambas as espécies de capital, na classe C, o que reflete o baixo acúmulo de capital quando se compararam os pares. Comparando-se os números das classes A e B nota-se que é maior a quantidade de agentes

com alto e médio acúmulo de capital científico puro. Na classe C, ocorre o inverso, tendo em vista a predominância de agentes com maior capital institucional. Isso porque, no campo há duas formas de poder que correspondem a duas espécies de capital científico, as quais dificilmente caminham juntas já que possuem leis de acumulação diferentes: o capital científico puro e o capital científico da instituição. Ambas as formas de capital decorrem do poder do agente (BOURDIEU, 2004).

O volume de capital acumulado também é maior para o capital científico puro (780 pontos), valor este superior à maior pontuação para o volume de capital científico institucional (560 pontos). A desigualdade de capitais científicos no campo justifica-se devido ao conflito permanente entre os agentes dominantes e os demais indivíduos e grupos, especialmente, porque um agente dominante em um campo pode não ser em outro (THIRY-CHERQUES, 2008). Compreende-se, dessa maneira, que os agentes-pesquisadores encontram-se mais envolvidos em pesquisas (capital científico puro) do que em cargos administrativos (capital científico institucional). Este resultado vai de encontro com os resultados de Schlickmann (2013), que apontou que os agentes do campo da administração universitária ocupam mais a posição de destaque, portanto o capital científico institucional, do que agentes com capital científico puro.

4.3 Reflexos do volume de capital científico puro e institucional na estrutura do campo

Nesta seção, analisa-se a estrutura do campo científico em contabilidade ambiental no Brasil, que é caracterizada pela distribuição do capital científico dos agentes-pesquisadores. A estrutura do campo é “dada pelas relações de força entre os agentes” (THIRY-CHERQUES, p. 174) e pelo peso referente ao capital científico (BOURDIEU, 2004). Uma vez que o agente pode ser dominante em um campo e não em outro (THIRY-CHERQUES, 2008), os resultados relativos ao volume acumulado pelos agentes em ambas as espécies de capital, visualizados na Tabela 2, foram ranqueados em ordem decrescente do acúmulo de capital científico, para evidenciar os agentes pesquisadores inclusos nas classes A, B e C.

Na apresentação da posição dos agentes (Tabela 2), a numeração atribuída classifica o AP, de forma decrescente, quanto ao seu volume de capital científico puro. O código alfanumérico foi mantido para o agente-pesquisador quando da classificação do capital científico institucional, mesmo que esse esteja inserido em outro intervalo de classe.

Tabela 2 – Ranqueamento dos agentes por classes e volume de capital científico

continua...

Agente	Capital Puro		Capital Institucional	
	Capital acumulado	Classe	Capital acumulado	Classe
AP1	780	A	268	B
AP2	744	A	252	B
AP3	728	A	520	A
AP4	700	A	472	A
AP5	668	A	560	A
AP6	664	A	272	B
AP7	648	A	512	A
AP8	640	A	128	C
AP9	616	A	536	A
AP10	612	A	504	A
AP11	588	A	456	A
AP12	588	A	352	B
AP13	576	A	184	C
AP14	576	A	228	B
AP15	568	A	112	C
AP16	556	A	552	A
AP17	532	A	264	B
AP18	516	B	512	A
AP19	516	B	356	B
AP20	508	B	224	B
AP21	492	B	344	B
AP22	484	B	140	C
AP23	480	B	460	A
AP24	464	B	292	B
AP25	464	B	104	C
AP26	452	B	292	B
AP27	448	B	300	B
AP28	440	B	264	B
AP29	440	B	96	C
AP30	436	B	288	B
AP31	432	B	348	B
AP32	424	B	352	B
AP33	424	B	176	C
AP34	416	B	248	B
AP35	408	B	64	C
AP36	404	B	96	C
AP37	400	B	100	C
AP38	400	B	176	C
AP39	384	B	560	A
AP40	380	B	284	B
AP41	376	B	300	B
AP42	372	B	164	C
AP43	368	B	388	A
AP44	348	B	28	C
AP45	344	B	128	C
AP46	344	B	132	C
AP47	336	B	16	C
AP48	332	B	372	B
AP49	328	B	96	C
AP50	320	B	128	C
AP51	316	B	272	B
AP52	316	B	356	B
AP53	316	B	296	B

AP54	312	B	472	A
AP55	312	B	252	B
AP56	308	B	0	C
AP57	304	B	424	A
AP58	304	B	192	B
AP59	292	B	296	B
AP60	288	B	88	C
AP61	280	B	24	C
AP62	268	B	16	C
AP63	268	B	52	C
AP64	264	B	168	C
AP65	256	B	96	C
AP66	256	C	76	C
AP67	240	C	304	B
AP68	240	C	72	C
AP69	236	C	312	B
AP70	224	C	144	C
AP71	220	C	152	C
AP72	220	C	24	C
AP73	220	C	136	C
AP74	216	C	0	C
AP75	216	C	24	C
AP76	204	C	368	B
AP77	204	C	8	C
AP78	200	C	0	C
AP79	192	C	0	C
AP80	192	C	336	B
AP81	192	C	24	C
AP82	180	C	0	C
AP83	180	C	16	C
AP84	160	C	48	C
AP85	160	C	40	C
AP86	160	C	0	C
AP87	156	C	120	C
AP88	136	C	0	C
AP89	132	C	132	C
AP90	124	C	384	A
AP91	124	C	16	C
AP92	120	C	24	C
AP93	116	C	184	C
AP94	96	C	232	B
AP95	96	C	8	C
AP96	84	C	152	C
AP97	84	C	240	B
AP98	80	C	180	C
AP99	76	C	8	C
AP100	76	C	0	C
AP101	76	C	0	C
AP102	72	C	76	C
AP103	64	C	264	B
AP104	64	C	8	C
AP105	64	C	188	B
AP106	60	C	240	B
AP107	56	C	8	C
AP108	56	C	0	C
AP109	52	C	0	C
AP110	48	C	176	C
AP111	40	C	0	C

AP112	40	C	12	C
AP113	32	C	0	C
AP114	32	C	152	C
AP115	32	C	24	C
AP116	28	C	8	C
AP117	28	C	0	C
AP118	24	C	0	C
AP119	16	C	0	C
AP120	16	C	0	C
AP121	12	C	200	B
AP122	12	C	0	C
AP123	12	C	200	B
AP124	8	C	48	C
AP125	8	C	8	C
AP126	4	C	0	C
AP127	4	C	0	C
AP128	4	C	116	C
AP129	0	C	0	C
AP130	0	C	16	C
AP131	0	C	0	C
AP132	0	C	8	C
AP133	0	C	0	C
AP134	0	C	0	C
AP135	0	C	0	C
AP136	0	C	144	C
AP137	0	C	0	C

Fonte: dados da pesquisa.

Analisando a classe A, para ambas as espécies de capitais, nota-se que 08 agentes, AP3, AP4, AP5, AP7, AP9, AP10, AP11 e AP16, permaneceram nessa mesma classe. Entre os demais agentes inseridos na classe A, 06 ocupam a classe B de acúmulo de capital institucional, sendo eles: AP1, AP2 AP6, AP12, AP14 e AP17. Ainda, foram identificados 03 agentes que são classificados como pertencentes à classe A no capital puro e à classe C quanto ao acúmulo de capital institucional, sendo eles: AP8, AP13 e AP15. A não permanência na mesma classe de acumulação de capital é justificada por Bourdieu (2004, p. 36) que afirma ser difícil “acumular praticamente, as duas espécies de capital científico”. Esses achados são corroborados por Teixeira *et al.* (2011) e Schlickmann, Oliveira e Melo (2014) que em seus resultados constataram que nem toda a amostra investigada se mantiveram na mesma classe quanto às espécies de capital.

Considerando os resultados expostos, entende-se que o capital científico puro é predominante na estrutura do campo investigativo em contabilidade ambiental, uma vez que o volume acumulado é maior nessa espécie, demonstrando, assim, que a estrutura do campo está voltada ao prestígio pessoal. Também nas classes A (de maior acúmulo) e B (médio acúmulo) concentram-se mais agentes-pesquisadores quando se compararam as frequências entre as espécies. Na estrutura do campo investigativo em contabilidade ambiental, há duas

situações latentes: (a) como o capital puro é superior ao capital institucional acumulado, nota-se o prestígio pessoal de alguns agentes (17 deles, ou seja, 12,40%); (b) é um campo com possibilidades de crescimento pelo fato de que a maioria dos agentes está classificada na classe C, em ambas as espécies de capital, e, portanto, podem, ao longo de suas trajetórias profissionais, acumular mais capital.

O maior volume de capital puro observado no campo comparativamente ao capital institucional, embora seja restrito a alguns agentes, é resultante do poder adquirido e acumulado por meio das contribuições ao progresso da ciência, no caso específico da contabilidade ambiental, isso se dá devido às pesquisas e publicações em órgãos e canais diversos. O capital puro reflete o carisma do agente e revela que o agente-pesquisador passa por um longo e lento processo na elaboração do seu trabalho (BOURDIEU, 2004).

Ainda, foram identificados agentes que não possuem volume de capital, ou seja, em todos os indicadores das dimensões pertencentes ao capital científico puro e/ou ao institucional, o resultado foi zero, o que leva a compreender que, embora o agente-pesquisador tenha sido identificado como um pesquisador em CA, não está, necessariamente, produzindo e/ou atuando em posições de poder. No campo há agentes que são pessoas que disputam poder, da mesma forma que há agentes que são sujeitados e não disputam poder – não quer ascender (BOURDIEU, 2004). No campo científico da CA confirma-se essa situação, explicada devido a transmissão das duas espécies de capital científico serem difíceis, sendo que a obtenção e acúmulo do capital científico ocorre em virtude de pertencer ao pesquisador em função de características pessoais.

A análise, na seção seguinte, trata dos agentes-pesquisadores inseridos na classe A que acumularam o maior volume de capital científico puro e institucional, a fim de evidenciar o perfil dos agentes dominantes no campo científico.

4.3.1 Agentes-pesquisadores dominantes no campo científico

De acordo com as discussões empreendidas na seção anterior, apresentam-se os agentes dominantes no campo científico. Ressalta-se que a posição hierárquica do pesquisador é reconhecida como dominante quando ocorre o maior capital científico (ORTIZ, 1983a). Dessa maneira, foram identificados 24 (vinte quatro) agentes dominantes por estarem esses na classe A, tanto para o capital científico puro quanto para o institucional. Os referidos agentes são: AP1, AP2, AP3, AP4, AP5, AP6, AP7, AP8, AP9, AP10, AP11, AP12, AP13, AP14, AP15, AP17, AP16, AP23, AP39, AP18, AP54, AP57, AP43 e AP90.

Apresenta-se o Quadro 11, demonstrando a região em que cada agente dominante atua, bem como a sua titulação, o tempo de formação e a instituição em que trabalha.

Quadro 11 - Local de atuação de agentes-pesquisadores dominantes

Instituição	Agente	Titulação (Doutorado)	Tempo (titulação)	f	f(%)	Região	f	f(%)
UFG	AP18	S	13	01	4,17%	Centro-Oeste	3	12,50
UnB	AP2	S	13	01	4,17%			
UFMT	AP57	S	16	01	4,17%			
UFCE	AP7	S	28	01	4,17%			
UFRN	AP9	S	24	01	4,17%			
UFPB	AP23	S	19	01	4,17%			
UERN	AP90	N	19	01	4,17%			
UFBA	AP5; AP54	S	23; 15	02	8,33%	Nordeste	6	25,00
USP - RP	AP3	S	27	01	4,17%			
UFRJ	AP11	S	32	01	4,17%			
UNIFACCAMP	AP14	S	35	01	4,17%			
UFMG	AP39	S	13	01	4,17%			
UFVJM	AP43	S	9	01	4,17%			
USP	AP6; AP10; AP17	S	15; 39	03	12,50%			
UNOCHAPECÓ	AP4	S	14	01	4,17%	Sudeste	8	33,33
UNISINOS	AP12	S	21*	01	4,17%			
UNESC	AP15	S	15	01	4,17%			
UEM	AP16	S	17	01	4,17%			
UFSC	AP1; AP8; AP13	S	17; 10; 15	03	12,50%			
Total				24	100,00		24	100,00

Fonte: dados da pesquisa.

Legenda: *O AP12 não realizou o curso de mestrado, mas fez o doutorado. Dessa forma, foi considerada a data de conclusão do doutorado.

Apenas um agente, o AP90, não detém o título de doutorado. Entretanto, embora não detenha esse título, ou seja, detentor de um indicador do capital científico puro, esse agente se dedica mais a cargos administrativos e, por isso, ele detém um volume de capital científico institucional de alto acúmulo. Na abordagem bourdiseana, o poder pode ser temporal ou político e institucional ou institucionalizado, estando esse poder ligado a posições importantes ocupadas pelo agente em instituições de ensino, como direção de laboratórios ou departamentos, comitês de avaliação, comissões e outras atribuições similares, além do poder de fazer parte de meios de produções no que se refere a contratos, postos, créditos e de reprodução aliados ao poder de nomear e fazer carreira (BOURDIEU, (2004), o que justifica a posição de AP90 no campo.

Quanto às regiões em que os agentes dominantes atuam, os resultados demonstram que o Sudeste e o Sul comportam uma concentração maior de pesquisadores com 33,33% e 29,17%, respectivamente. É possível verificar, no Apêndice B, a região e a instituição de

atuação de todos os agentes. Em seus estudos, Simione e Matos (2016) também citam que os agentes dominantes se concentram em grupos das regiões Sul e Sudeste do país.

Os resultados da análise do tempo de formação dos agentes dominantes apontam que somente dois agentes (AP8 e AP43) possuem até dez anos de formação, revelando que o campo se movimenta e as estruturas estruturantes podem ser rompidas e alteradas, já que todos os demais agentes dominantes são pesquisadores há mais de 13 anos.

Para explicar ou justificar a constatação de desigualdade entre agentes-pesquisadores dominantes, ou seja, há mais agentes com capital científico puro e mais tempo de atuação quando comparados entre si e quando compara-se o volume de capital institucional entre os agentes, retoma-se Thiry-Cherques (2008) que afirma que todo campo possui capital desigual, fato este que ocasiona um conflito permanente entre os agentes dominantes e os demais indivíduos e grupos. Inclusive um agente dominante em um campo pode não ser em outro.

4.3.2 Acúmulo do capital científico puro e institucional

Embora já tenham sido demonstrados os volumes apurados de capital de cada agente-pesquisador (Tabela 2), apresenta-se, a seguir, a análise individual dos indicadores que resultaram no acúmulo do capital científico puro e institucional obtidos por esses pesquisadores dominantes.

No Quadro 12, são descritos os agentes-pesquisadores que obtiveram as maiores pontuações nas três dimensões da categoria de análise do capital puro e, por isso, são dominantes no campo científico da contabilidade ambiental. Na dimensão *titulação* o maior volume de capital totaliza 240 pontos. Quanto à *Experiência Profissional*, a maior pontuação é de 196 pontos; na *Produção Intelectual*, de 384 pontos. Foram selecionados esses valores, considerando serem eles correspondentes às maiores pontuações obtidas, mais próximas ao máximo que poderia ser acumulado pelos valores e pesos atribuídos por dimensões.

Quadro 12 - Pontuações por dimensão do capital científico puro

Agente	Classe	Pontos	Titulação	Experiência profissional	Produção intelectual
			Pontos: 240	Pontos: 196	Pontos: 384
AP1	A	780		X	X
AP2	A	744	X		X
AP4	A	700			X
AP5	A	668			X
AP6	A	664	X		

Fonte: dados da pesquisa.

Ao analisar as maiores pontuações obtidas pela dimensão do capital científico puro, constatou-se que somente seis agentes-pesquisadores obtiveram as maiores pontuações, verificando-se, assim, que o agente de maior volume (AP1) apenas não se destaca com a maior titulação. Na experiência profissional, o AP1 tem se dedicado mais às orientações e coordenações. Quanto à dimensão produção intelectual, entende-se que, de cinco agentes com maiores volumes de capital, somente o AP1 e o AP2 obtiveram o maior somatório em duas dimensões do capital científico puro, o que justifica as suas posições em primeiro e segundo lugar na classe A desse capital.

Quanto ao acúmulo do capital científico institucional, sua obtenção resulta da pontuação de duas dimensões: cargos ocupados ligados à reitoria e à diretoria e participação em bancas, conselhos, comissões e consultorias. Em se tratando do indicador cargos ocupados, o maior volume de pontos foi de 240, visto que trinta pesquisadores, ou seja, 22% entre os 137 agentes, acumularam nessa dimensão, sendo eles pertencentes às classes A e B.

Na dimensão participação em bancas, conselhos, comissões e consultorias, apurou-se que a maior pontuação somada pelos agentes totalizou 320 pontos, mas apenas dois (AP5 e AP36) obtiveram esse volume, sendo eles também pertencentes à classe A. A totalização das pontuações atribuídas em ambas as dimensões inclusas na subcategoria de análise capital científico institucional, como já foi informado anteriormente, é descrita no Apêndice A.

4.4 Movimentação dos agentes-pesquisadores no campo científico em contabilidade ambiental

Um campo tem propriedades universais e características próprias que são reflexos do capital dos agentes e da hierarquia de valores de interesses no campo, entre outros. Como “cada campo tem um interesse que é fundamental, comum a todos os agentes [...] ligado à existência mesma do campo (sobrevivência)” (THIRY-CHERQUES; 2008, p. 175), a movimentação dos agentes pode refletir-se na conservação das estratégias desse campo ou na subversão a elas. Sobre esse aspecto, foi descrita, nas seções anteriores, a posição relativa dos agentes na estrutura do campo, sendo essa posição determinada pelo volume e qualidade (capital puro ou institucional) que o agente detém.

Como explicado por Thiry-Cherques (2008), os campos vivem em permanente conflito, estando os agentes dominantes sempre à procura de defender seus privilégios. Por isso, analisou-se a movimentação dos agentes-pesquisadores no campo da contabilidade

ambiental a fim de revelar possíveis alternâncias em suas estratégias. A análise se refere aos indicadores artigos científicos publicados em periódicos nos anais de eventos científicos, em livros e nos capítulos de livros, os quais já foram mapeados quando da análise documental dos currículos Lattes. O objetivo foi demonstrar a movimentação e a evolução do campo com a finalidade de elencar os agentes que deram início às produções de artigos científicos nessa área do conhecimento e apontar se esses se mantiveram no campo ao longo do tempo. Também, buscou-se apontar os novos agentes-pesquisadores que se inseriram no campo ao longo dos anos.

No Quadro 13, é apresentada a produção de artigos científicos por ano de publicação em revistas avaliadas com Qualis Capes no quadriênio de 2013 a 2016, demonstrando a movimentação do campo científico em contabilidade ambiental. Os agentes foram analisados e distribuídos em quatro grupos: (1) *permanentes*, que são os agentes-pesquisadores que iniciaram suas pesquisas no campo na década de 1990 e continuaram publicando ao longo dos anos até 2018; (2) os *permanentes a partir de 2000*, que são os agentes que tiveram sua primeira publicação já na década de 2000 e deram continuidade às publicações até 2018; (3) os *novos*, com permanência no campo nos últimos seis anos, são aqueles que tiveram sua primeira publicação a partir de 2013; e (4) os *ocasionais*, que são os agentes-pesquisadores que publicaram durante um período entre 2000 a 2018 e não mais divulgaram – por um período de três anos – após sua última publicação.

Necessário destacar que essa classificação não foi observada em estudos anteriores que investigaram sobre o campo científico, tratando-se, portanto, de uma escolha arbitrária da pesquisadora para essa investigação. Também é oportuno ressaltar que a análise levou em consideração a quantidade de artigos produzidos e socializados por pesquisador que compôs a amostra investigada, mas o principal fator para considerar que houve movimentação do agente no campo foi a constância de suas publicações no campo.

As informações constantes no Quadro 13 foram retiradas do mapeamento geral apresentado no Apêndice C. Optou-se por apresentar, em quatro grupos, os agentes que detêm características simétricas e diferentes de zero, ou seja, agentes que não produziram, em nenhum momento, artigos com temáticas que versam sobre questões contábeis socioambientais.

Percebe-se que apenas três, entre todos os agentes-pesquisadores, mantiveram-se na movimentação do campo desde a década de 1990 até 2018, publicando ao longo de todos os anos: o agente AP3 foi o primeiro a publicar em 1993 e permaneceu na movimentação do campo até 2018; o AP7 inseriu-se no campo em 1994, permanecendo até 2018; e o AP11

ingressou em 1995, demonstrando constância até 2016. Constatase que esses três agentes-pesquisadores são dominantes no campo com alto acúmulo de capital científico puro, estando eles inseridos na classe A.

Quadro 13 - Movimentação no campo a partir do indicador ‘artigos científicos’

Agentes	Classe	Período	Grupos/Classificação
AP3, AP7 e AP11	A	De 1993 a 2018	(1) Permanência
AP1, AP8, AP9, AP12, AP13e AP14	A	De 2000 a 2018	(2) Permanência a partir de 2000
AP2, AP4 e AP5*	A	A partir de 2013	(3) Novos
AP10	A	Entre 2000 a 2018	(4) Ocasionais
AP25 e AP28	B	Entre 2000 a 2018	4) Ocasionais

Fonte: dados da pesquisa.

Legenda: *Primeira publicação em 2012.

É possível que o cenário da pós-graduação em Ciências Contábeis, especialmente devido aos programas que começaram a se expandir somente a partir dos anos 2000, seja responsável pela baixa produtividade observada em relação a esse indicador de produção (artigos científicos em periódicos). Também é possível que haja um incentivo para discussão das produções científicas pelos pares em congressos, seminários e encontros científicos da área antes do envio dessas produções para publicações permanentes em periódicos.

Por sua vez, a baixa quantidade de agentes-pesquisadores que publicaram nos anos de 1990 pode ser explicada pela agenda construtiva de discussões e políticas públicas sobre o meio ambiente (SARAIVA, 2009) que teve início na década de 1990. Entende-se, dessa forma, que as movimentações políticas possam ter influenciado a produção científica, pois, segundo Cosenza, Mamede e Laurencel (2010), a pesquisa em contabilidade ambiental é influenciada por perspectivas de natureza política, econômica e social.

Verifica-se, no Século XXI, a inserção de novos pesquisadores no campo e, por conseguinte, sua movimentação: AP1 foi o agente que mais produziu em quantidade, com 36 (trinta e seis) artigos. A partir de sua primeira publicação ocorrida em 2008, o referido agente continuou a publicar durante os dez anos seguintes. Também os agentes-pesquisadores AP8, AP13, AP9, AP12 e AP14 se movimentaram de forma constante a partir da década de 2000, todos eles inclusos na classe A do capital científico puro. Esses achados são aderentes às considerações de Rover, Santos e Salotti (2012) e Beuren *et al.* (2013) que destacam a evolução de estudos sobre a temática ambiental no Brasil após os anos 2000.

A análise da movimentação dos agentes, com foco no indicador ‘artigos científicos’ em periódicos qualizados, revela que o campo está em crescimento devido ao ingresso de novos agentes, como é o caso de AP2, AP4 e AP5, todos eles com alto acúmulo de capital

científico puro (classe A), visto que eles tiveram, a partir de 2012, o primeiro artigo publicado, permanecendo no campo científico desde então. Em oposição, também foram identificados agentes ocasionais que publicaram em periódicos e, após três anos de sua última publicação, não foram identificados outros artigos, como é o caso dos agentes AP10 de classe A, AP25 e AP28 de classe B, sendo todos eles detentores do capital científico puro.

Em síntese, a movimentação a partir do indicador relativo à publicação em periódicos evidencia a evolução no campo, considerando o ingresso de novos agentes-pesquisadores e sua permanência. Assim, observam-se estratégias de conservação das regras do campo, visto que novos ingressantes, como, por exemplo, o AP1, que é um pesquisador que ingressou no campo em 2008 e que ali se encontra há menos tempo que outros de seus pares, acumulando já o mais alto capital puro, sendo prolífero autor de artigos científicos em periódicos. Já os agentes AP3, AP7 e AP11, que estão há mais tempo no campo, publicando artigos em revistas (iniciaram na década de 1993) detêm alto acúmulo de capital científico puro, mas não o maior, visto que, no ranqueamento geral (Tabela 2), eles ocupam a terceira, a sétima e a décima primeira posição, respectivamente.

Após a análise dos periódicos, descreve-se o movimento no campo a partir das produções científicas em anais de eventos. As informações constantes no Quadro 14 foram retiradas do mapeamento geral apresentado no Apêndice D. Assim como feito para a discussão da movimentação do campo da produção de artigos em periódicos, optou-se pela apresentação, em quatro grupos, dos agentes que têm características simétricas e diferentes de zero, ou seja, agentes que não produziram, em nenhum momento, artigos com temáticas versando sobre questões contábeis socioambientais. Para esse indicador, uma quinta classificação foi considerada: o grupo de agentes *inconstantes*, sendo assim classificados os agentes-pesquisadores que publicaram por um período e deram uma pausa, repetindo o procedimento em um momento posterior.

Quadro 14 - Movimentação no campo a partir do indicador produções em anais de eventos científicos

continua...

Agentes	Classe	Período	Grupos/Classificação
AP3 e AP11	A	De 1993 a 2018	(1) Permanência
AP1, AP2, AP4, AP5, AP8, AP13, AP15 e AP17	A	De 1993 a 2018	(2) Permanência a partir de 2000
AP19, AP21, AP23, AP24, AP34, AP38, AP41 e AP47	B	De 1993 a 2018	(2) Permanência a partir de 2000
AP66, AP71, AP89 e AP90	C	De 1993 a 2018	(2) Permanência a partir de 2000
AP37* e AP57	B	A partir de 2012	(3) Novos
AP99	C	A partir de 2012	(3) Novos

AP12	A	Entre 2000 a 2018	(5) Inconstantes
AP22, AP45, AP58, AP59 e AP61	B	Entre 2000 a 2018	(5) Inconstantes
AP85	C	Entre 2000 a 2018	(5) Inconstantes
AP6, AP7, AP9, AP10 e AP14	A	Entre 2000 a 2018	(4) Ocasionais
AP25, AP27, AP28, AP29, AP35 e AP43	B	Entre 2000 a 2018	(4) Ocasionais

Fonte: dados da pesquisa.

Legenda: *primeira publicação em 2012.

É importante mencionar que, desde a década de 1990, é possível perceber uma movimentação no campo quando se analisam os dados referentes ao indicador produções em anais de eventos. Os agentes seminais, de forma análoga às informações descritas no Quadro 13, são AP3 e AP11, que continuam movimentando constantemente o campo nessa dimensão, uma vez que iniciaram suas publicações em 1993 e permaneceram no campo até 2018. Destaque é dado a AP7, que publicou seu primeiro artigo em anais de eventos em 1993 e voltou a publicar apenas no período de 2009 até 2015.

Além disso, verifica-se uma mudança no que refere à classificação como *permanência a partir de 2000* que, diferentemente da subcategoria de publicações em periódicos, abarca agentes-pesquisadores das três classes: A, B, e C. Novamente, é AP1 o agente que mais publicou artigos com temáticas em contabilidade ambiental - 62 artigos - e se manteve constante [ao longo do tempo e, não necessariamente, em quantidade] após sua primeira publicação, que ocorreu em 2005. O segundo pesquisador prolífero foi AP8, com 60 artigos, tendo sua primeira publicação ocorrida também em 2005, mantendo-se esse agente com, no mínimo, 02 publicação até 2018. Outros agentes que movimentaram de forma constante o campo são: AP2, AP4, AP5, AP8, AP13, AP15, AP17, na classe A; AP19, AP21, AP23, AP24, AP34, AP38, AP41 AP47, na classe B; e AP66, AP71, AP89 e AP90, na classe C.

Nota-se também que alguns agentes são *ocasionais* no campo, como os pesquisadores AP6, AP7, AP9, AP10, AP14, na classe A, AP25, AP27, AP28, AP29, AP35 e AP43, na classe B do capital científico puro, tendo sido assim classificados devido ao fato de não apresentarem, em 03 anos consecutivos, publicações até 2018. Já entre os agentes classificados como *novos*, cuja primeira publicação ocorreu nos últimos seis anos, têm-se AP37, AP57 (classe B) e AP99 (classe C): esses agentes publicaram a partir de 2012 e continuaram produzindo até 2018. Ainda, os agentes AP12 (classe A), AP22, AP45, AP58, AP59, AP61 (classe B) e AP85 (classe C) demonstraram-se inconstantes no que tange a publicações em eventos de anais.

Os dados revelaram que as publicações de artigos em anais de eventos apresentam-se crescentes ao longo dos anos, tendo havido, em 2015, a maior quantidade artigos, conforme exposto no Apêndice D. Isso demonstra que o campo está em expansão, haja vista o

indicador. Os dados revelam ainda que existe mais facilidade de publicação em anais de eventos quando se comparam as publicações em revistas com Qualis Capes. Mas, cabe ressaltar que na década de 1990 até os anos 2006, a quantidade de periódicos avaliada pelo Qualis Capes era mínima, ao contrário dos anais em congressos cuja visibilidade era ascendente - e ainda permanece em ascensão -, visto que a quantidade de trabalhos aceitos por congressos são superiores à de revistas.

Desta maneira, as produções de artigos eram mais publicadas em anais de congressos e similares do em periódicos. Posto isso, é justificada a quantidade de artigos que no período analisado, os agentes publicaram em anais de ventos 954 artigos; já em periódicos, as publicações dos mesmos agentes atingiram 509 produções. Assim, é crível que o capital se acumule porque existe uma pressão do campo que antes não existia para publicações em periódicos como exigido atualmente pela Capes, especialmente devido à participação de pesquisadores em programas de pós-graduação.

Ainda, os dados revelam que há mais participações na movimentação do campo por parte dos agentes-pesquisadores de classe B e C, ou seja, agentes com menos capital científico puro, o que se justifica, pois a quantidade de aprovações e a facilidade de discussão e publicação em anais, na maioria dos congressos, é maior quando comparada a publicação em periódicos. Apesar de os agentes possuírem mais publicações em anais de eventos científicos, como os resultados desse estudo confirmam, há um acúmulo de capital inversamente proporcional, devido ao critério de mensuração utilizado como exposto no Quadro 2, visto que os periódicos exigem capitais superiores para publicações.

A produção do agente é reflexo da estrutura estruturante que considera como ideal ou correto a publicação em periódicos: consequentemente o prestígio do agente pesquisador que se situa na classe A é maior devido ao critério de se atribuir maior valor às suas produções. Porém, cabe resgatar que esse prestígio decorrente de publicações em revistas inicia-se após a introdução da avaliação da Capes, já que por anos - principalmente durante a década de 1990 até início de 2000 - os congressos, conferências e simpósios possuíam credibilidade e se configuravam como meios quase que exclusivos para socialização de pesquisas científicas.

Quanto ao indicador que trata da publicação em livros e em capítulos de livros, mapeamento similar aos anteriores foi feito para identificar agentes-pesquisadores que tiveram ao menos um livro publicado no período. Os resultados, por publicação de livros, são sintetizados no Quadro 15, demonstrando os espaços vazios não ter havido produções naquele ano. Oportuno ressaltar também que são listados apenas os agentes com publicação de livros no período analisado.

Quadro 15 - Movimentação no campo a partir do indicador ‘publicação de livros’

Agentes	Classe	20																			Σ	$f(\%)$
		00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18		
AP1	A															1		1		2	3,64	
AP2	A								1				1							2	3,64	
AP3	A						1													1	1,82	
AP4	A																	1		1	1,82	
AP5	A															2			1	3	5,45	
AP11	A			1	1				1		1									4	7,27	
AP13	A																1			1	1,82	
AP14	A				1					1		2	1							5	9,09	
AP15	A															1		2		3	5,45	
AP17	A								1										1	1	3	5,45
AP23	B														1					1	1,82	
AP24	B																		1		1	1,82
AP28	B							2											1		3	5,45
AP29	B									1										1	1,82	
AP30	B												1							1	1,82	
AP35	B															1				1	1,82	
AP40	B														1					1	1,82	
AP43	B														1					1	1,82	
AP51	B			1																1	1,82	
AP58	B									1										1	1,82	
AP61	B							1											1	2	3,64	
AP64	B									4		3								7	12,73	
AP66	C																		1	1	1,82	
AP70	C			1																1	1,82	
AP75	C																		2	2	3,64	
AP77	C																1			1	1,82	
AP78	C																1			1	1,82	
AP100	C																	1		1	1,82	
AP105	C																1			1	1,82	
AP125	C														1					1	1,82	
Total		0	0	1	3	1	1	4	2	2	6	2	2	7	5	1	3	5	5	55	100,00	

Fonte: dados a pesquisa.

É importante ressaltar que a primeira publicação de um livro no campo científico ocorreu em 2002, pelo AP11, sendo esse agente o segundo mais prolífico da classe A. É preciso destacar também que foi necessária mais de uma década para a publicação de um livro se consideradas as produções e publicações de outras naturezas, como artigos em periódicos e anais de eventos, nesse campo científico. Mas é importante ressaltar que pesquisas, produções e publicações por meio de livros, no Brasil, demandam mais tempo que similares por meio de artigos, por exemplo, isso tanto em relação ao tempo de pesquisa e produção quanto de publicação, além de ser possível que haja falta de interesse pelos agentes-pesquisadores.

A partir de 2002, verifica-se que a movimentação do campo, ao longo dos anos, foi crescente, chegando ao máximo de cinco exemplares de livros publicados nos anos de 2012, 2013, 2016, 2017 e 2018, evidenciando, portanto, uma expressiva evolução. Nos últimos

cinco anos (2013 a 2018), somente o AP70, de classe C, não publicou no período, diferentemente das classes A e B, cujos agentes publicaram livros na década de 2000 e também após 2010. Nota-se ainda que sete agentes-pesquisadores pertencem à classe C (baixo acúmulo de capital). Além do caso do agente AP70, podem ser notadas publicações dos agentes AP66, AP75, AP77, AP78, AP100, AP105 e AP105 a partir de 2012.

Destaca-se ainda que o agente que mais movimentou o campo com publicações de livros foi o AP64, o qual teve as primeiras publicações ocorridas em 2009, datando as demais de 2012. Entretanto, percebe-se baixa quantidade de livros publicados se comparados os resultados desse indicador com os indicadores anteriores, possivelmente, devido à exigência de mais tempo de dedicação para a preparação e publicação. Embora apresente essas limitações, verifica-se que os livros publicados são de autores que transitam por todas as classes de capital científico puro.

Por fim, a movimentação em relação a capítulos de livros é vista no Quadro 16. Nesse Quadro também são apresentados somente os agentes com ao menos um capítulo publicado.

Quadro 16 - Movimentação no campo a partir do indicador ‘publicação de capítulos de livros’
continua...

Agentes	Classe	20																		Σ	$f(\%)$	
		00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18		
AP1	A																			1	1,37	
AP2	A																			1	1,37	
AP3	A	1				1														2	2,74	
AP4	A																			1	1,37	
AP5	A											1		5						6	8,22	
AP8	A						1													1	1,37	
AP13	A																			1	1,37	
AP14	A							1				1								2	2,74	
AP15	A																1	2		3	4,11	
AP17	A									1	1			1		1	1		1	6	8,22	
AP19	B																			1	1	1,37
AP21	B							2												2	4	5,48
AP23	B									2										2	2,74	
AP24	B								3											3	4,11	
AP26	B									1	1									2	2,74	
AP28	B							1												1	1,37	
AP29	B											1						1	0	2	2,74	
AP36	B												1							1	1,37	
AP40	B																			1	1	1,37
AP41	B						1													1	1,37	
AP45	B													1						1	1,37	
AP52	B														3					3	4,11	
AP55	B																	1	1	1,37		
AP58	B											1	0							1	1,37	
AP57	B															1				1	1,37	
AP61	B					1						1						1	2		5	6,85
AP64	B													2						2	2,74	

AP67	C									1						1	2	2,74				
AP71	C															1	1	1,37				
AP75	C															1	8	9				
AP92	C															2		4,11				
AP101	C															1	1	1,37				
AP129	C								1								1	1,37				
Total		1	0	0	1	1	1	3	3	4	5	3	3	2	10	4	6	6	5	15	73	100,00

Fonte: dados da pesquisa.

Como se percebe, o primeiro agente-pesquisador a publicar um capítulo de livro foi o AP3 em 2000, datando de 2005 sua segunda e última publicação, diferentemente do que se observa em relação às suas produções em periódicos e anais de eventos. A segunda publicação de capítulo de livro ocorre somente em 2003 pelo AP61, que publicou novamente em 2009, 2015 e 2016. Quanto à movimentação individual dos agentes, AP75 é o agente mais prolífero, com 12,33% das publicações. Esse é um agente com baixo acúmulo de capital que não está presente nos indicadores relativos a produções em periódicos e anais de eventos. Todavia ao analisar sua linha temporal nota-se que é no ano de 2018 que se concentram os capítulos escritos.

Assim como ocorreu com a movimentação do indicador relativo às publicações em livros, verifica-se uma crescente quantidade de publicações de capítulos de livros com temáticas em contabilidade ambiental, sendo 2018 o ano com o maior número de capítulos publicados. Constatase, assim, que essa área está ativa, em evolução e de forma contínua. Com relação a esse indicador é importante analisar o cenário, uma vez que a produção de livros e consequentemente de capítulos de livros tem aumentado devido a facilidade de publicação por meio de *e-books* e produções em *pdf*, socializadas de forma online, facilidades essas provindas do avanço tecnológico, sendo uma possível justificativa para o aumento da produção no ano de 2018.

A análise dos quatro indicadores utilizados como critérios para refletir a movimentação dos agentes no campo revela que alguns são mais presentes em algumas dimensões que em outras, como o agente AP1, que publicou artigos em periódicos e também em eventos, mas não livros ou capítulos de livros. Outro agente que se destaca em três indicadores, publicações de artigos em periódicos, em eventos e livros, é AP11, cuja trajetória iniciou-se na década de 1990, tendo ocorrido o maior volume acumulado de capital movimentado por este agente no período de 2000 a 2010. Verificou-se também que os agentes com maior número de capítulos de livros publicados em alguns anos, como o AP70, não foram, necessariamente, atuantes nas outras dimensões de publicações de artigos e livros.

Diante do exposto, emergem alguns entendimentos: (i) a produção científica, por meio de publicações de artigos tanto em periódicos avaliados pela Qualis Capes quanto em anais de eventos, teve início na década de 1990. Os primeiros artigos datam de 1993, ou seja, um ano após as discussões que ocorreram na cidade do Rio Janeiro em 1992, durante a Unced, o que leva a entender que as movimentações políticas pelas quais o Brasil estava passando nesse período possam ter influenciado a produção científica como já afirmado por Cosenza, Mamede e Laurencel (2010).

A quantidade de produções (ii), em todos os indicadores, tem aumentado ao longo do tempo, o que vai ao encontro das conclusões de Cosenza (2012), que confirma o aumento significativo de discussões referentes a questões contábeis socioambientais. Existe, portanto, evolução nesse campo científico, pois além das discussões de questões socioambientais, até o final dos anos 1990 os programas de pós-graduação *stricto sensu* em ciências contábeis aumentou de 4 (quatro) para 26 (vinte e seis) até 2018 (RODRIGUES; SILVA, 2019). Compreende-se desta maneira, que a evolução e aumento de programas na área contábil levou a ascensão também da pesquisa em contabilidade ambiental.

Quanto à movimentação do campo (iii), conclui-se que, mesmo que um agente-pesquisador detenha o maior volume de capital científico puro acumulado, este agente, não necessariamente, produziu de forma constante. Contudo, verifica-se que existe uma predominância na movimentação do campo de agentes de classe A (capital científico puro). Numa perspectiva crítica, esses achados são aderentes à literatura, que segundo Ortiz (1983) deve-se à posição hierárquica reconhecida dos pesquisadores como dominantes, detentores de maior capital científico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção, são retomadas as questões direcionadoras com o fim de apresentar as considerações finais deste estudo, considerando o problema de pesquisa: qual a configuração do capital científico no campo brasileiro em contabilidade ambiental? o qual analisou a configuração do capital científico no campo da contabilidade ambiental brasileira a partir dos conceitos do sociólogo Pierre Bourdieu. Assim, por meio das respostas às questões que se referem aos objetivos específicos propostos, são apresentadas as constatações finais.

- Quais pessoas são consideradas agentes do campo científico da contabilidade ambiental no Brasil?

Para responder a essa pergunta e, consequentemente, identificar agentes do campo científico brasileiro em contabilidade ambiental, descreveu-se o perfil demográfico e acadêmico dos pesquisadores em contabilidade ambiental por meio das dimensões atribuídas à categoria de análise intitulada de agentes-pesquisadores. A análise documental dos currículos Lattes apontou que a maioria, entre 137 agentes, é do sexo feminino (51,76%). Esses agentes estão dispersos nas cinco regiões geográficas brasileiras, mas predominam pesquisadores da região Sudeste (31%), possivelmente, porque é essa região que comporta a maior quantidade de instituições de ensino, o que leva à concentração de profissionais.

Na dimensão acadêmica, foi verificado o tempo de formação a partir da titulação mínima de mestre. Confirmou-se que 39,42% têm somente o título de mestre e 60,58% detêm formação em nível de doutorado, havendo um total de 13,87% dos agentes que continuaram a se qualificar por meio do pós-doutorado. Constatou-se também que a maioria dos agentes são titulados há mais de uma década, prevalecendo a formação no intervalo entre 11 a 15 anos, com 33,58% dos agentes-pesquisadores nessa condição. Entende-se que esses agentes permanecem no campo investigativo por apresentarem interesse, ao longo de suas trajetórias como pesquisadores, por questões contábeis socioambientais.

Em relação ao perfil acadêmico, foram mapeados, além da titulação, outros indicadores relativos aos temas investigados e publicados pelos agentes, visto que é dessa forma que o capital científico é adquirido ao longo do tempo. Quanto aos temas publicados em periódicos, anais de eventos, livros e capítulos de livros, foram utilizados, para a classificação, os títulos e as palavras-chave atreladas às produções científicas em 08 áreas temáticas, sendo elas categorizadas a partir das linhas adotadas pela Conferência Sulamericana de Contabilidade Ambiental (CSCA), a saber: (i) mensuração e evidenciação de eventos socioambientais; (ii) contabilidade, *accountability* e governança corporativa; (iii)

controladoria socioambiental; (iv) contabilidade e economia socioambiental; (v) auditoria e asseguração; (vi) ética, fraude e corrupção; (vii) educação para sustentabilidade; e (viii) temas contemporâneos.

Após a classificação das temáticas investigadas pelos agentes-pesquisadores, constatou-se que essas temáticas se encaixam, predominantemente, em fatores contemporâneos, com pesquisas relacionadas a crédito de carbono, gestão ambiental, investimentos sociais e ambientais, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade ICMS ecológico e sustentabilidade. O tema mensuração e evidenciação de eventos socioambientais foi o segundo assunto identificado nos periódicos e em anais de eventos com maior frequência de publicação. Esse resultado confirma as discussões já apresentadas por Beuren *et al.* (2013), Teixeira e Ribeiro (2014), Silva *et al.* (2017) e Tisotti, Rodrigues e Silva (2018), os quais identificaram que ‘evidenciação ambiental’ é um dos temas mais pesquisados quando se trata de impactos ambientais no Brasil.

Em relação aos temas mais publicados em livros e capítulos de livros, ‘contabilidade, accountability e governança corporativa’ foi destaque nos livros (35,71%) e capítulos de livros (20,55%). Outro indicador inserido no perfil acadêmico refere-se à participação do agente como membro de corpo editorial de periódicos, tendo sido confirmada a presença de agentes em corpos editoriais de periódicos com todos os conceitos Qualis, desde A2 até C. Após a classificação dos agentes quanto ao seu volume de capital, nas classes A, B, e C, de alto, médio e baixo capital científico, respectivamente, e feito o cruzamento dessas informações com suas participações como membros de corpos editoriais, observou-se que os agentes com maiores acúmulos de capital não são, necessariamente, membros de revistas com maior classificação Qualis.

Identificado e caracterizado o perfil dos agentes-pesquisadores brasileiros no campo científico da contabilidade ambiental, foi possível desvelar a estrutura do campo, bem como foi possível responder às indagações:

- Os agentes são detentores de capital puro ou institucional? Qual capital científico predomina na estrutura do campo investigativo em contabilidade ambiental no Brasil?

Ao responder aos questionamentos e, consequentemente, caracterizar os agentes do campo científico em relação ao acúmulo de capital; e desvelar a estrutura do campo científico a partir do volume de capital científico puro e institucional acumulado por seus agentes, segundo e terceiro objetivos específicos, foi necessário calcular o volume de capital científico puro e institucional acumulado pelos agentes ao longo de sua trajetória a fim de desvelar a estrutura do campo científico a partir do volume de ambos os capitais.

O resultado do somatório da pontuação atribuída aos indicadores resultou em valores máximos e mínimos das subcategorias capital científico puro e capital científico institucional, a partir dos quais foi obtida a amplitude do intervalo. Em seguida, os agentes foram classificados em três classes (A, B, e C), conforme revelassem alto, médio ou baixo volume de capital científico, havendo, em ambas as espécies de capital, agentes pesquisadores, mas a maioria são detentores de baixo volume de capital (classe C).

Em relação ao capital puro, 17 (dezessete) agentes detêm alto acúmulo de capital, classificando-se eles na classe A. Na classe B, são 48 (quarenta e oito) agentes com médio volume de capital, enquanto 72 (setenta e dois) agentes se situam na classe C, com baixo acúmulo de capital científico puro. Quanto ao capital científico institucional, os resultados foram semelhantes, pois confirmou-se maior quantidade de agentes (oitenta e cinco) na classe C com baixo volume de capital. Na classe B, com médio acúmulo, classificam-se 37 (trinta e sete) agentes. Na classe A, somente 15 (quinze) pesquisadores detêm alto acúmulo de capital científico institucional.

Em se tratando de ambas as espécies de capitais, constatou-se que 08 agentes, AP3, AP4, AP5, AP7, AP9, AP10, AP11 e AP16, permaneceram na classe A. Dos demais agentes inseridos na classe A para capital científico puro, 06 ocupam a classe B de acúmulo de capital institucional, sendo eles: AP1, AP2 AP6, AP12, AP14 E AP17. Foram identificados também 03 agentes que são classificados como classe A no capital puro e como classe C quanto ao acúmulo de capital institucional, sendo eles, AP8, AP13 e AP15. A não permanência na mesma classe de acumulação de capital é justificada por Bourdieu (2004), o qual afirma ser difícil o acúmulo de ambas as espécies de capital científico.

Essa desigualdade de capitais científicos no campo justifica-se devido ao conflito permanente entre os agentes dominantes e os demais indivíduos e grupos. Assim, um agente dominante em um campo pode não ser em outro, como explica Thiry-Cherques (2008). Compreende-se, dessa maneira, que existem mais agentes envolvidos em pesquisas do que em cargos administrativos, evidenciando que o agente pode ser dominante em um campo e não em outro, como também explica Thiry-Cherques (2008). Resultados semelhantes foram observados em estudos de Teixeira *et al.* (2011) e Schlickmann, Oliveira e Melo (2014) no que refere à acumulação de ambos capitais, visto que os autores constataram que nem todos se mantiveram na mesma classe nas espécies de capital.

Embora os agentes detenham tanto o capital científico puro quanto o capital institucional, predomina na estrutura do campo investigativo brasileiro o capital científico puro, cuja pontuação máxima totalizou 780 pontos. Por sua vez, o capital científico

institucional somou 560 pontos, demonstrando, assim, que a estrutura do campo está voltada ao prestígio pessoal.

Demonstradas as considerações referentes ao capital científico, responde-se à última indagação que se refere à movimentação do campo científico e, por conseguinte, ao quarto e último objetivo específico relacionado à movimentação e evolução do campo científico no tocante à produção intelectual dos agentes.

- *Os agentes-pesquisadores permaneceram produtivos desde sua primeira publicação até 2018?*

Para apresentar a movimentação e evolução do campo científico no tocante à produção intelectual dos agentes, a partir do capital científico puro, realizou-se análise cronológica dos quatro indicadores de produção científica, publicações em revistas, publicações em anais de eventos, em livros e capítulos de livros pertencentes à dimensão da categoria ‘capital científico puro’. Concluiu-se que as publicações em revistas tiveram início na década de 1990 com o agente-pesquisador AP3, mais precisamente, em 1993, permaneceu ele na movimentação do campo até 2018. Também se destacam os agentes AP7, com publicações desde 1994 até 2018, e AP11, que pesquisa e publica desde 1995 até 2016. Constatase, assim, que esses 03 agentes-pesquisadores são dominantes no campo, detentores de alto acúmulo de capital científico puro e classificados na classe A.

Outro resultado observado refere-se à baixa produtividade em relação a esse indicador de produção (artigos científicos em periódicos) de 1990 até os anos 2000. É possível que, devido ao cenário da pós-graduação em Ciências Contábeis, cujos programas só começaram a se expandir a partir dos anos 2000, a produção em periódicos tenha aumentado somente a partir de então. Também é possível que haja um incentivo para discussão das produções científicas pelos pares em congressos, seminários e encontros científicos da área antes do envio do material para publicações permanentes em periódicos. Embora seja baixa a quantidade de agentes-pesquisadores com publicações na década de 1990, nota-se que, no início dessa década, foi inaugurada uma agenda construtiva de discussões e políticas públicas sobre o meio ambiente, tal como a realização da Unced no Rio de Janeiro, em 1992.

Ademais, verifica-se, no Século XXI, a inserção de novos pesquisadores no campo e, por conseguinte, sua movimentação, como, por exemplo, o AP1 foi um agente que mais produziu em quantidade, sendo um total 36 (trinta e seis) artigos. A partir de sua primeira publicação, ocorrida em 2008, o agente continuou a publicar durante os dez anos seguintes. Também, os agentes-pesquisadores AP8, AP13, AP9, AP12 e AP14 se movimentaram de

forma constante a partir da década de 2000, pertencendo todos eles à classe A do capital científico puro.

Resultado semelhante na movimentação do campo decorrente da produção e publicação de artigos em anais de eventos foi verificado, uma vez que também foi baixa a quantidade de produção na década de 1990. Mas, assim como nos periódicos, o primeiro artigo publicado nos anais de eventos data de 1993, sendo o autor o agente AP7, o qual voltou a publicar somente em 2009, mas dando continuidade até 2015, o que demonstra uma possível saída do campo ou um pesquisador ocasional. Os agentes AP3 e AP11 também mantêm constância na publicação de artigos, uma vez que iniciaram suas publicações em 1993 e permaneceram no campo até 2018. Verifica-se, assim, uma mudança no que refere à *permanência a partir de 2000* que, diferentemente da subcategoria de publicações em periódicos e em anais de eventos, demonstra que os autores se incluem nas três classes de acúmulo de capital (A, B e C).

A análise cronológica evidencia que a produção de artigos em anais de eventos apresenta-se crescente, visto que, em 2015, houve a maior quantidade artigos publicados. Dada as constatações apresentadas, conclui-se que existe uma facilidade na publicação em anais de eventos quando se compararam com publicações em revistas com conceitos Qualis Capes, o que justifica ser a quantidade de publicação maior em anais de ventos (954) do que em periódicos (509). Nesse mesmo sentido, têm-se mais participações na movimentação do campo por parte de agentes-pesquisadores de classe B e C, considerados com menos prestígio.

Com relação às publicações em livros, a primeira delas ocorreu em 2002, pelo agente AP11, sendo o mesmo o segundo que mais publicou livros na área contábil. Analisando a partir do ano de 2002, verifica-se que a movimentação do campo, ao longo dos anos, foi crescente, chegando ao máximo de cinco exemplares nos anos de 2012, 2013, 2016, 2017 e 2018. Na análise de capítulos de livros, verificou-se que a primeira publicação foi do AP3 em 2000 sendo que a sua segunda e última publicação ocorreu em 2005, o que pode ser um indício de que o agente não se encontre mais no campo. A segunda publicação de capítulo de livro ocorre somente em 2003 pelo AP61, que publicou mais quatro edições em um período compreendendo os anos 2009, 2015 e 2016. Assim como as publicações em livros, verifica-se uma crescente quantidade de publicações de capítulos de livros em contabilidade ambiental, sendo no ano de 2018 tem-se o maior número de capítulos publicados. Assim, é possível inferir que essa área está ativa, em evolução e em continuidade.

Constatou-se também que a movimentação e a evolução do campo científico são constantes e aumentam ao longo do tempo, o que é corroborado por Cosenza (2012), que

concluiu que o campo contábil teve um aumento significativo de discussões referentes à questão socioambiental. Embora os agentes-pesquisadores que detêm o maior volume de capital científico puro acumulado não tenham produzido de forma constante, verifica-se que existe uma predominância ao longo da movimentação do campo desses agentes-pesquisadores de classe A, sendo eles detentores de capital científico puro.

Dado o exposto, conclui-se, que o objetivo geral proposto de analisar a configuração do capital científico no campo da contabilidade ambiental brasileira a partir dos conceitos do sociólogo Pierre Bourdieu, foi alcançado. Considera-se que, embora os agentes-pesquisadores apresentem ambas as espécies de capitais, é difícil sua acumulação, concomitantemente, do capital científico puro e do capital científico institucional, concluindo, portanto, que o campo está configurado com agentes que detém maior capital científico puro. Esta é, portanto, a contribuição deste estudo, pois apresenta-se o capital obtido pelos agentes-pesquisadores em contabilidade ambiental, ao longo do tempo, ajudando na compreensão desse campo.

O fato do campo apresentar o capital científico puro em dominância, demonstra que os agentes-pesquisadores dedicam-se a produção, e participam menos de cargos administrativos. Isso pode ser justificado, por meio da necessidade e obrigatoriedade de publicações que esses pesquisadores precisam atender e cumprir no meio acadêmico; exigência esta que o limita de participar de cargos administrativos devido a carga horária a se cumprir.

Conclui-se, também, que refere-se às contribuições acadêmicas e científicas deste estudo que estas foram alcançadas, dado que foram identificados os agentes dominantes, e os agentes-pesquisadores que detêm o capital – poder – puro ou institucional, desvelando a estrutura do campo científico em contabilidade ambiental no Brasil.

Verifica-se também, que a movimentação do campo por meio da produção intelectual aumentou de forma análoga ao aumento dos programas de pós-graduação no que refere à publicação de artigos. A justificativa reside no fato de que é nos PPG que se inicia, incentiva e se dissemina a pesquisa científica. E, o avanço tecnológico também contribuiu para o aumento, principalmente da publicação de livros, uma vez que é possível publicar por meio de *e-books*, facilitando a edição desse material.

Por conseguinte, esta investigação contribui por demonstrar a estrutura do campo científico em contabilidade ambiental – que está dotada do capital científico puro -, provendo assim, a dialogicidade da contabilidade com a sociologia.

Para pesquisas futuras, sugere-se a investigação do *habitus* dos agentes-pesquisadores para analisar o motivo que os levou ao ingresso e permanência, bem como à saída do campo científico, além das motivações que sustentam os que permanecem na pesquisa em

contabilidade ambiental. Ainda, sugere-se a identificação específica do capital científico puro e do capital científico institucional, acumulando-se a pontuação somente para os que estão intimamente ligados a essa temática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C.C. **O Campo da ciência da informação:** suas representações no discurso coletivo dos pesquisadores do campo no Brasil. Florianópolis, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.

BASSO, R. L.; BERTAGNOLLI, D. D. O.; SANTOS, L. A. D. Análise bibliométrica da produção científica em contabilidade ligada aos créditos de carbono. **Revista Capital Científico - Eletrônica**, v. 16, n. 1, p. 46-64, 2018. DOI: 10.5935/2177-4153.20180004. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/49128/analise-bibliometrica-da-producao-cientifica-em-contabilidade-ligada-aos-creditos-de-carbono/i/pt-br>. Acesso em: 31 jul. 2019.

BEBBINGTON, J. Sustainable development: a review of the international development, business and accounting literature. **Aberdeen Papers in Acct, Finance and Mgmt.** Working Paper n. 18, 2001. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.257438>. Acesso em: 24 out. 2018.

BEUREN, I. M. SILVA, M. Z. DANI, A. C. KLOEPPEL, N. R. Características bibliométricas e sociométricas de publicações da área ambiental em congressos e periódicos nacionais. **Revista Gestão Universitária na América Latina**, v. 7, n. 1, p. 234-256, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2014v7n1p234>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2014v7n1p234>. Acesso em: 07 jun. 2019.

BOURDIEU, P. The specificity of the scientific field and the social conditions of the progress of reason. **Information (International Social Science Council)**, v. 14, n. 6, p. 19-47, 1975.

_____. **Pierre Bourdieu:** sociologia. In: Ortiz, R. (Org.). São Paulo: Ática, 1983a.

_____. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983b.

_____. Social space and symbolic power. **Sociological Theory**, v. 7, n. 1, p. 14-25, 1989. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?siici=0735-2751%28198921%297%3A1%3C14%3ASSASP%3E2.0.CO%3B2-T>. Acesso em: 02 maio 2019.

_____. The peculiar history of scientific reason. **Sociological Forum**, v. 6, n. 1, p. 3-26, 1991.

_____. **Escritos de educação.** Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.

_____. **Dominação masculina.** Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. [Constituição 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política nacional de educação ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999.

CAMARA, R. P. B. Desenvolvimento sustentável. In: Albuquerque, J. L. (Org.). **Gestão ambiental e responsabilidade social:** conceitos e ferramentas. São Paulo: Atlas. 2009.

CLARKSON, P. M. LI, Y. RICHARDSON, G. D. VASVARI, F. P. Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: An empirical analysis. **Accounting, organizations and society**, v. 33, n. 4-5, p. 303-327, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1016/j-aos.2007.05.003>. Acesso em: 26 abr.2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**, 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>. Acesso em: 13 jan. 2019.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Portal de Periódicos. **Programas da Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil 2017**. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/coleta-de-dados-programas-da-pos-graduacao-stricto-sensu-no-brasil-2017>. Acesso em: 25 out. 2018.

CORREIA, G. T.; RIBEIRO, V. M. B. A formação pedagógica no ensino superior e o papel da pós-graduação stricto sensu. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 2, p. 319-334, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022013000200003>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000200003. Acesso em: 25 maio 2019.

COSENZA, J. P. Breve panorama da contabilidade socioambiental. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 17, n. Especial, p. 101-104, 2012. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documents/ver/8905/breve-panorama-da-contabilidade-socioambiental/i/pt-br>. Acesso em: 31 jul. 2019.

COSENZA, J. P; MAMEDE, E.; LAURENCEL, L. C. Análise dos fundamentos teóricos associados à pesquisa contábil na área ambiental. **Enfoque: Revista Contábil**, v. 29, n. 1, p. 18-38, jan./abr. 2010. DOI: 10.4025/enfoque.v29i1.10359. Disponível: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/10359/0>. Acesso em 12 out. 2018.

FERREIRA, A. C. S. **Contabilidade ambiental:** uma informação para o desenvolvimento sustentável. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FREITAS, D. P. S. *et al.* Contabilidade ambiental: um estudo bibliométrico em revistas científicas brasileiras. **Revista Ambiente Contábil**, v. 4, n. 1, p. 72-88, jan./jun. 2012.

Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/1909>. Acesso em: 25 maio 2019.

GRAY, R. A re-evaluation of social, environmental and sustainability accounting: an exploration of an emerging trans-disciplinary field? **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, v. 1, p. 11-32. 2010. DOI <https://doi.org/10.1108/20408021011059205>. Acesso em 24 fev. 2019.

GOMES, S. M. S. *et al.* Proposta para o ensino da controladoria ambiental nos cursos de graduação de ciências contábeis nas IESs brasileiras. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 6, n. 1, p. 177-189, jan./abril 2012. DOI: <https://doi.org/10.24857/rgsa.v6i1.403>. Disponível em: <https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/403/0>. Acesso em: 17 abr. 2019.

HOMERO JUNIOR, P. F. Pesquisa ou propaganda? Análise da literatura acadêmica brasileira sobre o relato integrado. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 14, n. 1, p. 18-31, 2019. DOI: https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v0i0.14550. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/14550>. Acesso em: 15 mar. 2019.

HOMERO JUNIOR, P. F. A constituição do campo científico e a baixa diversidade da pesquisa contábil brasileira. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 11, n.3, p. 314-328, 2017. DOI: <https://doi.org/10.17524/repec.v11i3.1565>. Disponível em: <http://www.repec.org.br/repec/article/view/1565>. Acesso em: 17 mar. 2019.

LOURENÇO, R. L.; SAUERBRONN, F. F. Teorias de prática social em pesquisas em contabilidade gerencial: possibilidades a partir de Pierre Bourdieu e Anthony Giddens. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 15, n. 35, p. 204-232. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n35p204>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2018v15n35p204>. Acesso em: 22 ago. 2019.

MALSCH, B.; GENDRON, Y.; GRAZZINI, F. Investigating interdisciplinary translations: The influence of Pierre Bourdieu on accounting literature. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 24, n. 2, p. 194-228, 2011. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/0951357111100681/full/html>. Acesso em: 3 jun. 2019.

MEIRA, F. B.; MEIRA, M. B. V. Considerações sobre um campo científico em formação: Bourdieu e a “nova ciência” do turismo. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 5, n. 4, p. 1-18, 2007. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/20622/consideracoes-sobre-um-campo-cientifico-em-formacao--bourdieu-e-a--nova-ciencia--do-turismo/i/pt-br>. Acesso em: 13 mar. 2019.

MATHEWS, M. R. Twenty-five years of social and environmental accounting research: is there a silver jubilee to celebrate? **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 10, n. 4, p. 481-531, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1108/EUM0000000004417>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MELO, D. V. *et al.* Contabilidade e custos ambientais: um mapeamento das produções científicas em periódicos e eventos nacionais. **Revista Ambiente Contábil**, v. 6, n. 1, p. 236-

252, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/4209/4009>. Acesso em: 13 jan. 2019.

MISOCZKY, M. C. A. Implicações do uso das formulações sobre campo de poder e ação de Bourdieu nos estudos organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 7, Edição Especial, p. 9-30, 2003. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/268/270>. Acesso em: 01 ago. 2019.

MUSTO, F. M. F. **Capital cultural e *habitus* em professores de educação profissional de nível técnico influenciando o ato educativo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, São Paulo, 2008.

NASCIMENTO, A. R. *et al.* Disclosure social e ambiental: análise das pesquisas científicas veiculadas em periódicos de língua inglesa. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 20, n. 1, p. 15-40, 2009. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/572>. Acesso em: 04 jun. 2019.

PARENTE, E. G. V. *et al.* Análise bibliométrica em periódicos dos conselhos regionais de contabilidade brasileiros: sobre a contabilidade ambiental e temas correlatos no período 2001-2010. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 12, n. 36, p. 9-25, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v12n36p9-25>. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/33230/analise-bibliometrica-em-periodicos-dos-conselhos-regionais-de-contabilidade-brasileiros--sobre-a-contabilidade-ambiental-e-temas-correlatos-no-periodo-2001-2010>. Acesso em: 05 jun. 2019.

PLATAFORMA SUCUPIRA. Qualis periódicos. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acesso em: 03 jun. 2019.

PLATAFORMA SUCUPIRA. Dados cadastrais dos programas. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/listaPrograma.jsf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

PLATAFORMA LATTES. Sobre a plataforma lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 21 ago. 2019.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RODRIGUES, R. S.; SILVA, M. A. Investigação em contabilidade ambiental no Brasil: análise da produção em programas de pós-graduação. In: Conferência Sulamericana de Contabilidade Ambiental, 6, 2019. Florianópolis. Disponível em: <http://www.cscasouthamerica.net/events/index.php/csca/csca2019>. Acesso em: 27 ago. 2019.

ROMANCINI, Richard. **O campo científico da Comunicação no Brasil**: institucionalização e capital científico. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo.

ROVER, S.; SANTOS, A. D.; SALOTTI, B. M. Análise das pesquisas empíricas de contabilidade ambiental publicadas em periódicos nacionais e internacionais no período de 1992 a 2009. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 6, n. 1, p. 143-160, 2012. DOI: 10.5773/rgsa.v6i1.316. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/8057/analise-das-pesquisas-empiricas-de-contabilidade-ambiental-publicadas-em-periodicos-nacionais-e-internacionais-no-periodo-de-1992>. Acesso em: 05 jun. 2019.

SANTOS, V. M. Uma abordagem sociológica da sociologia: a ciência como campo. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 12, n. 133, p. 137-144, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/15123>. Acesso em: 08 jun. 2019.

SANTOS, A. O. *et al.* Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 16, n. 27, p. 89-99, 2001. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772001000300007>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772001000300007&lng=pt&tlang=pt. Acesso em: 02 out. 2018.

SCHLICKMANN, R. **Administração universitária:** desvendando o campo científico no Brasil. 2013. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SCHLICKMANN, R.; OLIVEIRA, M. R. S.; MELO, P. A. Administração universitária: desvendando o campo científico no Brasil. **Revista Gestão Universitária na América Latina**, v. 7, n. 3, p. 160-181, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2014v7n3p160>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2014v7n3p160>. Acesso em: 16 maio 2019.

SARAIVA, J. F. S. **O Brasil e o meio ambiente**. Thesaurus: Brasília. 2009.

SAPUNARA, R. A.; SOUZA, A. R. Conhecendo e aferindo: Bourdieu e o ‘ser engenheiro’. **Revista LABOR**, v. 1, n. 10, p. 70-80, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6683>. Acesso em: 6 dez. 2019.

SILVA, C. R. M. *et al.* Contabilidade socioambiental: mapeamento da produção científica em periódicos da base Spell. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v. 7, n. 3, p. 83 – 102, 2017. Disponível em: <http://www.revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/1338/pdf>. Acesso em: 05 ago. 2019.

SIMIONE, A. A.; MATOS, F. O campo em Bourdieu e a produção científica em administração pública no Brasil. **Revista Espacios**, v. 38, n 11, p. 1-14, 2017. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a17v38n11/17381101.html>. Acesso em: 10 jun. 2019.

SOUZA, M. C. F. *et al.* Efeitos simbólicos capitalizados pelos enfermeiros do Instituto Nacional de Câncer no Brasil (1980-1990). **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 68, n. 2, p. 84-90, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2015680214i>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672015000200284&lng=pt&tlang=pt. Acesso em: 25 mai. 2019.

TEIXEIRA, J. C. **A dinâmica do campo científico e os capitais em jogo na pesquisa em uma universidade pública.** 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

TEIXEIRA, J. C. *et al.* Dinâmica de distribuição de fontes de capitais científicos entre docentes pesquisadores de um programa de pós-graduação stricto-sensu de uma universidade pública. **Avaliação**, v. 17, n. 1, p. 179-206, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772012000100010>. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772012000100010&lng=pt&tlang=pt. Acesso em: 25 maio 2019.

TEIXEIRA, L. M. S.; RIBEIRO, M. S. Estudo bibliométrico sobre as características da contabilidade ambiental em periódicos nacionais e internacionais. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 8, n. 1, p. 20-36, 2014. DOI: <https://doi.org/10.24857/rgsa.v8i1.810>. Disponível em: <https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/810>. Acesso em: 20 maio 2019.

TISOTTI, S. T.; RODRIGUES, R. S.; SILVA, I. F. N. Produção científica do campo do conhecimento da contabilidade ambiental: um estudo em periódicos nacionais de contabilidade. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, v. 6, n. 23, p. 145-158, 2018. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/1295>. Acesso em: 05 jun. 2019.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 1, p. 27-55, 2006. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n1/v40n1a03.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2019.

THIRY-CHERQUES, H. R. **Métodos estruturalistas:** pesquisa em ciências de gestão. São Paulo: Atlas, 2008.

VILLIERS, C. J.; HSIAO, Pei-Chi K. A review of accounting research in internationalizing journals in the South African region. **South African Journal of Economic and Management Sciences**, v. 20, n. 1, p. 1-18, 2017. DOI: 10.4102/sajems.v20i1.1729. Disponível em: <https://repository.up.ac.za/handle/2263/64750>. Acesso em: 28 set. 2018.

ZANCHET, A. **Ciência livre de valores?:** uma abordagem epistemológica da pesquisa em contabilidade ambiental no Brasil. 213 p. 2014. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

WACQUANT, L. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, p. 95-110, 2002. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3621/2878>. Acesso em: 01 ago. 2019.

Apêndice A – Ranqueamento do acúmulo de capital

continua...

Agente	Capital Científico Puro				Classe	Capital Científico Institucional			Classe
	Titulação	Experiência profissional	Produção intelectual	Soma		A/B/C	Cargos ocupados	Participação em bancas, conselhos, comissões e consultorias	
AP1	200	196	384	780	A	60	208	268	B
AP2	240	120	384	744	A	60	192	252	B
AP3	200	164	364	728	A	240	280	520	A
AP4	160	156	384	700	A	240	232	472	A
AP5	160	124	384	668	A	240	320	560	A
AP6	240	64	360	664	A	0	272	272	B
AP7	160	116	372	648	A	240	272	512	A
AP8	200	100	340	640	A	0	128	128	C
AP9	200	88	328	616	A	240	296	536	A
AP10	200	36	376	612	A	240	264	504	A
AP11	160	72	356	588	A	240	216	456	A
AP12	160	192	236	588	A	120	232	352	B
AP13	200	36	340	576	A	120	64	184	C
AP14	160	40	376	576	A	60	168	228	B
AP15	160	88	320	568	A	0	112	112	C
AP16	160	76	320	556	A	240	312	552	A
AP17	160	48	324	532	A	0	264	264	B
AP18	160	96	260	516	B	240	272	512	A
AP19	200	72	244	516	B	120	236	356	B
AP20	200	64	244	508	B	0	224	224	B
AP21	160	48	284	492	B	240	104	344	B
AP22	160	16	308	484	B	60	80	140	C
AP23	160	80	240	480	B	180	280	460	A
AP24	160	32	272	464	B	120	172	292	B
AP25	160	68	236	464	B	0	104	104	C
AP26	200	100	152	452	B	180	112	292	B
AP27	200	72	176	448	B	240	60	300	B
AP28	200	36	204	440	B	240	24	264	B
AP29	160	28	252	440	B	0	96	96	C
AP30	160	116	160	436	B	120	168	288	B
AP31	160	76	196	432	B	240	108	348	B

AP32	160	40	224	424	B	240	112	352	B
AP33	160	84	180	424	B	60	116	176	C
AP34	200	28	188	416	B	240	8	248	B
AP35	160	84	164	408	B	0	64	64	C
AP36	160	84	160	404	B	0	96	96	C
AP37	160	32	208	400	B	0	100	100	C
AP38	160	56	184	400	B	120	56	176	C
AP39	160	68	156	384	B	240	320	560	A
AP40	160	44	176	380	B	180	104	284	B
AP41	160	36	180	376	B	240	60	300	B
AP42	160	24	188	372	B	60	104	164	C
AP43	160	80	128	368	B	240	148	388	A
AP44	200	0	148	348	B	0	28	28	C
AP45	160	12	172	344	B	0	128	128	C
AP46	160	36	148	344	B	60	72	132	C
AP47	160	32	144	336	B	0	16	16	C
AP48	160	32	140	332	B	120	252	372	B
AP49	160	32	136	328	B	0	96	96	C
AP50	160	16	144	320	B	0	128	128	C
AP51	160	36	120	316	B	60	212	272	B
AP52	160	44	112	316	B	240	116	356	B
AP53	160	76	80	316	B	180	116	296	B
AP54	200	40	72	312	B	240	232	472	A
AP55	160	24	128	312	B	180	72	252	B
AP56	160	32	116	308	B	0	0	0	C
AP57	160	24	120	304	B	120	72	192	B
AP58	160	36	108	304	B	240	184	424	A
AP59	160	56	76	292	B	240	56	296	B
AP60	0	92	196	288	B	0	88	88	C
AP61	160	12	108	280	B	0	24	24	C
AP62	160	12	96	268	B	0	16	16	C
AP63	160	8	100	268	B	0	52	52	C
AP64	160	8	100	268	B	0	168	168	C
AP65	160	16	88	264	B	0	96	96	C
AP66	160	24	72	256	C	0	76	76	C
AP67	160	36	60	256	C	240	64	304	B
AP68	160	16	64	240	C	0	72	72	C

AP69	160	36	44	240	C	240	72	312	B
AP70	0	56	180	236	C	0	144	144	C
AP71	0	32	192	224	C	120	32	152	C
AP72	160	24	36	220	C	60	76	136	C
AP73	160	24	36	220	C	0	24	24	C
AP74	160	8	52	220	C	0	0	0	C
AP75	0	20	196	216	C	0	24	24	C
AP76	0	84	132	216	C	240	128	368	B
AP77	160	16	28	204	C	0	8	8	C
AP78	160	8	36	204	C	0	0	0	C
AP79	160	0	40	200	C	0	0	0	C
AP80	160	20	12	192	C	240	96	336	B
AP81	160	0	32	192	C	0	24	24	C
AP82	0	20	172	192	C	0	0	0	C
AP83	0	40	140	180	C	0	16	16	C
AP84	0	40	140	180	C	0	48	48	C
AP85	0	72	88	160	C	0	40	40	C
AP86	160	0	0	160	C	0	0	0	C
AP87	160	0	0	160	C	120	0	120	C
AP88	0	0	156	156	C	0	0	0	C
AP89	0	48	88	136	C	60	72	132	C
AP90	0	40	92	132	C	240	144	384	A
AP91	0	24	100	124	C	0	16	16	C
AP92	0	16	108	124	C	0	24	24	C
AP93	0	64	56	120	C	120	64	184	C
AP94	0	48	68	116	C	120	112	232	B
AP95	0	92	4	96	C	0	8	8	C
AP96	0	24	72	96	C	120	32	152	C
AP97	0	64	20	84	C	240	0	240	B
AP98	0	32	52	84	C	180	0	180	C
AP99	0	16	64	80	C	0	8	8	C
AP100	0	0	76	76	C	0	0	0	C
AP101	0	24	52	76	C	0	0	0	C
AP102	0	12	64	76	C	60	16	76	C
AP103	0	52	20	72	C	240	24	264	B
AP104	0	20	44	64	C	0	8	8	C
AP105	0	40	24	64	C	180	8	188	B

AP106	0	0	64	64	C	240	0	240	B
AP107	0	12	48	60	C	0	8	8	C
AP108	0	20	36	56	C	0	0	0	C
AP109	0	28	28	56	C	0	0	0	C
AP110	0	0	52	52	C	120	56	176	C
AP111	0	0	48	48	C	0	0	0	C
AP112	0	28	12	40	C	0	12	12	C
AP113	0	4	36	40	C	0	0	0	C
AP114	0	24	8	32	C	120	32	152	C
AP115	0	0	32	32	C	0	8	8	C
AP116	0	0	32	32	C	0	24	24	C
AP117	0	0	28	28	C	0	0	0	C
AP118	0	0	28	28	C	0	0	0	C
AP119	0	24	0	24	C	0	0	0	C
AP120	0	0	16	16	C	0	0	0	C
AP121	0	4	12	16	C	120	80	200	B
AP122	0	0	12	12	C	0	0	0	C
AP123	0	0	12	12	C	120	80	200	B
AP124	0	8	4	12	C	0	48	48	C
AP125	0	4	4	8	C	0	8	8	C
AP126	0	0	8	8	C	0	0	0	C
AP127	0	4	0	4	C	0	0	0	C
AP128	0	0	4	4	C	60	56	116	C
AP129	0	0	4	4	C	0	0	0	C
AP130	0	0	0	0	C	0	16	16	C
AP131	0	0	0	0	C	0	0	0	C
AP132	0	0	0	0	C	0	8	8	C
AP133	0	0	0	0	C	0	0	0	C
AP134	0	0	0	0	C	0	0	0	C
AP135	0	0	0	0	C	0	0	0	C
AP136	0	0	0	0	C	120	24	144	C
AP137	0	0	0	0	C	0	0	0	C

Fonte: Elaborada pela autora com dados disponíveis na Plataforma Lattes.

Apêndice B – Localização dos agentes-pesquisadores por instituição e classe de capital

continua...

Agente	Região	Local de Atuação	Capital Científico	
			Puro	Institucional
			Classe	Classe
AP1	Sul	UFSC	A	B
AP8	Sul	UFSC	A	C
AP95	Sul	Fortcon Fortaleza Contabilidade Ltda.	C	C
AP101	Sul	UNICENTRO	C	C
AP105	Sul	UFSC	C	B
AP114	Sul	UFRGS	C	C
AP117	Sul	UNESC	C	C
AP125	Sul	UPF	C	C
AP136	Sul	UPF	C	C
AP12	Sul	UNISINOS	A	B
AP13	Sul	UFSC	A	C
AP15	Sul	UNESC	A	C
AP16	Sul	UEM	A	A
AP22	Sul	CNEC	B	C
AP28	Sul	UCS	B	B
AP31	Sul	UNIOESTE	B	B
AP33	Sul	UFFS	B	C
AP34	Sul	UNIJUÍ	B	B
AP35	Sul	UFSC	B	C
AP37	Sul	URI	B	C
AP41	Sul	UFSC	B	B
AP4	Sul	UNOCHAPECÓ	A	A
AP46	Sul	UNIFIN	B	C
AP47	Sul	UEM	B	C
AP48	Sul	UFRGS	B	B
AP50	Sul	FARESC	B	C
AP52	Sul	UNIOESTE	B	B
AP57	Sul	UNIOESTE	B	A
AP60	Sul	UFSM	B	C
AP65	Sul	UFPR	B	C
AP69	Sul	UNICRUZ	C	B
AP71	Sul	UNOCHAPECÓ	C	C
AP73	Sul	UNIOESTE	C	C
AP72	Sul	IFPR	C	C
AP81	Sul	KPMG Assurance Services Ltda	C	C
AP83	Sul	UNESC	C	C
AP84	Sul	UFPR	C	C
AP85	Sul	UFN	C	C
AP92	Sul	UNESC	C	C
AP97	Sudeste	UEMG	C	B
AP103	Sudeste	IFES	C	B
AP106	Sudeste	UNIFEOB	C	B
AP108	Sudeste	UFRJ	C	C
AP111	Sudeste	Vettor Suporte Empresarial	C	C
AP113	Sudeste	NÓBILE SOLUÇÕES CONTÁBEIS E EMPRESARIAIS, EMPRESA CONTÁBIL.	C	C
AP115	Sudeste	UNIUBE	C	C
AP119	Sudeste	UNIASP	C	C
AP124	Sudeste	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	C	C
AP10	Sudeste	USP	A	A

AP128	Sudeste	FATEC	C	C
AP131	Sudeste	FEMS	C	C
AP132	Sudeste	IFES	C	C
AP133	Sudeste	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, FIRJAN	C	C
AP11	Sudeste	UFRJ	A	A
AP135	Sudeste	UFRRJ	C	C
AP137	Sudeste	INEA	C	C
AP14	Sudeste	UNIFACCAMP	A	B
AP17	Sudeste	USP	A	B
AP19	Sudeste	USP	B	B
AP24	Sudeste	UFRJ	B	B
AP25	Sudeste	USP	B	C
AP30	Sudeste	UFVJM	B	B
AP3	Sudeste	USP - RP	A	A
AP36	Sudeste	ACESC - Ensino Superior de Campinas S/S Ltda.	B	C
AP38	Sudeste	UFSJ	B	C
AP39	Sudeste	UFMG	B	A
AP42	Sudeste	FEALQ	B	C
AP43	Sudeste	UFVJM	B	A
AP44	Sudeste	UFRJ	B	C
AP49	Sudeste	Praesum Contabilidade Internacional Ltda.	B	C
AP56	Sudeste	UFU	B	C
AP61	Sudeste	PUC -SP	B	C
AP63	Sudeste	Faculdade de Economia e Finanças IBMEC	B	C
AP64	Sudeste	UFRJ	B	C
AP6	Sudeste	USP	A	B
AP76	Sudeste	UFVJM	C	B
AP78	Sudeste	UNIASP	C	C
AP79	Sudeste	UMC	C	C
AP87	Sudeste	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental	C	C
AP88	Sudeste	IFSP	C	C
AP91	Sudeste	FHO	C	C
AP93	Sudeste	SUDAMÉRICA	C	C
AP21	Norte	UFRO	B	B
AP62	Norte	UFT	B	C
AP70	Norte	UFRA	C	C
AP75	Norte	Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo - SEMAGRI.	C	C
AP96	Nordeste	FAINOR	C	C
AP99	Nordeste	UFBA	C	C
AP102	Nordeste	UNICAP	C	C
AP104	Nordeste	UFBA	C	C
AP9	Nordeste	UFRN	A	A
AP118	Nordeste	Conselho Regional de Economia – 3ª Região	C	C
AP121	Nordeste	UFBA	C	B
AP122	Nordeste	Coeso Consultoria e Assessoria Empresarial, COESO	C	C
AP123	Nordeste	UFPI	C	B
AP129	Nordeste	Super Mercadinhos São Luiz	C	C
AP20	Nordeste	UFPE	B	B
AP23	Nordeste	UFPB	B	A
AP26	Nordeste	UFPA	B	B
AP27	Nordeste	UFMA	B	B
AP32	Nordeste	UFPB	B	B
AP45	Nordeste	UFS	B	C
AP53	Nordeste	UFPB	B	B
AP54	Nordeste	UFBA	B	A

AP59	Nordeste	UFPB	B	B
AP5	Nordeste	UFBA	A	A
AP66	Nordeste	UFCE	C	C
AP74	Nordeste	UEFS	C	C
AP77	Nordeste	UFS	C	C
AP80	Nordeste	UFMA	C	B
AP82	Nordeste	CESED	C	C
AP7	Nordeste	UFCE	A	A
AP86	Nordeste	UEPB	C	C
AP90	Nordeste	UERN	C	A
AP94	Nordeste	UFERSA	C	B
AP55	Centro-Oeste	UFGD	B	B
AP58	Centro-Oeste	UFMT	B	B
AP116	Centro-Oeste	FAP	C	C
AP126	Centro-Oeste	FANAP	C	C
AP18	Centro-Oeste	UFG	B	A
AP2	Centro-Oeste	UnB	A	B
AP40	Centro-Oeste	UFCG	B	B
AP51	Centro-Oeste	UFMT	B	B
AP67	Centro-Oeste	UFMT	C	B
AP100	NI*	Ag Vanzo Consultoria e Treinamento	C	C
AP110	NI*	A.F. Peritos Associados Ltda	C	C
AP98	NI*	Não identificado	C	C
AP107	NI*	Não identificado	C	C
AP109	NI*	Não identificado	C	C
AP112	NI*	Não identificado	C	C
AP120	NI*	Não identificado	C	C
AP127	NI*	Não identificado	C	C
AP130	NI*	Não identificado	C	C
AP134	NI*	Não identificado	C	C
AP29	NI*	Não identificado	B	C
AP68	NI*	Não identificado	C	C
AP89	NI*	Não identificado	C	C

Fonte: dados da pesquisa.

Legenda: NI – Não identificado.

Apêndice C – Movimentação do indicador ‘artigos científicos em periódicos’ no campo científico em contabilidade ambiental

continua...

Agente	Classe (CP*)	19									20												Total	Frequência							
		93	94	95	96	97	98	99	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18				
AP1	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	3	1	7	6	4	3	5	2	2	36	7,07%		
AP2	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	2	0	1	2	2	11	2,16%		
AP3	A	1	0	0	0	0	0	3	1	1	0	0	0	2	0	2	0	0	1	0	0	2	1	0	2	1	1	2	20	3,93%	
AP4	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	5	3	1	0	10	1,96%
AP5	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	4	1	3	4	3	18	3,54%	
AP6	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	1	0	0	0	0	3	4	11	2,16%	
AP7	A	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	3	2	2	2	0	0	13	2,55%	
AP8	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	6	2	0	0	2	0	3	1	3	1	0	19	3,73%		
AP9	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	3	4	5	15	2,95%		
AP10	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	1	0	1	2	1	0	0	0	9	1,77%	
AP11	A	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	2	2	2	1	0	0	0	1	0	0	13	2,55%	
AP12	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	1	0	0	1	0	1	1	7	1,38%		
AP13	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	1	3	0	1	0	9	2	6	0	2	28	5,50%	
AP14	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	0	1	1	1	0	4	2	14	2,75%			
AP15	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	1	2	0	0	7	1,38%		
AP16	A	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	6	1,18%		
AP17	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2	0	0	0	0	1	1	6	1,18%			
AP18	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	3	0,59%		
AP19	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	3	0,59%		
AP20	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0,20%		
AP21	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2	0	3	1	8	1,57%		
AP22	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2	3	0	11	2,16%		
AP23	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	1	2	2	0	0	0	8	1,57%		
AP24	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	1	1	1	0	0	0	0	1	1	8	1,57%		
AP25	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	2	1	2	1	0	0	1	0	0	0	0	0	10	1,96%		
AP26	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,20%		
AP27	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	3	0,59%			
AP28	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	7	1,38%		
AP29	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	1	2	3	0	2	4	0	0	0	16	3,14%		
AP30	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	3	0,59%			
AP31	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2	0,39%			
AP32	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0,39%		

AP107	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	
AP108	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	
AP109	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0,39%	
AP110	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	
AP111	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	
AP112	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	
AP113	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,20%	
AP114	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	
AP115	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,20%	
AP116	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	
AP117	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	
AP118	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	
AP119	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0,20%
AP120	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2	0,39%
AP121	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
AP122	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
AP123	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
AP124	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0,20%
AP125	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
AP126	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
AP127	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
AP128	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
AP129	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
AP130	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
AP131	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
AP132	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
AP133	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
AP134	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
AP135	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
AP136	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
AP137	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
Total		1	1	1	0	0	3	1	4	0	2	2	4	10	15	14	17	29	30	23	59	45	53	44	62	47	42	509	100,00%	

Fonte: Elaborada pela autora com dados disponíveis na Plataforma Lattes.

Apêndice D – Movimentação do indicador ‘artigos em anais de eventos científicos’ no campo científico em contabilidade ambiental

continua...

Agente	Classe (CP)*	19									20												Total	%						
		93	94	95	96	97	98	99	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18			
AP1	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	5	6	5	3	8	10	7	2	10	0	2	2	62	6,50%	
AP2	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	1	1	3	11	1,15%	
AP3	A	0	0	0	0	0	0	2	2	1	0	3	2	1	3	5	2	3	2	2	5	4	3	0	3	1	0	44	4,61%	
AP4	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	4	3	6	4	10	4	34	3,56%	
AP5	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	3	4	7	10	3	8	3	2	0	41	4,30%		
AP6	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	1	0	0	3	2	0	0	0	0	0	9	0,94%	
AP7	A	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	4	2	0	3	0	0	0	13	1,36%		
AP8	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	6	3	6	2	2	0	0	2	7	7	8	9	4	60	6,29%	
AP9	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	2	0	0	0	0	0	5	0,52%		
AP10	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	2	0	2	2	2	0	0	0	0	0	13	1,36%	
AP11	A	0	3	2	0	1	0	2	0	0	0	0	0	4	1	1	3	3	2	0	0	0	0	0	3	0	0	25	2,62%	
AP12	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	0	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0	1	0	9	0,94%
AP13	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	4	6	2	1	2	5	11	4	8	4	5	56	5,87%	
AP14	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	3	1	1	4	0	2	0	0	1	0	0	0	16	1,68%	
AP15	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	2	0	1	5	4	5	2	1	1	0	24	2,52%	
AP16	A	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	5	0,52%		
AP17	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	3	5	2	2	10	2	2	2	0	0	33	3,46%	
AP18	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	1	4	0,42%		
AP19	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	1	1	0	0	1	1	0	8	0,84%	
AP20	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,10%		
AP21	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3	1	1	1	9	0,94%		
AP22	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	4	1	0	0	7	0,73%	
AP23	B	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	2	2	4	14	1,47%		
AP24	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	2	1	0	0	0	0	1	1	0	10	1,05%		
AP25	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	6	4	3	5	0	1	2	0	0	0	0	24	2,52%		
AP26	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3	0,31%		
AP27	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	1	2	1	0	0	0	0	0	7	0,73%		
AP28	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	4	6	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	15	1,57%		
AP29	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	6	4	5	1	2	1	2	0	0	0	23	2,41%	
AP30	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0,31%		
AP31	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
AP32	B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0,10%		

AP107	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	4	0,42%			
AP108	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0,21%			
AP109	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%			
AP110	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0,10%			
AP111	C	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0,52%			
AP112	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1,0,10%			
AP113	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0,21%		
AP114	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
AP115	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,10%		
AP116	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
AP117	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
AP118	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1,0,10%		
AP119	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
AP120	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0,10%		
AP121	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
AP122	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
AP123	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1,0,10%		
AP124	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
AP125	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
AP126	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
AP127	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
AP128	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
AP129	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
AP130	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
AP131	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
AP132	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
AP133	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
AP134	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
AP135	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
AP136	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
AP137	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
Total		1	3	2	0	1	0	4	4	6	5	11	19	27	46	44	56	71	50	73	80	91	82	95	60	71	52	954	100,00%

Fonte: Elaborada pela autora com dados disponíveis na Plataforma Lattes.